



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

WILLIAN RIBEIRO DA SILVA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP) E
SEUS DESDOBRAMENTOS MULTISSETORIAIS**

Presidente Prudente (SP)

2020



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA EM PRESIDENTE
EPITÁCIO (SP) E SEUS DESDOBRAMENTOS MULTISSECTORIAIS**

WILLIAN RIBEIRO DA SILVA

Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia – campus de Presidente Prudente (SP) para obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz

Presidente Prudente (SP)

2020

S586f Silva, Willian Ribeiro da
A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP) E SEUS DESDOBRAMENTOS
MULTISSECTORIAIS / Willian Ribeiro da Silva. -- Presidente
Prudente, 2020
244 p. + 1 CD-ROM

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Rosângela Custodio Cortez Thomaz

1. Geografia do Turismo. 2. CESP. 3. Estância Turística de
Presidente Epitácio -SP. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP) E SEUS DESDOBRAMENTOS MULTISSECTORIAIS

AUTOR: WILLIAN RIBEIRO DA SILVA

ORIENTADORA: ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSANGELA CUSTODIO CORTEZ THOMAZ
Curso de Turismo / UNESP / Câmpus de Rosana

Prof. Dr. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Profª Drª LUCIANA PEREIRA DE MOURA CARNEIRO
Turismo / Instituto Federal de São Paulo

Prof. Dr. NILSON CESAR FRAGA
Geociências / Universidade Estadual de Londrina

Presidente Prudente, 13 de fevereiro de 2020

Dedico aos meus pais Sônia Maria Mendes e Dalton Ribeiro.

AGRADECIMENTOS

A produção de uma tese não é solitária, visto que ao longo do tempo vamos incorporando no texto elementos que perpassam as vivências cotidianas como as leituras, debates, reflexões, alegrias e frustrações. Elementos que tornam esse momento único temporalmente. Um tempo longo ao iniciar o processo e curto ao findar, confuso ao escrever as primeiras linhas e compreensivo na última palavra. Diante dessa complexidade, a produção da tese só foi possível com ajuda, apoio, amor, carinho e transmissão de conhecimentos dos envolvidos direta e indiretamente.

Gostaria de agradecer aos meus pais, pelo apoio e por proporcionar minha caminhada educacional e acadêmica, rompendo com uma geração familiar que não teve acesso ao ensino superior e às mesmas oportunidades que eu tive.

Agradeço a minha esposa, companheira e amiga Marcela Alexandra, que acompanhou toda essa trajetória com amor, compreensão, estímulo e troca de experiências que proporcionaram a materialização deste trabalho.

A todos os familiares que acompanharam direta e indiretamente o desenvolvimento deste trabalho, em especial, minha irmã Andressa Mendes.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Rosângela Custodio Cortez Thomaz, pelos ensinamentos, confiança e dedicação. Que por meio dessa orientação mostrou o lado humano do mundo acadêmico e que a humildade pode tornar a caminhada laboral do docente mais significativa socialmente e prazerosa para quem a pratica.

Aos professores da UNESP/FCT, pelos conhecimentos e possibilidade de novos horizontes, e aos professores participantes da banca de qualificação, pelos apontamentos e reflexões que nortearam este trabalho.

A todos os companheiros do programa de pós-graduação em Geografia/UNESP/FCT, pelo compartilhamento das angústias e momentos de debates e troca de conhecimento que foram frutíferos nesse processo de formação.

A UNESP/FCT, que dentre as categorias geográficas, conceitua de lugar.

O espaço é a morada do homem, mas pode ser também sua prisão.
(Milton Santos)

RESUMO

O turismo atualmente vem despontando como uma atividade socioeconômica capaz de liderar o desenvolvimento territorial turístico de base local. Essa atividade apresenta uma grande complexidade por estabelecer relação com diversos setores econômicos e socioculturais. Dessa forma, necessita de planejamento participativo em seu processo de implantação e desenvolvimento, visando ao bem-estar social da comunidade inserida. O turismo se apropria das espacialidades e das territorialidades produzidas pela sociedade, transformando-as em produtos turísticos que são consumidos e mercantilizados, tendo a capacidade de preservar e potencializá-las ou destruí-las. Ao consumir os espaços, o turismo gera o movimento concomitante de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, por meio de ações socioeconômicas intencionais que se materializam no tempo e no espaço. A presente pesquisa tem como objetivo central compreender a territorialização do turismo no município de Presidente Epitácio (SP), por meio de duas políticas multiescalares que se desdobraram em novas territorialidades, sendo elas: a titulação do município de Presidente Epitácio de Estância Turística do Estado de São Paulo e a política de expansão energética da CESP que se desdobrou na formação de um grande lago artificial e em obras mitigatórias e compensatórias. Apesar de distintas, estas se complementam em suas ações e discursos que buscam a potencialização e consolidação do território turístico de Presidente Epitácio. Para subsidiar esta pesquisa e reflexões acerca do objetivo central, realizou-se uma discussão teórica que abarcou diversas áreas que perpassam pelo turismo, subsidiando conceitualmente. Foram realizadas visitas *in loco*, busca documental para a análise temporal e espacial de implantação e desenvolvimento, por meio de registros históricos do município. A tese que defendemos é que o município de Presidente Epitácio tem seu processo de turistificação condicionado aos interesses de ordem estatal, buscando minimizar os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais que se desdobraram na escala local pela formação do lago artificial. Assim, por meio de políticas como a titulação de estância turística pelo governo do Estado de São Paulo e obras mitigatórias/compensatórias pela CESP, medidas que, via do discurso, o Estado buscou colocar os impactos como desenvolvimento e aproveitamento desses pelo turismo.

Palavras-Chave: Turismo. Estância Turística. Território. Presidente Epitácio (SP). Espaço.

RESUMEN

El turismo está emergiendo actualmente como una actividad socioeconómica capaz de liderar el desarrollo territorial basado en el turismo local. Esta actividad presenta una gran complejidad porque establece relación con varios sectores económicos y socioculturales. Por lo tanto, necesita una planificación participativa en su proceso de implementación y desarrollo, con el objetivo del bienestar social de la comunidad insertada. Sin la planificación y la inserción de la comunidad, la comunidad está condenada al fracaso, produciendo graves problemas socioeconómicos, culturales y ambientales. El turismo se apropia de las espacialidades y territorialidades producidas por la sociedad, transformándolas en productos turísticos que son consumidos y comercializados por el turismo, teniendo la capacidad de preservarlos, mejorarlos o destruirlos. Al consumir los espacios, el turismo genera el movimiento concomitante de territorialización, desterritorialización y reterritorialización, a través de acciones socioeconómicas intencionales que se materializan en el tiempo y el espacio. Esta investigación tiene como objetivo comprender la territorialización del turismo en el municipio de Presidente Epitácio-SP, a través de dos políticas multiescalares que se desarrollaron en nuevas territorialidades, a saber: el título del municipio de Presidente Epitácio en el Centro Turístico Estatal de São Paulo y la política de expansión energética de CESP, que se desarrolló en la formación de un gran lago artificial y en trabajos de mitigación y compensación. Aunque distintos, se complementan entre sí en sus acciones y discursos que buscan fortalecer y consolidar el territorio turístico de Presidente Epitácio. Para apoyar esta investigación y reflexiones sobre el objetivo central, se realizó una discusión teórica que cubrió varias áreas que impregnan el turismo, subsidiando conceptualmente. Se realizaron visitas en el sitio, búsqueda documental que proporcionó un análisis temporal y espacial, a través de registros históricos del municipio. La tesis que defendemos es que el municipio de Presidente Epitácio tiene su proceso turístico condicionado a los intereses estatales, buscando minimizar los impactos ambientales, sociales, económicos y culturales que se desarrollaron a escala local por la formación de un lago artificial. Por lo tanto, a través de políticas como la titulación en el Resort Turístico por parte del gobierno del Estado de São Paulo y los trabajos de mitigación / compensación del CESP, medidas que a través del discurso el Estado buscó ubicar los impactos como desarrollo y uso de estos por parte del turismo.

Palabras clave: Turismo. Resort Turístico. Territorio Presidente Epitácio (SP). Espacio.

ABSTRACT

Tourism is currently emerging as a socioeconomic activity capable of leading local tourism-based territorial development. This activity presents a great complexity because it establishes relationship with several economic and socio-cultural sectors. Thus, it needs participative planning in its implementation and development process, aiming at the social welfare of the inserted community. Tourism appropriates the spatialities and territorialities produced by society, transforming them into tourism products that are consumed and marketed, having the ability to preserve and enhance or destroy them. By consuming the spaces, tourism generates the concomitant movement of territorialization, deterritorialization and reterritorialization, through intentional socioeconomic actions that materialize in time and space. This research aims to understand the territorialization of tourism in the municipality of Presidente Epitácio (SP), through two multi-scalar policies that unfolded into new territorialities, namely: the title of the municipality of Presidente Epitácio as Resort Town of the State of São Paulo and CESP's energy expansion policy, which unfolded in the formation of a large artificial lake and in the mitigating and compensatory works. Although distinct, they complement each other in their actions and speeches that seek to strengthen and consolidate the tourist territory of Presidente Epitácio. To support this research and reflections on the central objective, a theoretical discussion was held that encompassed several areas that permeate tourism, subsidizing conceptually. We carried out visits in loco, documentary search for the temporal and spatial analysis of implantation and development, through historical records of the municipality. The thesis we defend is that the municipality of Presidente Epitácio has its tourist process conditioned to state interests, seeking to minimize the environmental, social, economic and cultural impacts that unfolded on the local scale by the formation of the artificial lake. Thus, through policies such as the titling of a resort town by the São Paulo state government and the mitigating/compensatory works by CESP, measures that, through the speech, the State sought to affirm the impacts as tourism development and enjoyment.

Keywords: Tourism, resort town, territory, President Epitácio (SP), space.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Modelo Sistema de Turismo (SISTUR).....	44
Quadro 2	Organização dos elementos territoriais para o entendimento das escalas geográficas.....	50
Quadro 3	Compreensão territorial e seus desdobramentos.....	98
Quadro 4	Produção do território turístico.....	110
Quadro 5	Impactos positivos e negativos do turismo.....	115
Quadro 6	Ciclo das Políticas Públicas.....	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização do município de Presidente Epitácio.....	29
Figura 2- Presidente Epitácio (SP) (Porto Tibiriçá).....	32
Figura 3- Propaganda desenvolvimentista da Eletrobrás em 1968.....	74
Figura 4- Imagem de satélite de 1987 e 2000 da barragem UHE Engenheiro Sérgio Motta.....	74
Figura 5- Revista Epitácio 2012.....	75
Figura 6- Croqui da Orla Fluvial do município de Presidente Epitácio (SP).	168
Figura 7- Praia da Orla Fluvial e Píer.....	169
Figura 8- Letreiro turístico na Orla Fluvial.....	170
Figura 9- Orla Fluvial.....	170
Figura 10- Orla Fluvial – Pôr do Sol Mais Bonito do Brasil.....	171
Figura 11- Antigo Parque Figueiral em 1991.....	172
Figura 12- Mapa do antigo Parque Figueiral.....	172
Figura 13- Parque Figueiral em 1970.....	173
Figura 14- O novo Parque Figueiral.....	174
Figura 15- Casa do Artesão.....	176
Figura 16- Igreja Matriz de São Pedro.....	177
Figura 17- Estação Ferroviária Estrada de Ferro Sorocabana (2019).....	178
Figura 18- Antiga Estação Ferroviária após incêndio.....	179
Figura 19- Portal do município junto ao PIT.....	180
Figura 20- Cais do Porto.....	181
Figura 21- Vista aérea da Ponte Maurício Joppert.....	181
Figura 22- Vista aérea da Ponte Hélio Serejo (Antiga Maurício Joppert).....	182
Figura 23- Forno na área urbana do município.....	183
Figura 24- Cemitério dos Pioneiros.....	184
Figura 25- Horto Florestal de Presidente Epitácio.....	186
Figura 26- Reserva Ecológica Córrego do Veado.....	187
Figura 27- Folder de incentivo à pesca esportiva.....	188
Figura 28- Torneio de Pesca Amadora Esportiva.....	190
Figura 29- Procissão Nossa Senhora dos Navegantes.....	191
Figura 30- Carnaval Tradicional de Presidente Epitácio.....	192
Figura 31- Propaganda de incentivo ao turismo fluvial.....	204
Figura 32- Revista Prezado Companheiro 1986.....	205
Figura 33- Ponte antes da formação do reservatório e enchimento do Rio Paraná.....	206
Figura 34- Revista Cespaulista 1978.....	208
Figura 35- Pescadores se manifestando diante das mudanças.....	209

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Obras compensatórias e mitigatórias.....	200
--	------------

LISTA DE ABREVIATURAS

ARTEPE	Associação dos Artesãos de Presidente Epitácio
CESP	Companhia Energética do Estado de São Paulo
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
DENIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DADETUR	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo / Empresa Brasileira de Turismo
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MS	Mato Grosso do Sul
MAHOP	Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDTM	Plano Diretor de Turismo do Município
PNT	Plano Nacional do Turismo
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PMNT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Posto de Informação Turística
SP	São Paulo
UFMS-CPTL	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas
UNESP-FCT	Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciência e Tecnologia
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. PRESIDENTE EPITÁCIO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	29
1.1 A teoria sistêmica e sua perspectiva na análise da atividade turística...	36
1.2 Da geografia escalar à multiescalaridade turística.....	45
2. DA PRODUÇÃO ESPACIAL AO TERRITÓRIO TURÍSTICO.....	54
2.1 Espaço Geográfico: a base do território e a mercadoria da atividade turística.....	55
2.2 Território: da construção conceitual à territorialização espacial.....	77
2.3 Turismo: mercantilização do espaço e a (re)territorialização da atividade turística.	102
3. TURISMO: SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS...	117
3.1 Políticas Públicas: perspectivas para repensar o turismo.....	131
3.2 Políticas públicas e sua convergência com o turismo.....	141
3.3 O turismo no Brasil e suas políticas públicas.....	144
3.4 As Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo: política e territorialização.....	157
4. A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO DE PRESIDENTE EPITÁCIO.....	166
4.1 Presidente Epitácio: desdobramentos políticos e a (re)territorialização em Estância Turística.....	193
4.2 Presidente Epitácio: a turistificação política de seu território.....	196
4.3 A produção do território turístico de Presidente Epitácio pela análise do discurso.....	201
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	219
7. APÊNDICES.....	232
8. ANEXOS.....	239

INTRODUÇÃO

O turismo vem adquirindo status enquanto força inovadora no sentido econômico e territorial, em que perpassa por diversas escalas geográficas, assim, apresenta várias tramas e conexões, com uma complexidade que se torna difícil de compreender a totalidade do turismo pelo turismo. Essa atividade multissetorial ganha força com a inserção das tecnologias voltadas ao transporte e comunicação, tornando os espaços mais fluídos, proporcionando novas territorialidades.

As transformações territoriais são seguidas de novas políticas inseridas no âmbito econômico e social, que se desdobram em novas práticas cotidianas ou valorizadas pela sociedade. O turismo se apropria do ócio e do ritmo imposto pelo mundo do trabalho, levando à necessidade de fuga do cotidiano e à busca pelo novo, colocando o espaço como uma mercadoria, que por meio de seu consumo proporciona novas territorialidades que redesenham a realidade do cotidiano em escala local.

O turismo deve ser analisado de forma dinâmica, além de uma visão única acerca da economia, pois o território turístico passa por transformações constantes atingindo o âmbito social, cultural e ambiental, tanto no sentido material quanto no imaterial. Assim, a territorialidade turística vigente sempre estará em processo de desterritorialização e reterritorialização, se desdobrando em novos arranjos territoriais.

Dada a essência multissetorial da atividade turística, para a análise desta, são necessárias outras abordagens para compreensão de suas dinâmicas e dos movimentos que perpassam em sua produção e desenvolvimento. No estabelecimento dessa atividade na escala local, estão presentes as dinâmicas escalares e as territoriais que se desdobram na materialidade e imaterialidade espacial.

Diante da complexidade da atividade turística, para que tenhamos resultados que desmistifiquem a realidade estabelecida, apontando a compreensão do “todo”, estabelecemos procedimentos que nos auxiliarão a atingir o objetivo central dessa pesquisa, possibilitando sair da superficialidade da análise. De acordo com Gil (1999), pesquisa é:

...procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 1999, p.45).

O espaço turístico tem como elemento a fluidez, gerada por meio da entrada de turistas, a inserção de políticas interescolares, investimentos internos e externos, deste modo a alterarem as territorialidades em diversos sentidos, atingindo a escala da vida na territorialidade local.

O município de Presidente Epitácio (SP) passou por diversas transformações territoriais proporcionadas ao longo do tempo pela inserção de norteamientos econômicos e políticos interescolares que alteraram as dinâmicas territoriais na escala da vida, no sentido social e cultural. O município apresenta uma economia que está atrelada a sua geografia, por estar localizado às margens do Rio Paraná, cujas principais atividades econômicas são: a portuária, a de produção de energia e a pesca.

Atualmente o turismo é considerado um propulsor econômico deste município, devido a sua localização e seu emolduramento pelas paisagens do Rio Paraná, potencializando a atividade turística por meio de novas territorialidades produzidas pelas novas políticas públicas relacionadas ao setor que se desdobram no espaço.

O turismo em Presidente Epitácio passa a ser encarado com potencial econômico e social a partir de sua titulação como Estância Turística do Estado de São Paulo na década de 1990, recebendo recursos estaduais por meio da Secretaria Municipal de Turismo para a realização de investimentos diretos e indiretos nesse setor.

Outra política que se desdobrou na escala local e tem um viés estrutural é a formação do lago artificial às margens desse município, ocasionada pela implantação da UHE Engenheiro Sérgio Motta, no distrito de Porto Primavera (SP), que modificou a paisagem de Presidente Epitácio formando um grande lago de água doce e inundando uma grande área, inclusive de uso público, como o caso do balneário municipal, o “Figueiral”. Como mitigação para compensar os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais, a

Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP) realizou obras em infraestrutura que contribuíram com a reconfiguração do espaço e consolidação da atratividade turística do município.

Diante das mudanças ocorridas no município de Presidente Epitácio (SP) e o incremento do turismo via política local e estadual, foram potencializadas as características naturais e culturais locais. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a titulação desse município em Estância Turística do Estado de São Paulo na década de 1990 e os desdobramentos da formação do lago artificial e das obras mitigatórias realizadas pela CESP, e a compreensão das relações políticas no rearranjo territorial e no norteamo de políticas para estabelecimento do turismo em Presidente Epitácio.

A pesquisa proposta tem como objetivo analisar as mudanças territoriais do município de Presidente Epitácio por meio das políticas que vislumbraram a consolidação do turismo como atividade propulsora do desenvolvimento econômico desse município. Enfatizaremos a política que elevou Presidente Epitácio a Estância Turística do Estado de São Paulo na década de 1990, a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta e as obras mitigatórias realizadas pela CESP que se desdobraram no território de Presidente Epitácio, proporcionando novas territorialidades e inserindo o turismo, como já mencionado.

Muitos municípios buscam seu desenvolvimento pela economia turística e pleiteiam o título de Estância Turística ou Município de Interesse Turístico na tentativa de atrair maior visibilidade, recursos do governo estadual e investimentos privados.

Nesse bojo, nasce a inquietação de compreender as transformações territoriais presentes no município de Presidente Epitácio, tendo como centro as mudanças estabelecidas temporalmente pela titulação adquirida e a efetivação dessa política no tocante ao econômico, social, cultural e ambiental e como a atividade turística é reforçada com as obras compensatórias e mitigatórias da CESP.

Partindo dessa premissa e na busca de compreender o objeto de estudo e as respostas para a problemática apresentada, intentaremos os seguintes pontos:

- Aprofundamento das teorias já produzidas voltadas ao turismo e à geografia, conectando conceitos centrais dessas áreas do conhecimento. A conexão entre as duas áreas do conhecimento possibilitará uma melhor compreensão dessa atividade, sua importância multissetorial e o desdobramento no âmbito espacial, enfatizando as territorialidades criadas. Ressaltamos que, além do arcabouço teórico que estrutura o turismo, enfatizaremos a análise sistêmica voltada ao turismo, que possibilitará analisar essa atividade de forma aberta e dinâmica, recebendo influência e ações direta e indiretamente de outros sistemas e ações. Com o aprofundamento teórico na ciência geográfica, atentou-se entender o espaço como base para a implementação de territorialidades turísticas, que proporcionam movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Dentro do campo teórico que auxiliou no entendimento dos interesses das ações políticas e na estruturação do turismo em Presidente Epitácio, relacionaram-se as políticas públicas com análise do discurso.

- Análise das políticas públicas voltadas ao turismo e as que auxiliam na gestão do município, assim como a das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico e o Plano Diretor Municipal, centrando a análise dessas políticas na aplicabilidade, efetividade e nos resultados obtidos, proporcionando o entendimento dos desdobramentos dessas políticas no município de Presidente Epitácio.

A hipótese que podemos levantar é que a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta faz parte do rol das políticas energéticas desenvolvimentistas que se estruturaram na década de 1970 em território brasileiro, projetadas em pleno crescimento econômico (milagre econômico), visando aos interesses que orbitavam a escala nacional, porém, materializadas em escala local. Na escala estadual, a CESP, ao findar a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta, modifica a paisagem do Rio Paraná alterando a dinâmica natural e a paisagem desse rio com a formação de um grande lago artificial que atingiu diversos municípios ribeiras dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. O governo do Estado de São Paulo, por intermédio da CESP, começou a divulgar o potencial turístico enfatizando o lazer, a pesca e a

navegação, antes mesmo da formação do lago e seus impactos. Pressupõe que a CESP potencializou o discurso de valorização turística, tentando “converter” a visão dos impactos negativos pela formação do lago em uma visão de desenvolvimento por meio do discurso.

A tese proposta é que a titulação de Presidente Epitácio como Estância Turística do Estado de São Paulo no ano de 1990 seria uma das ações intencionais do Estado para amenizar os impactos ambientais, sociais e econômicos que se concretizariam no ano de 1998 com a formação do lago artificial, e que as obras compensatórias e mitigatórias pela CESP implementadas reforçavam o discurso de desenvolvimento econômico por meio do turismo atrelado à formação do lago artificial.

Para atingir os objetivos postos, foram adotados os procedimentos metodológicos a fim de respaldar a pesquisa em busca de resultados que proporcionassem a compreensão das transformações territoriais de Presidente Epitácio, partindo das políticas públicas e seus interesses que visaram ações que potencializaram a atividade turística.

Realizou-se uma revisão bibliográfica, percorrendo as principais obras voltadas ao pensamento e às teorias geográficas, visando compreender os conceitos de espaço e território e seu atrelamento à atividade turística.

O mesmo procedimento foi realizado com o eixo que versa sobre o turismo, assim realizando um levantamento dos principais conceitos que abarcam essa área e suas teorias, a fim de uma aplicabilidade coerente dos conceitos e a compreensão de modelos analíticos dessa atividade.

Ampliando o aporte teórico, buscou-se compreender as políticas públicas, visando às políticas públicas que se centralizaram no objeto de pesquisa. Para colaborar com a análise e atingir o objetivo proposto, aproximamo-nos da linguística, utilizando a análise do discurso para desmistificar os interesses das políticas públicas implementadas em Presidente Epitácio, produzindo novas territorialidades.

Buscamos a teoria sistêmica voltada ao turismo por vermos a atividade turística fluída, aberta e multissetorial. A geografia, em seu arcabouço teórico, auxiliou na questão escalar e territorial. Entende-se o turismo como uma atividade aberta e dinâmica, apresentando mudanças constantes de orientação multiescalar no espaço, proporcionando movimentos de territorialização,

desterritorialização e reterritorialização. No âmbito político, o embasamento teórico se faz necessário porque todas as relações são mediadas pelo poder e pela política que se materializa em territorialidades, como a turística.

A análise do discurso esteve por muito tempo centrada na linguística, visando à compreensão estrutural das palavras e das falas, distanciando-se das questões sociais e de como o discurso era utilizado pelos diversos grupos. A partir do ano de 1960, na França, um novo pensamento sobre a análise do discurso surgiu, tendo Michel Pêcheux como o grande propulsor e idealista dessa nova corrente.

Ele contribuiu para a quebra do pensamento estruturalista da linguagem, atribuindo à análise do discurso o campo simbólico, os sentidos políticos e a aproximação do entendimento daqueles que emitem e recebem a mensagem. Já no Brasil, no ano de 1970, a corrente francesa da análise do discurso passa a ser desenvolvida nos trabalhos de Eni Puccinelli Orlandi, contribuindo com as ciências sociais em sua instrumentalização. Ultrapassando os limites do estruturalismo aplicado à linguagem, o discurso passa a ser analisado no âmbito das relações de poder em sua concretude ao se desdobrar no pensamento ideológico da sociedade, gerando ações contraditórias no cotidiano.

Ao mencionar a ruptura estruturalista proposta por Michel Pêcheux na década de 1960, Santos (2013) enfatiza que este tinha:

[...] intenção de articular linguística, materialismo histórico e psicanálise, além de visar deslocar o campo das ciências sociais do lugar positivista em que se encontra: uma ciência descontextualizada dos fatos históricos e sociais nas relações dos estudos da linguagem e questões de práticas sociais relativas às formas de subjetivação do sujeito e desigualdades sociais e de classe. (SANTOS, 2013, p. 215).

A linguagem é intencional e por meio do discurso é vista como procedimento de controle por aqueles que buscam massificar suas ideologias para consolidar um pensamento que representa interesses econômicos e políticos. De acordo com esse pensamento, emblemática é a frase que “o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras” (BOURDIEU, 2000, p. 141). Nesse sentido, a linguagem é interpretativa e a análise do discurso torna-se um instrumento de compreensão das relações de força e de sentido para

quem envia a mensagem e para aqueles que recebem. No tocante à linguagem e ao discurso, Orlandi (2010) menciona que:

[...] não se trata da transmissão de informação, apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. [...]. (ORLANDI, 2010, p. 21).

O objetivo da análise do discurso é compreender a complexidade da fala enquanto discurso e ir além da linguística em sua forma estrutural, buscando o viés ideológico que se relacione com os efeitos e sentidos que se materializam na sociedade, imaterialmente (pensamento) e materialmente (ações que se manifestam no espaço). Dessa forma, a análise do discurso tem como intenção entender as amarras formadas pelo contraditório, ou seja, as inscrições estabelecidas pela produção socio-histórica.

Quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanescentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar sócio-ideológico daqueles que a empregam (FERNANDES, 2005, p.23).

Como visto, a análise do discurso atualmente se apresenta de forma aberta e conectada com as mais diversas áreas, se aproxima da realidade e quebra o sistema fechado de análise linguística que se materializou, proporcionando novas visões e imersões nas questões sociais. Fernandes (2000) enfatiza que “com isso, dizemos que o discurso implica em uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística” (FERNANDES, 2005, p. 20).

Outro ponto que merece destaque para o entendimento da complexidade da análise do discurso enquanto ferramenta é a intersecção entre o sujeito que recebe ou envia o discurso e a produção socio-histórica dos sentidos. Diante dessa inter-relação, a problematização da análise do discurso adquire uma discussão profunda e que sempre estará aberta, pois a história é

cumulativa e processual dentro da temporalidade. Diante da abertura da análise do discurso, Orlandi (2003) menciona que:

A Análise de Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há verdade atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2003, p. 26).

A análise do discurso vista como aberta, interconectada com outras áreas e tendo como objeto de análise o sentido das falas e sua materialização, faz com que ela se torne complexa e com respostas que não são absolutas. Nessa perspectiva, Orlandi (2003) enfatiza que “quando nascemos, os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós.” (ORLANDI, 2003, p.35).

Dada a complexidade da análise do discurso, pode-se falar que o mais importante dessa ferramenta de análise é o levantamento da questão e sua apreciação via teoria da ideologia e do discurso. A ideologia viabiliza o entendimento no âmbito em que o emissor do pensamento se converte em sujeito, deixando explícito o posicionamento que este ocupa ou mesmo procura por meio do discurso. Nessa linha de pensamento, Lacan (1998) diz que “[...] o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto é ser reconhecido pelo outro”. (LACAN, 1998, p.269).

A teoria da análise do discurso diz respeito ao processo de interpretação dos sentidos produzidos, uma vez que a análise do discurso faz ressaltar os fenômenos sociais e as tessituras que estão subliminares nas mensagens. Nesse sentido, Fairclough (2001) deixa claro que “é preciso voltar atrás para a formação discursiva e para a articulação das formações discursivas nas ordens de discurso para explicar a relação contexto-texto-significado” (FAIRCLOUGH, 2001, P.73).

[...] não se trata da transmissão de informação, apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. [...] (ORLANDI, 2010, p. 21).

A intencionalidade ideológica e paradigmática expressa no discurso é a concretude para compreender as relações sociais que dominam e transformam o pensamento e as relações no âmbito social, que se desdobram em materialidades espaciais, via economia e/ou política.

A atividade turística tem em sua essência a intencionalidade dos discursos que perpassam pelas vertentes política e socioeconômica. Dessa forma, todos os discursos propagados apresentam duas vias: a dos que produzem e a dos que recebem. Assim, cada grupo social absorve de uma forma, uma vez que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem a presença ideológica, como nos afirma Pêcheux (1988). Em consonância com esse exposto, Pêcheux (1988) menciona que:

A ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1988, p. 129).

Fica claro que o criador do discurso e seus anseios ideológicos estabelecidos tornam seu poder majoritário e supostamente correto para os receptores. Segundo Phillips (2003), “um conjunto de discursos torna-se dominante em um contexto inter-organizacional, um campo é constituído” (PHILLIPS, 2003, p. 228). Complementando o exposto e visando à produção do conhecimento e sua intencionalidade, Pêcheux (1988) enfatiza que:

[...] a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o “bom lado” da história se oporia ao “mau lado”; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma “inovação das mentalidades”, uma “criação da imaginação humana”, um “desarranjo dos hábitos de pensamento” [...], mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância pela própria produção econômica. (PÊCHEUX, 1988, p.190).

No tocante à intencionalidade, “se considerarmos, por exemplo, o domínio da política e da produção científica, constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam”. (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 1971, p. 97).

Dando continuidade aos aspectos metodológicos, os registros fotográficos foram de suma importância para a análise temporal do município de Presidente Epitácio, colaborando como material para a análise do discurso e as mudanças territoriais que visam à consolidação do turismo.

Outro ponto metodológico importante são os trabalhos de campo, sendo esses uma ferramenta de suma importância para a compreensão da realidade estabelecida e materializada no espaço. O trabalho de campo é o momento no qual a teoria e a realidade se encontram, quando o pesquisador realizará as diversas leituras espaciais consolidadas ao longo de uma temporalidade estabelecida. Embasando esse pensamento, Alentejano e Rocha-Leão (2006) mencionam:

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p.57).

O trabalho de campo proporciona uma análise integrada da realidade espacial e territorial, importante elo entre a teoria e os modelos analíticos. Para esta pesquisa, primou-se pela revisão bibliográfica antecedente ao campo, relacionando posteriormente a aplicabilidade do arcabouço teórico citado, compreendendo as tramas que se estabelecem na escala do real. Nesse contexto, Demo (2006) aponta que:

O conhecimento gerado na academia é diferente do conhecimento comum, mas seria incompatível soberba não reconhecer neste também “saber”. O analfabeto “não sabe” frente a critérios do culto, mas em seu universo gera níveis próprios de saber, que por sua vez não precisam ser menos críticos. Sem recair jamais no elogio da ignorância - até porque seria coisa de esperto – cabe reconhecer que conhecimento é processo diário, como a própria educação, nem começa e nem acaba. (DEMO, 2006, p.16).

Diante do exposto, vale a pena repensar sobre o sentido do conhecimento e da ciência, enfatizando uma reflexão acerca dos métodos e metodologias que embasam o conhecimento científico. A normatização apresentada leva a um rigor científico, porém não representa o todo e a realidade estudada, sendo necessário sempre revisitar as flexões advindas do trabalho do campo e adequar as estruturas metodológicas da pesquisa à realidade apresentada na esfera da vida. Nesta linha, Severino (2007) menciona:

A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações casuais constantes entre os fenômenos. (SEVERINO, 2007, p. 103).

Esclarecendo a ideia do autor, fica nítido o distanciamento entre ciência e senso comum, diferença que consiste na utilização sistemática de normatizações que permeiam o método e a metodologia. A ciência social deve se aproximar dos dados produzidos pela sociedade, sendo função do pesquisador sistematizar esses dados, na busca incessante de compreender de forma científica a complexidade que se estabelece na escala da vida.

Vale a reflexão sobre a compreensão do “todo” e da realidade, pois são palavras-chave nas pesquisas, porém os resultados dependem do olhar do pesquisador e da metodologia aplicada. Nessa linha de pensamento, Severino (2007) enfatiza que “estamos querendo exatamente saber por que tais fatos estão ocorrendo dessa maneira. Por isso, não basta ver, é necessário olhar, e

para tanto já é preciso estar problematizando a presença do problema que é de ordem racional, lógica". (SEVERINO, 2007, p.102).

Dada a importância do trabalho de campo para a construção do conhecimento científico, realizaram-se três visitas *in loco*, que possibilitaram a coleta de dados, documentos e registros que foram utilizados na discussão e na análise das transformações territoriais que perpassaram o município de Presidente Epitácio, com ênfase no processo de turistificação, titulação como Estância Turística do Estado de São Paulo e os desdobramentos da formação do lago artificial.

A primeira visita *in loco* dessa pesquisa ao objeto de estudo foi realizada em outubro de 2016 para reconhecimento da área, visitando os principais pontos atrativos turísticos do município para registros fotográficos e conversas informais com a comunidade.

Em junho de 2017, realizou-se a segunda visita a Presidente Epitácio, motivada pelas leituras geográficas voltadas aos processos territoriais e a leitura de seu Plano Diretor de Turismo do Município (PDTM). Percorreram-se os atrativos ou potenciais turísticos de acordo com o PDTM de Presidente Epitácio e as áreas que foram impactadas pela formação do lago artificial.

Em dezembro de 2018, realizou-se a terceira visita *in loco* visando realizar uma entrevista formal, aplicando questões abertas ao secretário municipal de turismo, que forneceu informações importantes para a análise proposta nesta pesquisa.

Para a obtenção de vários olhares e discursos sobre as mudanças territoriais ocorridas em Presidente Epitácio, programamos quatro entrevistas sistematizadas com questões abertas. Dos questionários estabelecidos no decorrer da pesquisa, conseguimos concluir três. A primeira entrevista foi realizada em dezembro de 2018 com o Secretário de Turismo do município, na própria sede da secretaria. Com essa entrevista obtivemos a visão do governo municipal. A segunda entrevista foi realizada em agosto de 2019 com o técnico de turismo da secretaria municipal de turismo, que respondeu o questionário via e-mail. Realizamos a terceira entrevista informal em setembro de 2019 com o presidente da Colônia dos Pescadores de Presidente Epitácio. A aplicação desse questionário com questões abertas se deu via aplicativo. A quarta entrevista seria com o presidente da Associação Comercial de Presidente

Epitácio, porém sem sucesso em todas as tentativas de agendamento ou mesmo contato via e-mail ou aplicativo. De acordo com Ribeiro (2008), a entrevista é:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (RIBEIRO, 2008, p.141).

As entrevistas se deram por meio de questionário aberto, com o objetivo de compreender a realidade turística desse município desde a aquisição de sua titulação como Estância Turística e as transformações condicionadas pela formação do lago artificial e as obras mitigatórias e compensatórias, buscando as diversas vivências e olhares sobre a realidade que se materializa nessa localidade, tendo como atores os que gestam e os que consomem, assim produzindo e reproduzindo as territorialidades. De acordo com Rosa; Arnoldi (2006) as entrevistas:

Permitem a obtenção de grande riqueza informativa – intensiva, holística e contextualizada – por serem dotadas de um estilo especialmente aberto, já que se utilizam de questionamentos semi-estruturados. Proporcionam ao entrevistador uma oportunidade de esclarecimentos, junto aos segmentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros não previstos, sendo esse um marco de interação mais direta, personalizada, flexível e espontânea. (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 87).

A relação da tríade teoria, entrevistas, registros fotográficos e documentais proporciona elementos que subsidiam o entendimento das dinâmicas que se consolidaram na formação do território turístico de Presidente Epitácio por meio de políticas públicas. Vale ressaltar que, diante da complexidade da atividade turística, esta pesquisa poderia abordar muitas outras áreas do conhecimento, métodos e modelos analíticos, mas, para o seu entendimento, optou-se pela abordagem descrita por apresentar elementos que sustentam a reflexão do objetivo central dessa pesquisa.

O trabalho desenvolvido está subdividido em quatro capítulos, não destacando a introdução, as considerações finais, referências bibliográficas,

apêndices e anexos. O primeiro capítulo consiste em apresentar a problemática da pesquisa destacando os objetivos e as reflexões temporais sobre o município de Presidente Epitácio. Com isso, pretende-se uma caracterização de área e o auxílio da questão escalar na compreensão da atividade turística.

No segundo capítulo, são discutidos os conceitos de Território e Espaço, visando a um aprofundamento teórico a fim de compreender a importância do espaço e do território nas análises turísticas.

O terceiro capítulo aborda as concepções de turismo que se desenvolveram ao longo do tempo, discutindo seus conceitos centrais por um viés temporal e escalar sobre o turismo.

No quarto capítulo abordamos o turismo no município de Presidente Epitácio, com destaque para: as transformações com sua elevação à Estância Turística, a descrição dos potenciais e atrativos turísticos do município; a territorialização do turismo; e a análise do discurso e a territorialização da atividade turística.

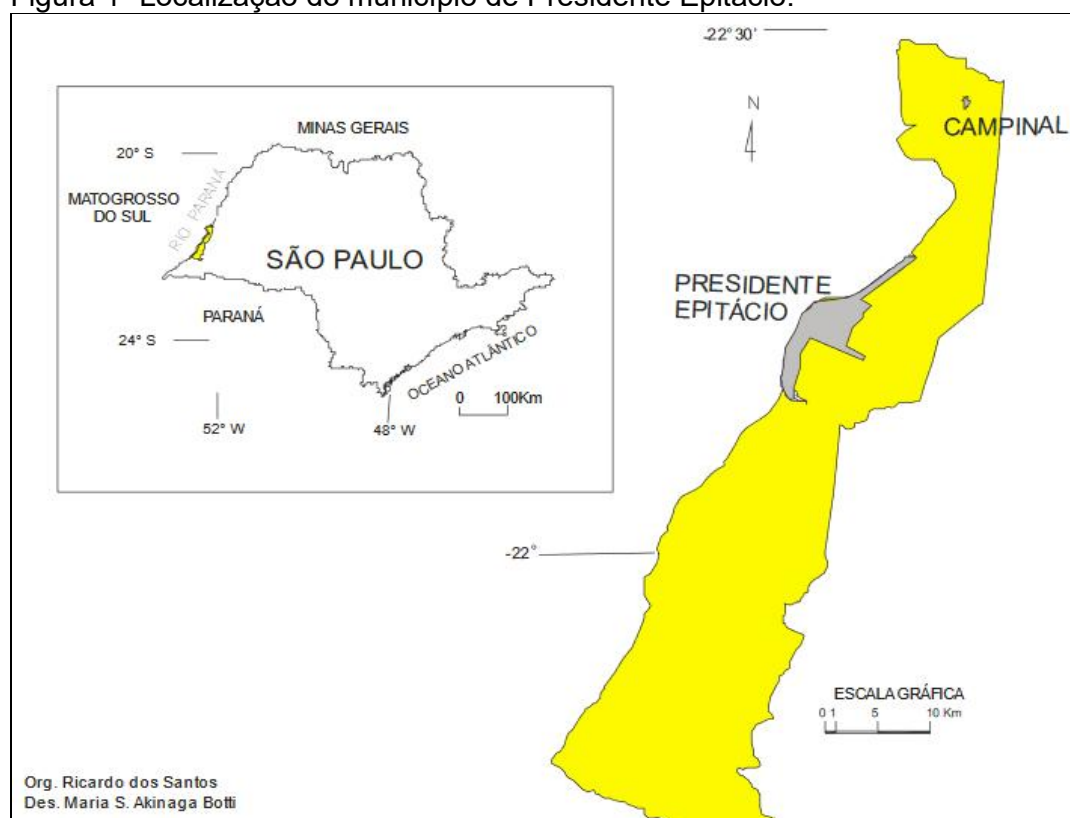
Apesar da estrutura em capítulos passar uma visão fragmentada, vale ressaltar que estes estão interligados de forma complementar, conectando conceitos, dados e discussões. O turismo é complexo e não se explica por si só. A própria organização da tese apresentada visa embasar reflexões ao inserir novos elementos nas análises, proporcionando ao longo da tese respostas para os questionamentos presentes neste trabalho.

1. PRESIDENTE EPITÁCIO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Esta seção centrará na caracterização do município de Presidente Epitácio (SP) com a intenção de caracterizar suas transformações pelo viés temporal e como essas transformações se manifestam no território. Com o levantamento histórico, econômico e social, teremos subsídios para compreender e analisar as tramas da territorialização do turismo e seus desdobramentos a seguir.

O município de Presidente Epitácio (Figura 1) está localizado no sudoeste do Estado de São Paulo, na região denominada de Pontal do Paranapanema, tendo como áreas limítrofes ao norte o município de Panorama, a leste os municípios de Caiuá e Marabá Paulista, já na porção sul tem sua área limite com o município de Teodoro Sampaio e a oeste o lago do reservatório da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta no Rio Paraná, que limita o Estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul.

Figura 1- Localização do município de Presidente Epitácio.



Fonte: Secretaria de Turismo de Presidente Epitácio (2017).

Presidente Epitácio apresenta uma população estimada em 44.200 habitantes segundo o IBGE (2019), ressaltando que a população do município era de 36.667 habitantes no ano de 1996, dado disponibilizado pelo SEADE (1999). A população epitaciana estava concentrada na área urbana, apresentando uma taxa de urbanização de 90,53% em 1996 e 93,9% no ano de 2019, de acordo com os dados do SEADE (2019). A densidade demográfica do município que era de 29.20 hab/km² em 1996, passou para 33.55 hab/km² segundo o SEADE (2019). O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,531 no ano de 1991 e saltou para 0,750, de acordo com o IBGE (2010).

Os trabalhadores formais apresentam uma média salarial anual de R\$2.177,42 segundo o SEADE (2017), destacando que a média salarial do epitaciano no ano de 1991 era de R\$529,47. A renda per capita era R\$15.426,04 no ano de 2010, passando para R\$23.820,74 de acordo com dados históricos do IBGE (2016). Os dados mostram um desequilíbrio na distribuição de renda do município, sendo uma característica do Brasil a concentração de renda.

Nesse sentido, o turismo de base local, ou seja, aquele que tem a sociedade local como protagonista, pode contribuir para a distribuição de renda, uma vez que o município tem sua economia pautada no terciário, com a presença do turismo e do comércio. De acordo com o SEADE (2016), a participação da agropecuária na economia é de 7,42%, da indústria 25,36% e de serviços 67,22%.

Quanto à participação dos empregos formais por setor de atividade, enfatizando a temporalidade, segundo dados consultados no SEADE (2019), obtivemos dados que reforçam as mudanças e uma valorização do setor de serviços, saindo de 38,35% dos empregos formais para 49,79% em 2017.

O setor de indústria apresentou uma mudança significativa, visto que muitas fábricas oleiras fecharam pela falta de argila e pela competitividade com outros setores, refletindo diretamente na participação dos empregos formais, pois representava 39,74% no ano de 1998, caindo para 10,77% no ano de 2017.

O setor da construção também apresentou mudanças significativas, pois houve um aumento dos empregos formais nesse setor com a implementação

de obras mitigatórias e compensatórias realizadas pela CESP. Ao findar as obras, houve um declínio relativo aos empregos formais nesse setor. No ano de 1998, esse setor representava 1,58% do total de empregos formais, no ano de 2000, esse dado sobe para 5,30% do total dos empregos formais e em 2017 a participação do setor referente aos empregos formais cai para 0,59%.

A intenção é demonstrar as mudanças por meio da formação do território turístico no município de Presidente Epitácio. Cabe destacar os dados econômicos e sociais que enfatizam essas mudanças, ressaltando que a formação do lago começou no ano de 1998, logo, houve um esforço para apresentar dados que pudessem reforçar a analogia entre o antes e o depois desse fato, relacionado com o objetivo dessa pesquisa.

O município está emoldurado pelo Rio Paraná, apresentando geomorfologicamente feições planas, com a presença de topos extensos com pequena declividade. Quanto à vegetação, esta área já esteve coberta com o cerrado e manchas de Mata Atlântica entremeadas com uma vegetação rasteira. Com o avanço da agropecuária, a região passou por um forte processo de antropização, alterando de forma significativa a paisagem natural, segundo Camargo e Silva (2005). A temperatura média do município é de 26°C, com máxima em torno de 40°C e mínima de 10°C, concentrando as chuvas no verão e inverno seco, configuração clássica do clima tropical. Vale ressaltar que as características climáticas do município favorecem a prática do turismo e o aproveitamento da balneabilidade do Rio Paraná.

Outro ponto importante para a compreensão territorial do município é a sua malha rodoviária, que se conecta com outras rodovias mais longínquas, o que torna Presidente Epitácio um município fluído e estratégico. Entre as rodovias, podemos citar a Raposo Tavares (SP-280), conectando-o com a capital paulista; a Euclides Figueiredo (SP-563), ligando ao norte do estado e a BR 267, que liga o município ao Estado do Mato Grosso do Sul e a sua capital. O posicionamento geográfico do município e sua disposição em relação à rede material como porto, ferrovia e rodovias geram uma maior conexão em nível regional, intensificando o fluxo econômico, o que o torna um polo de atração ou mesmo de paradas. Contando com essa característica, a atividade turística tende a se beneficiar.

Essa área remonta a ocupação indígena, que foi favorecida pela sua disposição geográfica. Segundo Godoy (2002), os índios Opayos, uma linhagem dos índios Caiuás, habitaram a área onde atualmente está localizado o município de Presidente Epitácio. O território brasileiro ao longo do tempo passou por diversos ciclos econômicos e, concomitantes aos ciclos, novas configurações territoriais conformavam-se, ocupando, construindo e territorializando dinâmicas que se consolidaram no âmbito local.

Analisando temporalmente a história da formação do município de Presidente Epitácio, no final do século XIX, com a implantação do caminho boiadeiro, apresenta-se um grande fluxo de gado que era proveniente do Estado do Mato Grosso. Dada a importância da localização, em 1902, Domingos Barbosa Martins, o “Gato Preto”, e o Major Cecílio de Lima estabeleceram estrutura para pousos e currais para descanso, sendo esses os primeiros passos para a fundação da Vila Tibiriçá e a fixação de seus primeiros moradores. Em 1908, foram concluídos a estrada boiadeira e o Porto Tibiriçá, nome concedido em homenagem ao governador do Estado de São Paulo Jorge Tibiriçá. Diante dos fatos apresentados, Godoy (2002) explicita que, “naquele mesmo ano, a Diederichsen e Tibiriçá passou a se chamar Aviação São Paulo-Mato Grosso [...]. Porto Tibiriçá ganhou forte impulso. Ao seu redor nasceu um patrimônio, batizado de Vila Tibiriçá” (GODOY, 2002, p.21) (Figura 2).

Figura 2- Presidente Epitácio (SP) (Porto Tibiriçá).



Fonte: Prefeitura Municipal (1947).

Embasando o exposto acima e ao encontro das ideias de Godoy (2002) acerca da formação do município de Presidente Epitácio, Okimoto (1990) enfatiza que:

Para a consolidação do desenvolvimento da cidade [...] houve muitas situações e obras muito significativas, das quais se pode destacar: o sistema de navegação a partir do Porto de Tibiriçá [...] e a construção da Ferrovia Sorocabana (1922) muito importante para a extração da madeira vinda do Mato Grosso. (OKIMOTTO, 1990, p.97).

A localização onde se assentou o município de Presidente Epitácio foi de suma importância para seu desenvolvimento, visto do ponto geográfico com a presença do Rio Paraná e sua proximidade com o atual Estado do Mato Grosso do Sul, sendo estratégico para escoar a produção das áreas mais longínquas para o estado que estava em plena expansão e desenvolvimento em meados do século XX. Para tal desenvolvimento, foram necessárias diversas obras infraestruturais, assim atraindo pessoas de várias áreas para onde se consolidaria o município.

O município de Presidente Epitácio passou por diversos trâmites administrativos até sua consolidação quanto município; em seguida citaremos alguns. Em 1931, foi criado o município de Presidente Prudente pela Lei nº 1.798, tornando Presidente Epitácio um distrito atrelado a essa cidade. Já no ano de 1936, por meio da Lei nº 2.571, o município de Presidente Venceslau incorpora Presidente Epitácio ao seu território após o desmembramento do município de Presidente Prudente.

No ano de 1948, o território de Presidente Epitácio apresentava desenvolvimento, mesmo sendo um distrito, pois sua localização e políticas centradas nesse território favoreceram seu crescimento populacional e econômico. Diante desse desenvolvimento, iniciou-se um movimento para elevação desse distrito a município, com a concretização em 27 de março de 1948 com a Lei nº 233. Segundo Camargo e Silva (2005), o nome do município foi uma homenagem a Epitácio Pessoa, presidente do Brasil em 1919, época do surgimento do vilarejo que se tornou o município de Presidente Epitácio,

assim seguindo a “ideia” dos municípios que foram criados nesse período em homenagear os presidentes do Brasil.

Outro elemento histórico importante que contribuiu para o desenvolvimento do município foi a construção da Ponte Maurício Joppert, inaugurada no ano de 1964, contando com 2.550 metros de extensão que, segundo Okimotto (1990), facilitou a inter-relação entre os estados do Mato Grosso e São Paulo, intensificando o trânsito rodoviário, principalmente de cargas.

A partir da década de 1970, Presidente Epitácio passa a ser conhecida como a “Jóia Ribeirinha” fazendo menção a sua proximidade com o Rio Paraná, assim metaforicamente relacionando a “lapidação” desse município em diversos segmentos pelo rio. As belas paisagens e o rio que margeia esse município sempre foram considerados uma potencialidade e foco de sua prosperidade econômica.

Em 1990, o município de Presidente Epitácio recebe o título de Estância Turística do Estado de São Paulo por meio da Lei nº 6.596, por conta de sua potencialidade e “vocação para o turismo”. O Rio Paraná e a presença de patrimônio material e imaterial retratado por meio de sua construção histórica e materializada no espaço fizeram com que esse município se sobressaísse em relação ao turismo, adquirindo um discurso desenvolvimentista por meio do turismo, possibilitando a valorização das atividades já existentes voltadas ao lazer e ao turismo espontâneo.

Em consonância com o exposto, Camargo (2005) enfatiza e descreve a “grande vocação” que o município apresenta para a atividade turística.

O que hoje se apresenta como “vocação” teve sua origem nas atividades relacionadas ao lazer, às festividades e aos lugares de encontro que surgiram no decorrer da constituição e crescimento do município, mediante a apropriação, pela comunidade local, de determinadas áreas, em especial as vinculadas ao Rio Paraná e seu entorno. Tais áreas sempre foram utilizadas pela população local e circunvizinhança para comemorações, encontros e festejos, constituindo-se num movimento espontâneo de união entre a própria comunidade local (CAMARGO, 2005, p. 53).

A partir da elevação do município a Estância Turística, ele passa a receber recursos do Estado por meio do Departamento de Apoio ao

Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, para estruturar a atividade turística, possibilitando investir em infraestrutura e potencializar o turismo direta ou indiretamente.

Outro ponto de grande importância das Estâncias Turísticas é sua visibilidade, podendo atrair capitais e maior fluxo de turistas, o que auxilia no desenvolvimento econômico do município. Na esfera política, as Estâncias Turísticas ganham uma gestão mais participativa, tendo a presença da comunidade no norteamto das políticas estabelecidas e na aplicabilidade do Plano Diretor.

Com o recebimento do título de Estância Turística, o turismo praticado passa a contar com planejamento específico, secretaria de turismo, criação do COMTUR e verbas do governo estadual para o setor. Com a consolidação desses novos arranjos, adquire novas roupagens distintas do turismo espontâneo consolidado nas décadas de 1970 e 1980, e torna-se uma real possibilidade econômica para o município, com impacto na estrutura social, visto que parcela da sociedade dependem direta ou indiretamente dessa atividade no município.

Com a necessidade de energia diante do crescimento e desenvolvimento que o território brasileiro veio adquirindo nas últimas décadas, grandes projetos energéticos foram implantados, assim, geraram-se novas configurações territoriais, visto que as grandes obras das hidrelétricas ocasionam sérios problemas ambientais e sociais. A construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta no Rio Paraná, a 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema, teve seu início em 1978 e concluída em 1998, caracterizando-se como uma obra polêmica diante das questões ambientais, com diversos impasses burocráticos, sendo concluída apenas vinte anos após seu início.

Em dados disponibilizados pela CESP, a UHE Engenheiro Sérgio Motta começou sua operação em 1999, gerando a mais extenso lago de barragem do Brasil, com uma extensão de 250 km, estendendo-se desde o município de Rosana (SP) até as bases da UHE de Jupiá. Quanto ao processo de enchimento do reservatório, este foi operacionalizado em duas etapas, sendo a primeira realizada no ano de 1998 e a segunda no ano de 2001.

Com a formação do lago artificial formado pela barragem, Presidente Epitácio foi o município mais impactado. Sobre as transformações ocorridas em Presidente Epitácio, os autores Santos e Leal (2005) descrevem que:

Em Presidente Epitácio, entre os diversos impactos ocasionados pela UHE Engenheiro Sérgio Motta, destacamos as alterações de ecossistemas como o Varjão do Rio Paraná – representado pela Reserva Estadual Lagoa São Paulo, que foi alagada em 85% de sua área e abrigava diversas espécies da fauna e da flora, inclusive algumas em extinção; ocorreu supressão de ecossistemas como destruição de parte de um dos últimos trechos de planície de inundação do Alto Rio Paraná e significativos trechos de mata nativa da região, mata ciliar, além de inundar o habitat natural de inúmeras espécies de animais vertebrados. As águas cobriram pelo menos 77 ilhas no trecho do reservatório, das quais 46 eram habitadas, conforme cadastro da CESP. Há que se destacar que uma das maiores perdas para o município de Presidente Epitácio em termos de flora e fauna foi a supressão da Reserva Estadual Lagoa São Paulo criada pelo Decreto Lei nº 13.049, de novembro de 1942. A reserva tinha 14.200 hectares e abrigava inúmeras espécies vegetais e animais, sendo algumas espécies ameaçadas de extinção, além de sete lagoas. Do total, restaram apenas 3.500 hectares (SANTOS; LEAL, 2009, p. 05).

Diante dos impactos centrados nesse município, a CESP realizou diversas obras mitigatórias, na tentativa de compensar as perdas ambientais, socioculturais e econômicas com a formação do lago artificial.

No decorrer desse trabalho entremeados nos próximos capítulos, analisaremos as políticas de formação da Estância Turística de Presidente Epitácio e os desdobramentos da política da CESP, pautando as mudanças territoriais (ambientais, socioculturais e econômicas) e a territorialização turística sob uma ótica temporal.

O próximo subcapítulo refletirá sobre a teoria sistêmica voltada à atividade turística, buscando um olhar e uma filosofia que possam entender o turismo de forma aberta e dinâmica, visto que o turismo é multissetorial e tem em sua essência a fluidez e a mobilidade entre os vários atores que compõem essa atividade.

1.1 A teoria sistêmica e sua perspectiva na análise da atividade turística

O turismo é complexo e multissetorial, e vem se destacando atualmente como uma atividade com grande potencial na geração de divisas e criador/transformador do espaço geográfico, merecendo uma análise mais direcionada sobre as metodologias que buscam desvendar e compreender o funcionamento e os desdobramentos dessa atividade.

Como mencionado, o turismo é uma área complexa e de interesse de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, limitaremos a autores que possam colaborar no entendimento da análise sistêmica em linhas gerais, porém, no modelo sistêmico voltado ao turismo centraremos no SISTUR de Beni (2002) para a nossa análise.

A Teoria Geral dos Sistemas teve a colaboração de vários investigadores e questionadores de metodologias anteriores, fazendo com que esse pensamento científico fosse ganhando força e se cristalizando como modelo analítico, porém, o pesquisador Bertalanffy (1973) foi o responsável por sua disseminação.

A Teoria Geral dos Sistemas teve sua formulação na tentativa de contrapor o sistema cartesiano, que até o momento era a base do conhecimento científico e muito utilizado na matemática e na física. Porém, o modelo cartesiano, ao ser aplicado nas ciências humanas e naturais, apresentava grandes distorções, por serem áreas que apresentam dinamismo e trabalham diretamente com a vida. Nesse sentido, os modelos existentes não retratavam a realidade, pois a ênfase estava em pesquisas estáticas e fragmentadas, não levando ao conhecimento do movimento e do todo.

O pensamento cartesiano tinha a premissa de compreender as partes, para que posteriormente se compreendesse o todo. Com aplicação desse pensamento nas ciências humanas, o movimento perderia a vida, não explicaria a realidade e dificultaria a proximidade com a totalidade do fenômeno/problemática estudada, partindo do pressuposto que a totalidade e a realidade apresentam-se de forma complexa, integrada e muitas vezes contraditória. Complementando esse pensamento com Vasconcellos (2008), menciona-se que a totalidade tem em sua essência as partes e que "as relações são o que dá coesão ao sistema todo, conferindo-lhe um caráter de totalidade ou globalidade, uma das características definidoras do sistema" (VASCONCELLOS, 2008, p.199).

Na década de 1950, Bertalanffy tinha a intenção de que a Teoria Geral dos Sistemas pudesse gerar uma linguagem única e capaz de englobar todos os campos científicos, facilitando a comunicação entre as diversas áreas e contribuindo para a compreensão do funcionamento do sistema como um todo. Porém, a própria conceituação de Sistema apresentou uma dificuldade quanto a sua definição e generalização. Vários cientistas se esforçaram para definir o que seria um sistema, estando intrínsecos em cada conceito os paradigmas e os objetivos dos autores.

Como exemplificação, pode-se mencionar Morin (1997, p.62), que define o sistema como “todo conjunto definível de componentes”. Outro grande expoente foi Bertalanffy (1973, p.62), definindo-o como “um conjunto de elementos em interação”.

O esforço de conceituar Sistema, mesmo apresentando divergências sobre o olhar conceitual, que muitas vezes tende a uma inclinação na forma de tratar o objeto de estudo, envolvendo toda uma questão paradigmática, há um ponto de convergência entre os autores mencionados. O sistema apresenta-se como algo em movimento e conectado entre as partes, dando sentido ao todo, ou seja, uma tentativa desses autores de se contrapor ao cartesianismo e a sua fragilidade explicativa da realidade como um todo.

Sobre a natureza do Sistema, Bertalanffy (1973) entende como “qualquer unidade em que o todo é mais do que a soma das partes. Assim, um sistema é um todo integrado cujas propriedades das partes e as propriedades sistêmicas são destruídas quando o sistema é dissecado”. Demonstra-se, dessa maneira, que a Teoria Geral dos Sistemas projetou-se para compreender realidades dentro do campo da abstração que fossem postuladas por uma infinidade de elementos conectados em forma de rede, com relações múltiplas, que permitissem o balanceamento e sobrevivência do sistema como um ‘todo’, ou seja, totalidades integradas, não apequenadas pelas partes. Ao encontro do pensamento construído acima, Capra (1995) enfatiza que:

Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização. Os exemplos de sistemas são abundantes na natureza. Todo e qualquer organismo desde a menor bactéria

até os seres humanos, passando pela imensa variedade de plantas e animais é uma totalidade integrada e, portanto, um sistema vivo... O que se preserva numa região selvagem não são as árvores ou organismos individuais, mas a teia complexa de relação entre eles. (CAPRA, 1995, p.206).

A própria manutenção do sistema está centrada nas relações/organização das partes, ou seja, relações ordenadas que são características da classe de organismos ou sistemas. Uma vez dissecadas estas características, como enfatiza o autor (1975), ou isoladas, as propriedades sistêmicas são destruídas.

Bertalanffy (1973) aborda alguns motivos que o levaram a formular a Teoria Geral dos Sistemas, mostrando a preocupação quanto à organização de um modelo científico que pudesse corroborar a compreensão da realidade, que seriam: a) necessidade de generalização dos conceitos científicos e modelos; b) introdução de novas categorias no pensamento e na pesquisa científica; c) os problemas da complexidade organizada, que são agora notados na ciência, exigem novos instrumentos conceituais; d) pelo fato de não existirem instrumentos conceituais apropriados que sirvam para a explicação e a previsão na biologia; e) introdução de novos modelos conceituais na ciência; f) interdisciplinaridade: daí resulta o isomorfismo dos modelos, dos princípios gerais e mesmo das leis especiais que aparecem em vários campos.

O Sistema pode ser caracterizado por uma combinação de elementos conectados, apresentando várias interações e trocas, com movimentos contínuos, direcionando a análise desse sistema pela totalidade, pois este apresenta alto grau de complexidade. Nessa linha de pensamento, podemos fazer uma associação à atividade turística, que se apresenta estruturada em um conjunto de sistema menor, relacionando-o com um subsistema. Dentro de um sistema econômico, temos várias ramificações, como exemplo um sistema comercial, industrial, turístico e etc. Este último pode apresentar uma conexão, pertencendo a um subsistema, com as mesmas características de um sistema, porém, em outra escala.

Quanto ao funcionamento dos sistemas, teremos máximas em sua compreensão, estruturado pela entrada de matéria e energia no sistema (*input*), as quais são processadas desdobrando-se em um resultado final. Evidentemente, em sistemas vivos ou que apresentam movimentos, toda

matéria não utilizada ou dispensada pelos indivíduos é, em seguida, utilizada por outros (a troca de fluxos do sistema em forma de rede), gerando, como saída, o resultado final (a realimentação ou *feedback*) que, segundo BENI (1998), é o processo de controle para manter o sistema em equilíbrio.

A interação do sistema ou mesmo a sua intensidade estará condicionada pela tipologia desse modelo, podendo ser aberto ou fechado. Os sistemas fechados estão presentes nas ciências exatas, em que se tem os trabalhos embasados em leis, pois estes não apresentam mudanças ou recebem energia externa. Já nas ciências humanas e naturais, em que os sistemas apresentam um movimento/vida, eles são considerados sistemas abertos, sendo assim, recebem/trocam energia, modificam constantemente suas características enquanto sistema, ou na aplicabilidade sistêmica proporcionando diferentes resultados (balanço entre entrada e saída de energia).

O modelo sistêmico de análise científica não extinguiu todas as lacunas presentes no modelo cartesiano, porém, apresentou novas possibilidades de se aproximar da realidade e compreender o “todo”. De acordo com o exposto, Oliveira (1998) enfatiza que “a análise sistêmica é um método científico que, embora não resolvendo todos os problemas, mas deixa evidente duas vantagens: obrigar a formalização rigorosa de raciocínio e exigir uma metodologia que tenha em conta o caráter interdisciplinar dos fenômenos”. (OLIVEIRA, 1998, p.46).

O turismo como um fenômeno econômico, social, cultural e ambiental se apoiou na análise sistêmica para a geração de modelos aplicativos na intenção de explicar o funcionamento e todas as conexões possíveis da atividade turística. O turismo dentro de um sistema tem como principal característica ser um sistema aberto e conectado em rede, conotando sua complexidade e dificuldade de análise.

Diversos pesquisadores do turismo se debruçaram sobre suas formas de análise, tendo uma gama de modelos e metodologias de compreensão do fenômeno turístico. De acordo com Acerenza (2002), o estudioso Raimundo Cuervo foi o pioneiro ao pensar no turismo enquanto sistema. Para Cuervo (1967), o turismo “é um conjunto bem definido de relações, serviços e instalações que se geram em virtude de certos deslocamentos humanos”. (CUERVO, 1967, p.29). Wahab foi outro teórico que desdobrou o sistema

turístico, citando que o turismo é composto pela *sociosfera*, definido como instituições presentes na sociedade que estão em interação com o espaço e o tempo, sendo o elemento homem o centro dessa dinâmica. De acordo com Wahab (1988):

O turismo na sua forma atual representa um *sistema* associado à *sociosfera*. Isto se deve principalmente à interdependência e à interação entre seus vários componentes, que visando a uma indústria de turismo mais “saudável”, devem funcionar coerentemente. (WAHAB, 1988, p. 16).

Wahab e Cuervo direcionam suas teorias visando à fluidez dos meios de comunicação e a conexão dos povos, assim interagindo entre os componentes construídos socialmente. Partindo dos conhecimentos já produzidos por Wahab e Cuervo e se aproximando de Bertalanffy, Leiper (1979) aprofunda a discussão sobre sistema e turismo, criticando o elemento econômico por se distanciar da essência do homem. O autor realiza a análise sobre a atividade turística por meio da teoria sistêmica, enfatizando que esse modelo proporciona uma visão multidisciplinar e interdisciplinar. O turismo visto como sistema aberto favorece a busca de respostas que preencham as lacunas do campo do conhecimento dessa área.

Para nortear o pensamento dessa pesquisa, adotaremos o Sistema do Turismo (SISTUR) de Beni (2002) por considerar o turismo como um sistema aberto, onde as partes estão conectadas com o “todo” de forma dinâmica, escalar e construtivista.

E ao pensar o turismo no município de Presidente Epitácio, deve-se pensar em diversos setores, políticas e elementos que desdobram suas ações na territorialização do turismo. Ao pensar em complexidade, podemos destacar: as políticas do governo do Estado de São Paulo na titulação de Estâncias Turísticas; a política da CESP que alterou a dinâmica territorial do município e reforçou o turismo por meio de obras; os comerciantes; os pescadores; os moradores e turistas. Todos esses setores, elementos e políticas, devem ser analisados de forma conectada, essas são as partes que estão relacionadas com o todo, dando sentido e movimento ao território turístico.

Por adotar o SISTUR, não nos aprofundamos em outros autores, mostrando apenas a existência de outras linhas de pensamento. Nessa perspectiva, Roberto Boullón (2001) menciona que:

Não existe uma única versão explicativa do sistema turístico, o que não significa que existam muitos sistemas, senão apenas um com inúmeras facetas. O estudo de cada uma dessas facetas representa o que deu origem aos inúmeros modelos analíticos, um dos quais é denominado por oferta-demanda. Outros modelos são: o antropológico-social e aquele que se conhece como turismo indústria. (BOULLÓN, 2001, p.31).

Na construção de um modelo sistêmico aplicável ao turismo, Mario Beni expõe a complexidade dessa atividade para que ela não seja considerada apenas uma engrenagem do setor econômico, mas sim figurante de um sistema próprio. A partir da tomada de consciência de que o turismo deve ser visto além de uma atividade meramente econômica, a análise estrutural revela que os elementos dispostos apresentam uma inter-relação, criando uma articulação/dinamismo de integração entre as partes e o todo. De acordo com Beni (1998):

Sistema é o conjunto de partes que interagem de modo a atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo.” (BENI, 1998, p.25).

A Teoria Geral dos Sistemas para Beni apresenta uma interação com os diversos elementos e variáveis, típica de um sistema dinâmico em movimento, de forma complexa e complementar, ao ponto de causa e efeito não serem capazes de se separar. Diante desse movimento de interação, e dada a complexidade, o autor menciona que a compreensão dessas interações necessita de modelos formulados a partir da gama de informações disponíveis sobre a realidade, obtidas de forma empírica por meio da observação.

Por meio da Teoria Geral dos Sistemas, Mario Beni (2002) propõe o modelo Sistema do Turismo (SISTUR), que é considerado um instrumento útil para os estudos focados no turismo, que tem como perspectiva se desdobrar na compreensão das relações imbricadas na atividade turística, possibilitando uma maior atuação e planejamento nesse setor.

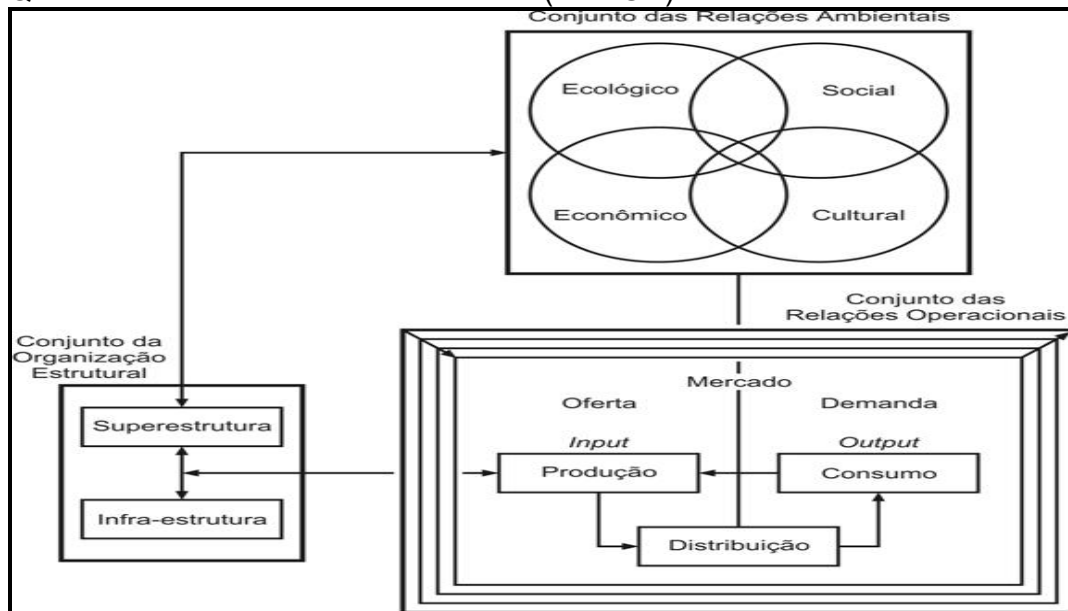
Em relação ao sistema, de uma forma mais objetiva, focalizando a atividade turística, este deve ter presente em sua estrutura as características dadas abaixo:

- Meio ambiente – todos os elementos e objetos presentes na questão ambiental ou mesmo aqueles que não a compõem diretamente, mas que de forma indireta a influenciam;
- Elementos – são os componentes que constituem o sistema, podendo ser materiais ou imateriais, desde que apresentem relação e interdependência entre estes;
- Relações – está centrada na dinâmica dos elementos integrantes do sistema, que apresentam interdependência em suas ligações, que estabelecem fluxos em rede;
- Atributos – características do sistema, elementos e relações;
- Modelo – representação do sistema;
- Feedback – processo de controle para manter o sistema em equilíbrio, resultado da diferença entre entrada e saída.

Diante das características que perfazem um sistema turístico, vislumbramos a complexidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade de compor um modelo que contemple todas as relações e formas de análises. O turismo, enquanto sistema, contém diversos elementos que interagem entre si e com o meio circundante, de forma direta ou indireta, e que modelam esta atividade (Quadro 1).

Esse modelo sistêmico voltado ao turismo proposto por Beni (2002) deixa claro que o turismo visto como sistema oferece uma gama de elementos e variáveis em nível de análise e sempre apresenta uma interdependência, que não gera resultados fixos ou estáticos. O turismo é uma atividade que tem como base econômica o espaço, com atrativos materiais e imateriais, o que confere a esta atividade um movimento contínuo.

Quadro 1 - Modelo Sistema de Turismo (SISTUR)



Fonte: Beni (2002).

O modelo referencial do SISTUR traz algumas abordagens que exprimem a proposta de análise com enfoque na atividade turística, das quais podemos citar:

- Delimitação e descrição física da área receptora;
- Perfil socioeconômico da área receptora;
- Estudo da ordenação geopolítica e administrativa da área receptora;
- Estudos e previsão do comportamento do mercado turístico na área receptora - relação entre oferta e demanda;
- Diagnóstico do turismo na área receptora analisando seu potencial de influência no processo de desenvolvimento econômico.

O modelo referencial expõe as medidas quanto ao caminho metodológico e o que se deve extrair do SISTUR, visto que por meio da aplicabilidade desse modelo teremos um conhecimento consistente sobre a

área receptora, proporcionando um planejamento mais eficaz dessa atividade e prognósticos.

A transposição da Teoria Geral dos Sistemas para o turismo centrou-se na reflexão de diversos pesquisadores que se debruçaram sobre esta temática, não medindo esforços para compreender este fenômeno complexo que é o turismo. Por meio dessa tentativa de compreender o funcionamento do turismo e seus desdobramentos, não se pode negar que muitos teóricos produziram perspectivas generalistas na busca de facilitar o processo de planejamento dos destinos turísticos.

Refletindo sobre essa questão, visto a importância das respostas encontradas por meio desse tipo de análise, mostra-se a necessidade de produzir prognósticos para a realização de uma atividade turística mais consciente e participativa (com todas as esferas da sociedade).

A presente pesquisa não tem a pretensão de aplicar literalmente o SISTUR, porém, como já mencionado, esse modelo favoreceu a análise territorial e o entendimento do turismo enquanto sistema dinâmico, não centrando em análises essencialmente economicistas sobre essa atividade. No campo da análise sistêmica do turismo proposto por Beni (2002), podemos relacionar os conjuntos das relações ambientais, o conjunto das relações operacionais com o conjunto da organização estrutural, desdobrando a área de análise e favorecendo a compreensão das mediações e dinâmicas desses atores que territorializam, desterritorializam e reterritorializam o espaço turístico analisado.

1.2 Da geografia escalar à multiescalaridade turística

A noção escalar é de suma importância no entendimento das dinâmicas que interagem com o objeto da pesquisa. O entendimento dessa dimensão e suas possíveis análises possibilitam a aproximação da realidade para a compreensão dos territórios turísticos. Uma pesquisa deve ser analisada na perspectiva escalar, pois uma análise em uma escala isolada induz a resultados falaciosos.

A escala geográfica está presente em quase todas as pesquisas geográficas, porém, de forma implícita. Sendo a escala geográfica essencial

para a elaboração do sistema de análise territorial voltado aos territórios turísticos, dada a relevância desse elemento geográfico, este subcapítulo norteará a construção teórica visando posteriormente à sua aplicabilidade.

O território turístico de Presidente Epitácio formou-se por meio de várias relações escalares. Temos duas políticas que proporcionaram novas territorialidades na escala local: uma delas é a da CESP, que atende os interesses energéticos da década de 1970, que tem como palco o projeto desenvolvimentista do país. Assim, um projeto pensado na escala nacional se desdobrou na CESP, escala estadual, que se materializou na escala local por meio de grandes obras que geraram novas territorialidades.

A segunda política é a titulação das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, política esboçada e pensada na escala estadual e que se desdobrou em ações que atingiram a escala local, com novas políticas públicas, valorização do turismo como atividade econômica do município, entre outros. Com a territorialidade turística moldada em Presidente Epitácio, novas relações são estabelecidas na escala regional, com a intensificação do fluxo de visitantes do município em busca de lazer e de consumir os espaços e serviços oferecidos.

Movimentos escalares ocorrem inversamente ou mesmo novas relações são estabelecidas com os impactos ambientais, sociais e econômicos com a formação do lago artificial. A questão escalar está presente nas relações e nas ações que são mediadas pelo poder e intencionalidade, seja vertical ou horizontal, e se desdobra no espaço e na sociedade, alterando as relações cotidianas e as dinâmicas territoriais.

Autores como Raccine, Raffestin (1983) apresentaram a dificuldade da analogia entre as escalas cartográfica e geográfica. Para esses autores, existe um problema, porque a Geografia não dispõe de um conceito próprio de escala e adotou como referência o conceito cartográfico. Embora o conceito de escala cartográfica dentro das ciências geográficas seja constantemente utilizado e citado, as escalas geográficas e cartográficas são distintas e apresentam singularidades. A escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica e a escala geográfica está além de ser puramente quantitativa.

A ciência geográfica sempre teve um papel e a ânsia de compreender os fenômenos estabelecidos em nosso planeta, sejam eles de cunho físico ou humano. A investigação pela essência de um fenômeno é muito subjetiva, visto que o “olhar” parte do interior de cada um, de acordo com suas vivências, relações e ponto geográfico onde se encontra. O entendimento da complexidade visa se aproximar da totalidade, revelando que há diversas ramificações/caminhos sobre o estabelecimento da verdade e da essência.

Um dos questionamentos, entre tantos que poderíamos fazer, seria de como alcançar a verdade/totalidade e a essência dos fenômenos ou da “coisa”, sendo que a realidade é produzida e reproduzida para e pelo próprio homem. Estes são questionamentos inesgotáveis e, muitas vezes, impossíveis de chegar à sua real dimensão e compreensão.

A escala geográfica torna-se uma ferramenta filosófica e metodológica para se aproximar da realidade da “coisa”, fenômeno e essência. De acordo com Kosik (1976), “o conceito da coisa é a compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo.” (KOSIK, 1976, p.18).

Por meio da escala geográfica podemos escolher o nível de atuação e assim entrar em um processo desmistificação da realidade, criando um desvio. Porém, a escolha da escala geográfica muitas vezes apresenta-se de forma aleatória e quase sempre não aparece de forma explícita nas pesquisas de cunho geográfico.

Ullmo (1969) enfatiza que a escolha da escala é uma filtragem necessária para aproximação do real. Para Lacoste (1976), a mudança de escala corresponde à mudança do nível de conceituação, sendo assim, apresenta uma determinada hierarquia e rigidez quanto a esta conceituação, em que cada nível representaria uma realidade da “coisa” (fenômeno).

O desvio pode ser encarado como um ocultamento “necessário” para a aproximação da essência da “coisa” realidade. Partindo do ocultamento necessário, a realidade complexa se tornará evidente, diminuindo ou mesmo desaparecendo elementos que podem levar a um caminho irreal ou mesmo a uma realidade obscura da “coisa”. Kosik (1976) menciona que “o homem faz um desvio, se esforça na descoberta da verdade só porque, de um modo

qualquer, pressupõe a existência da verdade, porque possui uma segura consciência da existência da “coisa em si” (KOSIK, 1976, p.17).

Toda essa preocupação com a utilização da escala geográfica se faz presente para o transbordamento do “conhecimento comum”, que consiste em acreditar em “verdades” criadas por meio de discursos que compõem elementos que acabam por desconfigurar a realidade e a essência da “coisa”, ou seja, diminuindo ou mesmo alterando a realidade/essência de um fenômeno/problemática. A prevalência do conhecimento comum, que também pode ser chamada de pseudoconcreticidade, apresenta uma redução da realidade e o ocultamento da essência, por meio do misticismo criado pela sociedade na pressa de estabelecer e adquirir o conhecimento e a verdade. Nesse sentido, Santos (2000) destaca que:

(...) o conhecimento-emancipação tem de converter-se num senso comum emancipatório: impondo-se ao preconceito conservador e ao conhecimento prodigioso e impenetrável, tem de ser um conhecimento prudente para uma vida decente. A reinvenção do senso comum é incontornável dado o potencial desta forma de conhecimento para enriquecer a nossa relação com o mundo (SANTOS, 2000, p. 107).

A pseudoconcreticidade e o conhecimento comum estão presentes na estruturação e na construção de mundo do indivíduo, que visualiza e tenta compreender o fenômeno, acabando por transformar suas análise e suas vivências como absolutas verdades. Kosik (1976) destaca que:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. (KOSIK, 1976, p.13).

Na busca de resultados imediatistas, pode-se conduzir para uma interpretação superficial do objeto de estudo, obtendo respostas genéricas para a problemática proposta. Isso ocorre com a não utilização do “desvio”, que seria basicamente centrar-se em elementos e fatores que contribuam de fato para encarar o caminho em busca da essência, ou seja, uma aproximação da

totalidade/realidade do fenômeno/problemática analisado, e direcionando para a compreensão da essência.

Porém, corre-se um grande risco de não completar o caminho por meio do “desvio”, gerando um misticismo sobre a essência, que seria o estabelecimento de verdades do senso comum sobre o fenômeno analisado, sendo que este resultado está condicionado à impaciência do homem em descobrir a verdadeira essência, aceitando discursos e respostas superficiais.

A superficialidade da visão de mundo e o próprio entendimento da realidade levam à fragmentação do ser, pois este “ser” é atuante na construção e na modificação da realidade. A incompreensão da realidade pode levar ao próprio desconhecimento de si mesmo e do seu papel de produtor da realidade. Refletindo sobre essa problemática, Kosik (1976) ressalta que:

O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos “reais” fixados, que sob o seu aspecto fetichizado levem uma existência transcendente como uma variante naturalisticamente entendida das idéias platônicas; ao invés, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. (KOSIK, 1976, p. 23).

A escala geográfica não é uma realidade fixa, estática ou mesmo pré-estabelecida, pois estas características citadas estão presentes no objeto/fenômeno de forma natural. Em um mundo contemporâneo e complexo, Smith (1988) explicitou que a escala é flexível, sendo uma construção social combinada com a visão de um mundo de uma determinada localidade pesquisada, atendendo seus interesses (individuais e lucrativos) políticos.

Neste sentido, ressalta-se a importância de compreender o fenômeno e buscar a essência da realidade. A escala geográfica torna-se um instrumento de “desvio” norteando para um caminho que se aproxime da realidade e da totalidade concreta. Kosik (1976) enfatizou que a “totalidade” sempre está em movimento e em construção e que toda parte tem um todo, tornando-se complexo o caminho para se aproximar da realidade e quebrar todo o misticismo imposto pela sociedade e pela construção histórica social.

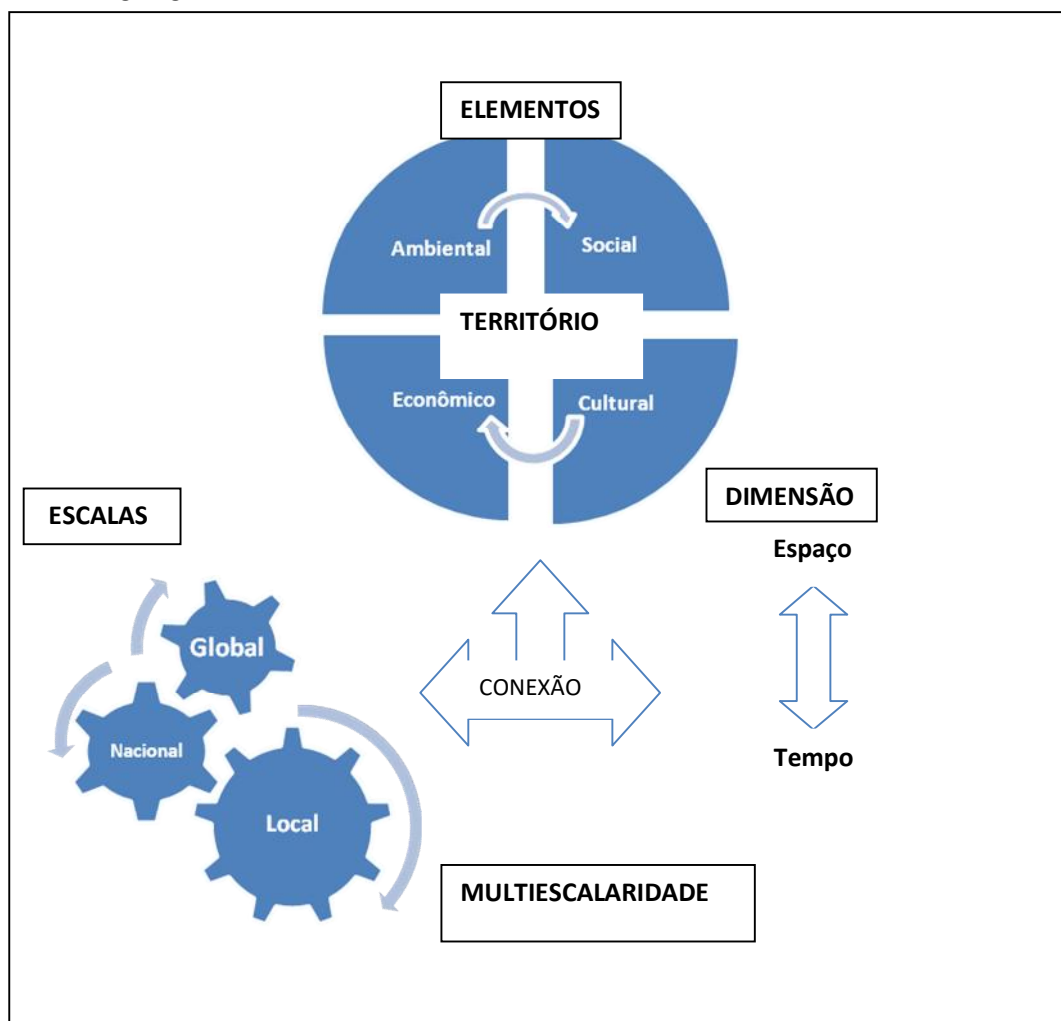
O turismo se apoia em diversas ciências para a criação de modelos explicativos dessa atividade, por sua potencialidade econômica e modificadora dos espaços, apropriando e mercantilizando as materialidades e

imaterialidades produzidas pela sociedade. Nesse contexto, Nicolas (1996) expressa o poder de territorializar os espaços e sua produção social.

(...) el turismo crea, transforma (sic), e inclusive (sic) valoriza diferencialmente espacios que podian (sic) no tener 'valor' en el contexto de la lógica de producción: de repente la tierra de pastizal se puede transformar en parque de acampar, o la casa semi-derruida del abuelo fallecido en casa de hospedes (NICOLAS, 1996, p. 49).

A atividade turística deve ser analisada além do fator econômico, pois esta age e interage em diversos setores, em diversas escalas e temporalidades, que se materializam no espaço, como visto no esquema abaixo (Quadro 2).

Quadro 2 - Organização dos elementos territoriais para o entendimento das escalas geográficas.



Fonte: Haesbaert (2004; 2007). Org.: Willian Ribeiro.

Os territórios turísticos são espaços delimitados pela atividade turística, ressaltando que não há território eminentemente turístico, estes são produzidos a partir de estruturas, dinâmicas e elementos socialmente construídos. Knafo (1996) apresenta três tipos de relações que se estabelecem entre o turismo e o território: a) pode existir território sem turismo; b) pode existir um turismo sem território; c) podem, enfim, existir territórios turísticos, esses últimos entendidos como “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores” (KNAFO, 1996, p. 72).

Corroborando com o pensamento sobre a produção do território turístico, Silveira (2002) menciona que estes são produzidos “[...] em grande parte na elaboração de um discurso, que contribui para uma coisificação e uma fetichização de certos pontos do território” (SILVEIRA, 2002, p.36).

No caso da territorialização do turismo em Presidente Epitácio, sua formação se deu por meio de ações de várias escalas no âmbito político que atuaram como agentes modificadores dos elementos territoriais, estes últimos produzidos historicamente pela sociedade e materializados no espaço. Esse pensamento leva a perspectiva de que o território turístico de Presidente Epitácio teve ações intencionais que potencializaram os elementos territoriais para o incremento da atividade turística. Por essa linha de pensamento, Candiotti (2007) menciona que:

Esses novos elementos se inserem no lugar e modificam a dinâmica espacial local. Isso conduz a novas relações culturais, isto é, a novas territorialidades, seja para a população local (direta e indiretamente ligada ao turismo), para os empreendedores, e para os turistas (em menor proporção). (CANDIOTTI, 2007, p.162).

O Quadro 2 tende a demonstrar a importância de analisar a atividade turística e a produção dos territórios turísticos, por uma linha de pensamento sistêmica (embasado anteriormente) e pela escalaridade geográfica. O turismo tem em sua essência a complexidade, visto que apresenta todos os elementos presentes no quadro, de forma dinâmica, com inúmeras relações escalares. A produção do território turístico perpassa os mais diversos

elementos (ambiental, social, econômico e cultural) com movimentos dinâmicos entre si, o que nos leva à necessidade de uma análise integrada.

Vale mencionar que a relação entre estes elementos gera vários desdobramentos e novas relações com outros fatores, sendo uma relação simultânea e contínua. Quanto às escalas de análise do território turístico, estas não se apresentam de forma fixa, apresentando um movimento escalar interdependente, em que a escala global manifesta-se na escala local, gerando várias tramas escalares. Por esse viés, ganha força a aplicação da multiescalaridade, que por meio de uma relação simultânea das diversas escalas proporciona uma aproximação da realidade e entendimento das dinâmicas centradas na produção do território turístico.

No tocante às dimensões tempo e espaço, a compreensão destas são essenciais para o entendimento do funcionamento dos elementos e escalas, sendo que no espaço é onde se materializa a atividade turística. É nessa dimensão que o abstrato, a formatação do espaço turístico em mercadoria, ganha vida e movimento.

Quanto ao tempo, este obedece ao ritmo das escalas, pois cada escala, conectando-se com os elementos propostos no modelo de análise, determinará a velocidade do tempo, visto que o tempo global apresenta em sua essência a presença do Meio Técnico-Científico e Informacional, segundo Santos (1996), com uma velocidade maior que a escala local. Mas vale mencionar que todas as escalas se materializam e se consolidam no local, sendo a velocidade destas o condicionante nas transformações espaciais.

Por meio da análise que envolve as escalas, os elementos que perpassam a produção do território turístico em consonância com as dimensões espaço e tempo, nota-se que há uma simultaneidade nas relações e a presença da multiescalaridade nos movimentos de interdependência. Sem essa noção, a análise da atividade da produção do território turístico esvaziaria seu sentido e tenderia a um distanciamento da realidade e a resultados superficiais.

O território turístico constrói-se pelas relações sociais e necessita do aporte geográfico escalar para compreender as dinâmicas entremeadas na consolidação territorial. O afastamento de metodologias flexíveis induziria à

superficialidade. Entretanto, para a análise deste modelo, não se deve priorizar métodos fragmentados e engessados.

Em consonância com o quadro apresentado, o próximo capítulo aprofundará as questões teóricas em torno da espacialização e territorialização do turismo. Esse escopo teórico auxiliará na compreensão da formação do território turístico no município de Presidente Epitácio (SP), a partir do recorte temporal da titulação de Estância Turística em 1990 e as políticas da CESP e suas obras mitigatórias e compensatórias que se desdobraram espacialmente, produzindo novas territorialidades.

2. DA PRODUÇÃO ESPACIAL AO TERRITÓRIO TURÍSTICO

Esse capítulo tem como foco analisar o turismo por meio de conceitos centrais da geografia, tais como: o espaço e o território. No capítulo anterior, debruçamos sobre as escalas geográficas que possibilitaram o entendimento da multiescalaridade no objeto de análise dessa pesquisa, ao encontro da teoria sistêmica proposta por Beni (2002). Os elementos territoriais e as ações estão inter-relacionados em um sistema aberto e multiescalar que se desdobra no espaço, formando novas dinâmicas territoriais. Aprofundaremos teoricamente o conceito de espaço e território. Estes foram citados de forma superficial anteriormente para demonstrar a complexidade do objeto de estudo e conectar com as teorias desenvolvidas.

O espaço é visto como a base e a territorialidade na apropriação desse espaço, assim proporcionando movimento constante entre diversos elementos que dão vida ao território. O embasamento teórico de espaço vem no sentido de complementar o conceito de território, pois o espaço muitas vezes não ganha o devido valor nas pesquisas geográficas em relação ao território.

Mas o espaço deve ser visto além de uma base física, pois este apresenta movimentos e diversos significados diante das territorialidades consolidadas. Num segundo momento, detalharemos o conceito de território, como este foi ao longo do tempo se modificando e como atualmente nos auxilia na compreensão das dinâmicas impostas no âmbito espacial.

É no espaço que se materializa a territorialização do turismo, por isso realizaremos uma discussão profunda e histórica, proporcionando a compreensão do objeto de pesquisa. A resposta para nossa hipótese encontra-se materializada nas espacialidades e nas territorialidades que se alteraram devido a diversas ações escalares.

Vale mencionar que estes conceitos são indissociáveis, por isso algumas inserções serão realizadas no texto, enfatizando a conexão que há entre estes conceitos geográficos e o objeto de estudo.

Dando a conceituação e os desdobramentos desses conceitos na esfera geográfica, enfatizamos a geografia e sua base conceitual na análise turística, assim se aproximando da realidade. À guisa de introdução desse capítulo, é

necessário compreender o espaço enquanto mercadoria da atividade turística, por meio da territorialização e espacialidades que adquiriram novos significados e usos.

2.1 Espaço Geográfico: a base do território e mercadoria da atividade turística

O espaço e sua importância na produção da ciência geográfica ultrapassam a mera conceituação. Imbricado na materialização dessa ciência, este conceito é a partida para todos os outros presentes na geografia. O espaço ganha vida e singularidades, visto que toda ação do homem se materializa no espaço. Não podemos ver o espaço de forma simplista, apenas como marcas ou materialização das atividades humanas. Dentro de uma trajetória epistemológica da geografia, veremos com clareza a transformação desse conceito pelas diversas correntes geográficas, que expressam seu olhar sobre o mundo.

Antes da institucionalização da ciência geográfica, este ramo do saber tinha como centro os viajantes e vários curiosos, ou mesmo cientistas de outras áreas. Gomes (1996) enfatiza que “a geografia era ainda muito ligada às narrativas de viagens e não possuía, portanto, um corpo de interpretação individualizado, capaz de lhe dar uma clara identidade”. (GOMES, 1996, p.149).

A “Geografia” tem suas raízes na ciência moderna, por isso não quer dizer que não existia antes de sua consolidação. Mas este saber estava ramificado e desconectado, com uma grande diversificação do objeto de estudo. A história mostra a diversidade de objetos de estudos geográficos antes de sua institucionalização científica. Podemos destacar a preocupação da medição da Terra, os trabalhos de regionalização, descrição da paisagem, meteorologia, etc. A geografia estava pautada em descrições dos aspectos naturais e da paisagem, apresentando uma visão romantizada.

A institucionalização da ciência geográfica nas universidades europeias de 1870 até 1950 centrava-se em uma abordagem teórico-quantitativa. O espaço tinha uma visão secundária, estando em primeiro plano os conceitos de

paisagem e região. Corrêa (2003) ressalta os interesses da geografia tradicional:

A geografia tradicional privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno dele estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências. Os debates incluíam os conceitos de paisagem, região-natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas. (CORRÊA, 2003, p.17).

Na historicidade da sistematização da ciência geográfica, dois expoentes tiveram um cunho naturalista partindo de um olhar geográfico: Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter. Ressalta-se que a geografia consolida-se no bojo da unificação alemã e nas revoltas burguesas do Estado francês. Com isso, envolvemos a geografia como instrumento de ordenamento e organização do espaço territorializado, atendendo os anseios da classe burguesa desse período.

Para a maioria dos historiadores da geografia, Humboldt é o primeiro a verdadeiramente estabelecer as novas regras do pensamento geográfico moderno. Os adjetivos científico e moderno são frequentemente aqueles empregados para distinguir a especificidade de um conhecimento que procede de uma nova preocupação metodológica. (GOMES, 1996, p.151).

Humboldt caracterizava a geografia como a ciência dos cosmos, com a capacidade de analisar todos os conhecimentos relativos da Terra. A geografia é uma ciência de síntese, capaz de compreender todos os fenômenos que se relacionam ao planeta Terra, utilizando o método de análise “empirismo racionalizado”, que consiste na intuição a partir da observação. O objeto de estudo da geografia para Humboldt, de acordo Moraes (2005):

Tal concepção transparece em sua definição do objeto geográfico, que seria “a contemplação da universalidade das coisas, tudo que coexiste no espaço concernente a substância e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra”. (MORAES, 2005, p.62).

A geografia desenvolvida por Ritter centra-se na comparação de áreas por meio de análises empíricas, utilizando o conceito de “sistema natural” que delimita uma área que apresenta individualidades e as compara com outras.

Nesse viés, Ritter preocupa-se em analisar os arranjos individuais e compará-los, tendo seu estudo pautado nos lugares e na busca das singularidades. Para Ritter, a ciência é um elo entre o homem e o divino, usando a religião e a ciência como um intermédio entre os homens. Quanto a essa questão, Moraes (2005) enfatiza:

Para ele, a ciência era uma forma de relação entre o homem e o “criador” (como uma dimensão interior de revelação), uma tentativa de aprimoramento das ações humanas, assim uma aproximação a divindade. Neste sentido, caberia a Geografia explicar a individualidade dos sistemas naturais, pois nesta se expressaria o desígnio da divindade ao criar aquele lugar específico. (MORAES, 2005, p.63).

A visão de Ritter parte de uma noção antropocêntrica em que o homem é sujeito da natureza diante da relação homem-natureza, mesmo nas instâncias regionais que abarcam as individualidades e suas devidas comparações por meio da observação enquanto método. Humboldt permeia-se por uma análise global, pautando a descrição das paisagens e elementos naturais, destituindo desse cenário o elemento homem. Os geógrafos anteriormente mencionados não consideram o espaço como centro de análise ou mesmo a base de todos os fenômenos. Verifica-se que o “espaço” não aparece como conceito base/principal, porém, como receptáculo e sem dinamismo, ou seja, uma paisagem/espaço estático. De acordo com o exposto, Gomes (1996) argumenta que:

A geografia tradicional era, assim, vista como uma ciência reacionária que pretendia afirmar a natureza imutável das relações entre o homem e a Terra. Ela as reduzia aos aspectos naturais primários, tentando construir uma ordem ideal sem nenhuma relação com as condições históricas e materiais da sociedade. (GOMES, 1996, p.293).

Para Ratzel, o espaço é como uma base indispensável para o desenvolvimento da vida humana, sendo um elemento essencial para o avanço social e tecnológico. Nas palavras de Corrêa (2003), “o espaço não se constitui em um conceito-chave na geografia tradicional. Está presente na obra de Ratzel e de Hartshorne, ainda que, como no caso do segundo, de modo implícito” (CORRÊA, 2003, p.17). Ratzel se aprofunda em sua visão espacial,

criando o conceito de espaço vital diretamente relacionado com a apropriação de uma parcela do espaço. A geografia para Ratzel era um instrumento que buscava a legitimação do Estado, além de embasar o imperialismo que se encontrava latente nessa fase da história contemporânea.

O espaço vital estava associado ao equilíbrio da sociedade em relação aos recursos disponíveis. Dessa forma, o desenvolvimento dependeria do meio em que a sociedade estivesse inserida. Com essa visão, criou-se uma base teórica para a política de expansionismo. Visto por essa ótica, tornava-se um movimento ou anseio natural da sociedade. Diante do exposto, o espaço é subsídio para o desenvolvimento. Para Ratzel, o espaço é visto pela perspectiva do físico (recursos). Nesse sentido, a história e o homem seriam produtos produzidos pelo espaço.

A natureza do expansionismo e o desenvolvimento da sociedade condicionado pelo espaço geraram a necessidade de delimitação, conforme os avanços técnicos que se desdobraram na territorialização, fazendo com que emergisse a questão do Estado ter suas raízes no processo de consolidação dos territórios.

(...) a sociedade que consideramos, seja grande ou pequena, desejará manter sobretudo a posse do seu território sobre o qual e graças ao qual ela vive. Quando essa sociedade se organiza com esse objetivo, ela se transforma em Estado (RATZEL, 1990, p.76).

O determinismo de Ratzel norteou o pensamento da sociedade para a importância do Estado e da expansão territorial, incorporando a necessidade da população de obter os melhores “espaços vitais” para alcançar o desenvolvimento tecnológico, conseqüentemente possibilitando a anexação de novos territórios. O Estado aparece como protetor da sociedade e dos espaços adquiridos por meio das políticas expansionistas, pensamento e ações que teriam o respaldo da sociedade, que visava à proteção territorial e desenvolvimento, acentuando as diferenças econômicas e sociais entre os países. Diante do exposto, Moraes (2005) enfatiza:

Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano. Assim, a Geografia de Ratzel expressa diretamente um elogio do imperialismo, como ao dizer, por exemplo, “semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial” (MORAES, 2005, p.59).

O espaço para Ratzel aparece como um elemento de suma importância, como fonte de riqueza e poder, aliado ao desenvolvimento e fortalecimento do Estado-Nação. O período vivenciado por Ratzel é o da consolidação do Estado alemão, a preocupação centrava-se na expansão desse Estado, visto que no pensamento desse autor, é o espaço que determina o progresso e o caminho da história.

Na trajetória do pensamento espacial nas obras e autores que são referenciais da ciência geográfica, brevemente suscitaremos Vidal de La Blache e seu norteamento à instrumentalização da geografia, enfatizando seu objeto de análise e suas relações com o espaço. A geografia proposta por Vidal visa contrapor as ideias estabelecidas por Ratzel, assim, fundando uma escola geográfica essencialmente francesa, atendendo os interesses do Estado daquele momento histórico que se centrava no expansionismo territorial. Segundo Moraes (2005):

[...] a ação imperial francesa não se concentrava na Europa; era principalmente um expansionismo colonial, que tinha por espaço a Ásia e a África. Aqui se criticava a expansão alemã. Por outro lado, estes dois últimos continentes abrigariam sociedades estagnadas, [...] sem perspectivas de desenvolvimento. Aqui o contato seria necessário, para romper este equilíbrio primitivo (MORAES, 2005, p.71).

Vidal criticou ferrenhamente as teorias de Ratzel como o espaço vital; a politização do discurso; e a minimização do elemento homem. Seus esforços na deslegitimação do pensamento geográfico alemão e ao mesmo tempo o embasamento no expansionismo francês geraram um novo pensamento sobre o espaço. Na perspectiva vidaliana, o homem não é puramente passível ao meio, como é colocado na visão ratzeliana, pois o homem sobre a influência do meio e o altera também.

Na construção teórica, ficam nítidas as diferenças entre as linhas de pensamentos ratzelianas e vidalinas e, ao mesmo tempo, sobressaem as proximidades entre esses teóricos da ciência geográfica, visto que ambos buscam subsidiar o Estado em sua expansão territorial idealizada pela classe dominante.

Os valores, costumes e as técnicas que foram desenvolvidos e passados ao longo da história são classificados para Vidal como “gênero de vida”, apontando a relação entre o homem e os recursos existentes no meio em que vive. Ela produz um ponto de equilíbrio no uso deste meio, pois, ao mesmo tempo, há uma grande diversidade de meios/espços que geram uma gama de gêneros de vida, sendo uma explicação para as diferenças espaciais.

O uso dos espaços pela sociedade distribuída pelo mundo é distinto, gerando uma diferenciação no grau de desenvolvimento que se desdobra no “gênero de vida”. Segundo Vidal, é necessário o rompimento do equilíbrio primitivo por meio do contato entre as sociedades que apresentam tipos de “gêneros de vida” diferentes possibilitando o desenvolvimento das sociedades envolvidas. O exposto evidencia os interesses coloniais de dominação de novas áreas. A geografia mais uma vez é utilizada como instrumento de dominação de novos espaços para ampliação de poder de uma classe já dominante. Nesse sentido, Corrêa (2002) destaca dois pontos de interesse da teoria vidalina:

- a) Desmascarar o expansionismo germânico – criticando o conceito de espaço vital – sem, no entanto, inviabilizar intelectualmente o colonialismo francês. b) Abolir qualquer forma de determinação, da natureza ou não, adotando a idéia de que a ação humana é marcada pela contingência [...] (2002, p.12).

Concernente ao espaço, este permanece como elemento físico dotado de poder para a sociedade, visto como fonte de riquezas e recursos necessários para o desenvolvimento do Estado-Nação. Nota-se em Ratzel e Vidal a relação entre o homem e o meio. Em Ratzel, o meio prevalece e no caso de Vidal o homem evidencia-se mais. Nessa linha de pensamento, Andrade (1985) enfatiza que:

A Geografia era uma única ciência, e a natureza e o homem, por ela estudados, formavam um conjunto harmônico em que o meio natural exercia influência sobre o homem, provocando a sua ação, modificando-o, transformando-o e conduzindo-o à produção do espaço. (ANDRADE, 1985, p.20).

A questão espacial para além dos aspectos físicos ou material (capital) deve-se estabelecer além dos pensamentos de Ratzel e La Blache, não negando a importância do legado desses geógrafos no pensamento da ciência geográfica e na forma de fazer ciência na geografia. Diante desse exposto, Pinchemel (1997) menciona que:

O debate sobre o Determinismo e o Possibilismo fez a Geografia perder sua unidade. Ele provocou a dicotomia Geografia física/ Geografia humana. Cada um destes ramos se especializou num campo científico diferente: ciências naturais e físico-químicas para a Geografia física e ciências sociais e econômicas para a Geografia humana. Esta partição apenas reforçou as análises setoriais dos estudos geográficos. (PINCHEMEL, 1997, p. 25).

Subsequente ao pensamento ratzeliano e vidalino, pode-se inserir Hartshorne (1939), que ressalta a importância da intervenção e compreensão do espaço pelos geógrafos, profissionais que teriam todo aporte teórico e metodológico para descrever e analisar a integração de fenômenos essencialmente espaciais. Hartshorne conceitua o espaço como absoluto, como um conjunto de pontos e formas que apresenta sua existência em si, mostrando sua interdependência face às relações externas dentro das relações e dinâmicas espaciais.

O espaço no sentido absoluto apresenta-se como um receptáculo, não sendo produzido pelas experiências, mas sim, sendo experienciado, visto por fora pelo sistema de apropriação. A visão paradigmática de Hartshorne, sobre o espaço de forma absoluta, lhe rendeu muita divergência entre os geógrafos e as linhas de pensamento posteriores, que acreditavam em um espaço conectado e mais fluído, reconfigurando-se constantemente por meio das relações em suas mais diversas escalas, produzindo vários tipos de espaços de acordo com a interação e intensidade. Nessa perspectiva, Corrêa (2003) menciona que:

O espaço na visão hartshoriana é o espaço absoluto, isto é, um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. A geografia constituir-se-ia na ciência que estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a história, por outro lado, estudar os fenômenos segundo a dimensão tempo. (CORRÊA, 2003, p.18).

De forma mais abrangente, o significado espacial ganha mais notoriedade e a geografia enquanto ciência torna-se responsável pelo estudo de todos os fenômenos estruturados no plano do espaço. O Tempo está presente na obra de Hartshorne sendo este, segundo o autor, de responsabilidade dos historiadores. Para Hartshorne *apud* (CORRÊA, 2000), o conceito de espaço apresenta-se “somente um quadro intelectual do fenômeno, um conceito abstrato que não existe em realidade [...] a área, em si própria, está relacionada aos fenômenos dentro dela, somente naquilo que ela os contém em tais e tais localizações”.

Os ideais de Hartshorne apontam a importância do espaço dentro da ciência geográfica e a influência do elemento tempo em sua modificação, em que o encontro do espaço e tempo contempla a vida em movimento/relação. O conceito de espaço absoluto de Hartshorne deve ser entendido no sentido existencial, pois internamente o espaço apresenta relações espaciais que lhe conferem interações e movimentos de diversas esferas. Ressalta-se que o espaço absoluto seria a base para a comparação, atentando-se para o conceito de região, sendo o espaço conceito secundário, utilizando-o como instrumento para diferenciação espacial que embasa a análise regional. Nessa perspectiva, Gomes (1996) deixa clara a intenção de Hartshorne com o conceito de espaço:

Em suma, o criticismo de Hartshorne busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Ele está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais. (GOMES, 1996, p.240).

Como visto, a geografia tradicional teve sua preocupação de consolidar a geografia enquanto ciência e, para tal feito, apoiou-se no positivismo como método, levando a generalização dos espaços e das relações entremeadas

entre os próprios homens com o meio. Esse método provocou um desconforto entre vários geógrafos, criando novas formas de analisar o espaço e o homem, e novas geografias foram criadas. Contemplando essa discussão acerca do positivismo como método adotado pela geografia tradicional, Moraes (1986) apresenta este delineamento como:

[...] a descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. E, desta forma, comprometeu estes próprios procedimentos, ora fazendo relações entre elementos de qualidade distinta, ora ignorando mediações e grandezas entre processos, ora formulando juízos genéricos apressados. E sempre concluindo com a elaboração de tipos formais, a-históricos e, enquanto tais, abstratos (sem correspondência com os fatos concretos). Assim, a unidade do pensamento geográfico tradicional adviria do fundamento comum tomado ao Positivismo, manifesto numa postura geral, profundamente empirista e naturalista (MORAES, 2005, p. 22).

No bojo da geografia positivista, adeptos dessa visão a enxergavam como uma ciência de síntese, fundamentando o objeto específico que lhe caracterizasse ou mesmo o norteara. Nesse contexto, Corrêa (2003) alude que:

Calcada no positivismo lógico a revolução teórico-quantitativa da década de 1950 introduziu profundas modificações na geografia. Adotou-se a visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências da natureza, mormente a física. O raciocínio hipotético-dedutivo foi, em tese, consagrado como aquele mais pertinente e a teoria foi erigida em culminância intelectual. (CORRÊA, 2003, p.20).

A visão de espaço pela ótica dos geógrafos lógico-positivistas custou caro à ciência geográfica, pois elementos essenciais e explícitos do espaço ficaram em segundo plano, como as contradições, os agentes sociais e a própria flexibilidade do espaço em sua metamorfose. Essa corrente geográfica atrelada ao positivismo deixou evidente a forma de ver o espaço e sua tendenciosidade em ocultar as questões sociais, viabilizando um pensamento burguês.

Essa vertente da geografia atendia os interesses individuais ou da pequena classe que detinha o poder, tendo como meta a consolidação de uma

geografia científica, por isso a expressividade e conexão com os modelos matemáticos. A ciência de uma forma geral nesse período buscou se afirmar enquanto ciência. Apoiando-se na lógica matemática, Gomes (1996) complementa essa afirmação ressaltando que:

O que retorna mais frequentemente no discurso dos autores ligados a essa corrente da Nova Geografia é, sem dúvida, a evocação de uma geografia científica e moderna. Construir uma perspectiva geográfica moderna, sustentada por um método lógico-matemático, parecia ser o caminho incontornável dos novos tempos. (GOMES, 1996, p.271.)

Não se despreza a importância da matemática dentro da ciência geográfica, porém, utiliza-se a matemática de forma pura e norteadora das explicações geográficas, não apresentando elementos que expliquem a sociedade e todo palco geográfico, que tem como seu principal motor o movimento.

Ainda, os geógrafos lógico-positivistas mencionavam a geografia como uma ciência de síntese, fato que se desdobra em debates atuais sobre o objeto de estudo dessa ciência. Essa postura de ver a geografia enquanto ciência de síntese permeia a academia científica até os dias atuais, um problema por não apresentar um objeto de estudo uno e consistente dentro da ciência geográfica. Nesse viés, Moraes (2005) aponta que:

Na verdade, a ideia de “ciência de síntese” serviu para encobrir a vaguidade e indefinição do objeto. Tal ideia, que postulava um conhecimento excepcional, desvinculava tal ciência de uma exigência do próprio positivismo - a definição de um objeto de estudo. Assim, esta máxima serviu para legitimar o estudo geográfico com base num fundamento do qual não se cumpria uma exigência central. (MORAES, 2005, p.42).

A geografia na década de 1970 passou por uma transformação em sua filosofia e na forma de fazer ciência, criticando duramente e se distanciando da geografia positivista e se aproximando do materialismo histórico dialético, abrindo caminho para a denominada geografia crítica.

A geografia crítica estrutura-se nas contradições estabelecidas na sociedade, com o objetivo de uma análise da sociedade e do espaço no qual está situada, ganhando assim um “corpo” político e realista quanto à análise.

Com esse posicionamento, a geografia rompe com outras geografias, como a Tradicional ou mesmo a Nova Geografia, que apresenta suas bases nas lógicas matemáticas positivistas. Mesmo com a proposta de um novo método de análise, o movimento de renovação da geografia não escapou das críticas e, ao mesmo tempo, mostra suas limitações no campo científico, principalmente quanto à geografia espacial. Gomes (1996) elucida esse contexto:

O entusiasmo e o vigor da geografia analítica foram progressivamente perdendo o fôlego, em face das múltiplas críticas e dificuldades impostas, sobretudo pelas considerações do caráter político do espaço, feitas à geografia. O progresso dos anos sessenta perdia seu impacto e as numerosas promessas contidas no discurso da Nova Geografia começavam a mostrar seus limites. (GOMES, 1996, p.274).

O movimento de renovação da geografia trouxe consigo novos debates e perspectivas no âmbito da ciência geográfica, com o papel de intervir na realidade materializada, objetivando desmistificar os problemas sociais, reestruturando/ajustando esta ciência com as práticas (sociais, econômicas e espaciais) e a realidade.

Juntamente com o surgimento da geografia crítica surge a preocupação de identificar e definir as categorias de análise do espaço, visto que *a priori* os geógrafos dessa nova corrente debruçaram-se sobre a existência ou não do espaço nas obras de Marx. Claval (1977) afirma que o espaço nas obras de Marx aparece de forma secundária, não se constituindo como temática central e se aproximando da ideia do espaço como receptáculo. A questão espacial estará mais evidente nas obras dos geógrafos neomarxistas. Gomes (1996) analisa o marxismo pela ótica espacial e explana que:

Como se trata de uma análise que confere primazia aos fatores econômicos, todas as diferenças possíveis do espaço físico se diluem na análise econômico-social. Esta última torna-se a tal ponto predominante no processo explicativo, que o próprio objeto da geografia, o espaço, torna-se um elemento secundário. (GOMES, 1996, p.299).

Embora o conceito de espaço esteja amplamente relacionado aos temas de cunho marxista, torna-se proeminente destacar que Marx, em seus textos,

não estabelece alusão clara à questão espacial. Para os marxistas, o espaço em si não tem valor de troca, tendo sua análise pelo valor do uso que lhe é conferido. Nesse pensamento, Raffestin (1993) teoriza sobre o espaço, aludindo que “o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação”. Portanto, não é um objeto comum aos pensadores marxistas, dando ênfase nas relações de produção que se estabelecem no tempo e espaço.

Ao pensar espaço pelo marxismo, Lacoste realiza uma leitura e aponta a ausência do espaço nas obras de Marx, salientando que a renovação pelo marxismo apresenta seus limites aplicativos na ciência geográfica ao tratar do enfoque espacial. Diante desse pensamento, Gomes (1996) esclarece o posicionamento e crítica à ausência do espaço nas obras de Marx:

Assim, em relação ao marxismo, Lacoste mantém uma posição fortemente ambígua. Ele afirma textualmente que a dimensão espacial nunca foi central na reflexão marxista clássica, tendendo mesmo a desaparecer nos textos mais tardios de Marx. Ele afirma, também, que a análise marxista na geografia corre o risco de supervalorizar a História ou a economia política. A geografia perde assim, sua capacidade explicativa, quando apela ao marxismo, podendo somente trabalhar com a causalidade histórica e econômica. (GOMES, 1996, p.287).

A valorização da análise espacial frente à teoria marxista deve-se às contradições econômicas, políticas e sociais que se manifestam no espaço. Geógrafos como Soja, Harvey e Lefébvre centraram seus estudos na análise espacial, mostrando o espaço por meio do movimento, contrapondo o espaço visto pela geografia tradicional. No pensamento fundamentado por Soja (1993), o espaço é primordial para o desenvolvimento da sociedade, mostrando um avanço na temática espacial, não sendo apenas um conceito marginal como era visto na geografia tradicional ou nas obras de Marx, segundo Claval (1977).

Na visão de Harvey (1993), a dimensão do tempo ganha ênfase no tratamento espacial, para a discussão da pós-modernidade. Já em Lefébvre (1976), o espaço passa a ser visto no processo de estruturação da totalidade, refletindo os desdobramentos das lógicas e sistemas. Lefébvre enfatiza que o espaço deve ser visto como espaço social, não como um espaço absoluto, como encarado na geografia tradicional. Ainda o autor expressa que o espaço

não deve ser visto apenas como um produto da sociedade, mas como algo funcional.

O espaço não deve ser o ponto de partida, como se fosse absoluto, e nem o ponto de chegada, como um produto eminentemente social. O espaço deve ser visto pelo movimento, se produzindo constantemente por diversas variáveis. A conceituação de espaço de Lefébvre (1976) menciona que este é o *lôcus* da reprodução das relações sociais de produção, mostrando a importância do espaço para a compreensão da sociedade e seu caráter dinâmico.

A influência de Henri Lefébvre foi fundamental para a constituição dessa transformação na análise geográfica marxista. Ele distinguiu uma dimensão essencial da construção social da realidade, a produção do espaço, através de um novo modelo definido por uma análise fundada sobre dinâmica própria à espacialidade. Este modelo restituía ao espaço um papel chave na interpretação da sociedade. (GOMES, 1996, p.300).

Com os avanços estabelecidos por Lefébvre na conceituação e compreensão do espaço, Milton Santos sofre uma grande influência destes autores, ao tratar do espaço pela concepção social, porém, não de forma exclusiva. Milton Santos amplia seu modo de ver o espaço colocando a dimensão econômica, assim, a formação socioeconômica e o espaço são conceitos que apresentam uma dependência. Santos (1977) afirma que:

Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (...) as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção. (SANTOS, 1977, p.5).

Sociedade e espaço são elementos indissociáveis, não possibilitando a formação de um ou de outro separadamente (*a priori* ou *a posteriori*). É um processo de formação socioespacial, em que o espaço e a sociedade estão em constante movimento, e nesse movimento formando e transformando, com unicidade dos dois elementos.

A complexização do conceito de espaço refere-se como base da ciência geográfica. Não se deve pensar a questão espacial como ponto de partida, pois este se faz presente nos demais conceitos abordados pela geografia. O espaço

não passa a existir por meio das influências internas ou externas, pelo contrário, o espaço já existe em sua própria essência.

Outra corrente que tentou contrapor a geografia lógico-positivista foi da geografia humanista e cultural na década de 1970, apoiando-se nas filosofias pautadas na fenomenologia e no existencialismo. Para a compreensão do mundo real, esta corrente utiliza a subjetividade, a experiência, o sentimento, priorizando o singular e não o universal.

Na geografia humanista-cultural, o espaço perde força como conceito central analítico, despontando outros, como região, paisagem e lugar. O conceito de lugar ganha força, por conter em sua base experiência, vivência e sentimento, tendo o espaço como conotação de espaço vivido.

Norteando a geografia humanista, Tuan (1979) define o espaço por meio das vivências, criando vários espaços por meio do sentimento, produzindo um espaço sentimental individual ou coletivo, enfatizando o espaço além de uma questão lógico-racional, colocando-o no campo mítico-conceitual, voltado à experiência e sentimentos. Por esse viés, Tuan (1983) menciona:

O espaço mítico é também uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Difere dos espaços concebidos pragmática e cientificamente no sentido que ignora a lógica da exclusão e da contradição. (TUAN, 1983, p.112).

O espaço vivido proposto pela geografia humanista e cultural é visto pelo campo das representações simbólicas a partir da construção pessoal, de um grupo ou etnia. É o espaço construído pela afetividade, identidade, que proporciona um sentimento de pertencimento.

A percepção dos espaços gera sentimentos distintos quanto à análise ou mesmo à diferenciação dos espaços. Os espaços podem apresentar uma determinada proximidade, porém, isso não norteia sua similaridade. Mesmo os espaços próximos podem apresentar distanciamentos pela diferença cultural, pela identidade, entrando no campo do simbolismo na construção do espaço pelo vivido. Por esse viés, podemos pensar inversamente, sendo que os espaços distantes podem estar próximos, condicionado pelo pertencimento e compartilhamento cultural como os espaços sagrados ou espaços produzidos pela afetividade e/ou vivência.

A modernidade e a globalização tornaram o mundo mais híbrido, obedecendo à lógica e aculturação do capital. Diante disso, os espaços construídos pela vivência ficaram mais vulneráveis, diminuindo as diferenciações entre eles. Com a velocidade do capital, o espaço vivido ganhou novas práticas, mudando o “olhar” e o sentimento sobre o espaço vivido.

Diante da contextualização histórica da evolução da ciência geográfica, o espaço e a sua adoção ou negligenciamento como conceito central para a geografia, atentaremos aos teóricos que desdobraram especificamente o espaço e seu uso nas pesquisas.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (SANTOS, 1996, p.88).

O espaço é o conceito/categoria que fundamenta a geografia, levando esta ciência a se distinguir das demais ciências sociais. A partir da geografia renovada, as relações sociais são ressaltadas pelo cunho crítico, porém, estas não são analisadas de formas isoladas de outras dinâmicas (econômicas, ambientais e políticas) e do espaço.

O mundo globalizado, balizado pela técnica e pelo capital, gerou novas relações sociais, ambientais e econômicas, estabelecendo novas complexidades espaciais, demandando um esforço maior para a compreensão da totalidade. Imbricado nessa contextualização, temos novos arranjos sociais que apresentam diferentes espacialidades e temporalidades, proporcionando movimentos e interações entre os diversos elementos que se materializam no espaço. Nessa perspectiva, Santos (1988) menciona que:

Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Onde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas. (SANTOS, 1988, p.80).

Na tentativa de compreender o espaço em sua totalidade, Corrêa propõe o conceito de organização espacial, objetivando a materialidade social, analisando o espaço por meio da história e do trabalho social que se materializaram/cristalizaram no espaço. Nas palavras de Corrêa (2003), “a organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social”.

Este autor coloca o homem como agente transformador do espaço, inserindo-o em uma relação temporal e não estática. Ao encontro do pensamento de Corrêa (2003), Santos (1982), ao entender o espaço como dinâmico e temporal, menciona que este é produzido pela “acumulação desigual de tempos”, deixando clara a produção do espaço pelo homem, e a presença de ritmos de coexistência na noção espaço-tempo. Santos (1988) afirma que “o espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento.” (SANTOS, 1988).

Ao pensar o espaço em “movimento e dinâmico”, Suertegaray (2001) compreende este como uno e múltiplo, e que na singularidade espacial pode conter relações externas, porque o espaço geográfico é complexo e dinâmico. Suertegaray (2001) elucida que “não obstante, o espaço geográfico é dinâmico. Sua dinâmica é representada pelo movimento, o girar do círculo. Este giro expressa a ideia: um todo uno, múltiplo e complexo”. (SUERTEGARAY, 2001, p.10). Complementando o exposto acima sobre a complexidade do espaço, Harvey (2006) menciona:

Compreender um pouco o sentido do que é o espaço e como as diferentes espacialidades e espaço-temporalidades funcionam é crucial para a construção de uma imaginação geográfica diferente. Mas o espaço revela-se uma palavra-chave extraordinariamente complicada. Ele funciona como uma palavra composta e possui múltiplas determinações, de modo que nenhum de seus significados pode ser propriamente compreendido de forma isolada. (HARVEY, 2006, p.30).

O espaço é visto como totalidade, com a presença de dinâmicas internas e externas e alto grau de complexidade. Para o entendimento desse conceito,

atentaremos às ideias de David Harvey e Milton Santos, objetivando a aproximação do objeto de estudo desse trabalho.

A análise apresentada por Harvey (2006) propõe compreender o espaço por meio dos conceitos de espaço absoluto, relativo e relacional. Diante desse corpo conceitual, abre-se a possibilidade de se aproximar da essência espacial, aproximando-se da realidade e de suas dinâmicas e movimentos.

O espaço absoluto é visto como elemento fixo, que nos remete à existência material deste. Já o espaço relativo está centrado nas diversas geometrias presente nos objetos, sendo os espaços contidos nos objetos. Já o espaço relativo dependerá do “olhar”, pois os espaços se relativizam “do que” e “por quem”. O espaço relacional apresenta sua desmistificação por meio dos movimentos internos e externos em uma perspectiva temporal dos espaços. Santos (1996) alude sobre o espaço relacional:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (SANTOS, 1996, p.26).

Para se aproximar de uma análise espacial que vise à totalidade, os três espaços propostos por Harvey encontram-se em movimento e interação, com interdependência. Sobre os espaços propostos, Harvey (1973) apresenta:

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos (HARVEY, 1973, p.13).

O entendimento da organização espacial visa à totalidade social em sua espacialização. Santos (1985) propõe quatro categorias que direta ou indiretamente se relacionam, criando e recriando o espaço. As categorias proposta são: forma, função, estrutura e processo.

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p. 52).

Os quatro elementos estão conectados sob uma relação dialética e de interdependência, em que a análise espacial por meio dessas categorias leva à compreensão e à aproximação da realidade complexa do espaço.

A forma está no aspecto do visível da coisa, sendo criada para desempenhar uma função, revelando a espacialidade de uma sociedade. No tocante da categoria função, este desempenha uma atividade relacionada à forma dialeticamente. Como visto a forma pela forma, não explica a espacialidade social, sendo necessária a função para complementar essa categoria, sendo assim, forma e função são categorias indissociáveis. Em consonância com esse pensamento, Trindade (2001) relata:

Apesar de serem governadas pelo presente, as formas contêm também um pouco do passado, pois surgem dotadas de certos contornos historicamente contextualizados. Cada forma possui uma significação social. Frequentemente, a forma permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida. Poderá ela, no entanto, assumir outros papéis em momentos históricos diferentes. Sua destruição ou seu desaparecimento não é imediato e, às vezes, torna-se não só indesejável como dispendioso, ou até mesmo impossível (TRINDADE, 2001 p.133).

A estrutura norteia a organização dos objetos, mostrando como estes estão inter-relacionados, apresentando a natureza social e econômica da sociedade em um determinado momento do tempo. No processo está imbricado o elemento tempo, condicionando mudanças contínuas, sendo que estas mudanças apresentam contradições internas. O processo é uma estrutura em movimento, recebendo ações continuamente no espaço, materializando-se em formas por meio das funções. Segundo Santos (1992), "o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente mudança". (SANTOS, 1985, p.49).

Aplicando uma relação entre a teoria de Santos (1985) e o objeto de análise dessa pesquisa, aproxima-se do uso espacial de Presidente Epitácio pela perspectiva temporal. No ano de 1990, o município de Presidente Epitácio foi titulado como Estância Turística do Estado de São Paulo, relacionando a forma (espaço) e a estrutura (política). A forma é a base, o palco espacial onde se consolidam as ações norteadas pela estrutura, centradas na imaterialidade, contendo as intencionalidades das ações econômicas e sociais. A titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo é a estrutura, o pensar político na apropriação da forma pré-existente, produzindo uma função.

O turismo mercantiliza e vende o que a sociedade construiu material e imaterialmente, formas e estruturas passadas. Veremos adiante neste trabalho as partes/formas espaciais (partes que fazem parte do todo espacial) que foram apropriadas por essa atividade e que se tornaram atrativos turísticos de Presidente Epitácio.

Na década de 1970, o Brasil utiliza o discurso desenvolvimentista por meio de grandes obras hidroenergéticas, pensadas no âmbito nacional e que se desdobram no local (Figura 3). Esta foi outra estrutura idealizada verticalmente que se desdobrou no espaço (forma) de Presidente Epitácio, produzindo novas formas e usos. A multiescalaridade dessa política (estrutura) desenvolveu ações concretas pela CESP, com a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta, em Porto Primavera (SP), no ano de 1980, que entrou em funcionamento no ano de 1999.

No ano de 1998, fecharam-se as comportas da UHE Engenheiro Sérgio Motta, iniciando a formação do lago artificial no Rio Paraná. Com a formação do lago, as paisagens se alteraram ao longo do curso do Rio Paraná, causando vários impactos ambientais (Figura 4). O município de Presidente Epitácio teve seu espaço (forma) impactado por essa ação, que inundou áreas ambientais, urbanas e rurais. Para amenizar os impactos, a CESP realizou uma série de obras mitigatórias e compensatórias que estruturaram o município, reforçando a titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo (estrutura).

Figura 3- Propaganda desenvolvimentista da Eletrobrás em 1968.



Fonte: Eletrobrás (2019).

Figura 4– Imagem de satélite de 1987 e 2000 da barragem UHE Engenheiro Sérgio Motta.



Fonte: Prefeitura de Presidente Epitácio (2019).

O turismo espontâneo era praticado no município de Presidente Epitácio antes da titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo, porém, não apresentava o mínimo ou a intencionalidade voltada a uma organização ou mesmo planejamento turístico. Recebiam-se visitantes da região para o lazer de um dia, não agregando valor e dinamismo econômico para o município. As políticas citadas são distintas, porém complementares para a consolidação do turismo do município, atendendo os interesses e objetivos das ações e discursos governamentais daquele momento.

Após a titulação de Estância Turística, tentou-se uma estruturação técnica e política voltada ao turismo, buscando uma devolutiva em relação às obras realizadas pela CESP, assim, o município de Presidente Epitácio por meio desse processo, procurou produzir uma nova função para sua forma, mercantilizando suas formas (novas e existentes), atribuindo ao turismo o desenvolvimento econômico atual do município (Figura 5). Tal afirmação embasa-se no discurso político de escala estadual, que menciona Presidente Epitácio como a “praia que não fica no litoral”, ou no discurso dos agentes na escala local que colocam Presidente Epitácio como a “joia ribeirinha”.

Figura 5- Revista Epitácio 2012.



Fonte: Prefeitura de Presidente Epitácio (2019).

Segundo Santos (1985), o processo é o próprio movimento das estruturas, que desencadeiam em ações e produzem na forma uma nova função. A análise de Presidente Epitácio pela teoria proposta por Santos (1985) leva-nos ao entendimento de que o espaço está em constante mudança e que forma, função, estrutura e processo apresentam uma interdependência dialética.

Os elementos apresentados buscam a aproximação da teoria de Santos (1985), expondo as mudanças e os usos dos espaços de Presidente Epitácio. Ressaltamos que nos próximos capítulos nos aprofundaremos no entendimento dos elementos que foram citados nessa análise, apresentando detalhamento teórico e do próprio objeto de estudo.

Como trabalhado nesse texto sobre o espaço, nota-se a complexidade desse conceito e sua importância para a geografia e para o turismo, apresentando os limites na busca da totalidade, sendo que a noção de totalidade é subjetiva e necessita da análise de diversas variáveis para a aproximação da realidade. O espaço deve ser visto em seu movimento conjunto com a sociedade, na construção do espaço social, que deriva da interdependência dos aspectos econômicos, políticos e ambientais, dentro da dinâmica escalar. Nessa perspectiva, Santos alude que:

As transformações espaciais provêm da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial. Chegamos, finalmente, a um mundo onde, melhor do que qualquer outro período histórico, podemos falar de espaço total. (SANTOS, 1978, p.207).

Uma dimensão essencial para a compreensão espacial é o tempo, pois este se materializa no espaço. A função espacial solidifica-se em formas espaciais, assim datando um tempo no espaço, estreitando o entendimento e a conexão entre espaço-tempo. Santos (1978), nesse sentido, enfatiza que: “A noção de tempo é indispensável da ideia de sistema, cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das variáveis presentes depende estreitamente das condições gerais do sistema em que se situam” (SANTOS, 1978, p.254).

A sociedade só se torna concreta por meio do seu espaço, seja do espaço que ela mesma produz, ou do espaço que é inteligível por meio da própria sociedade. Santos (1978) afirma que: “a história não se escreve fora do espaço sendo social, não há sociedade a-espacial” (SANTOS, 1978, p.246).

O espaço adquire movimento ao ser analisado como produto da sociedade, e entendido pela dimensão tempo, contemplando movimentos internos e externos que lhe conferem transformação ininterrupta. Corroborando com esse pensamento, Santos (1996) infere que esse movimento se encontra em “transição em marcha”. Ressalta que o movimento de transição deixa resquícios de outras temporalidades espaciais, resquícios estes cristalizados no espaço, que são definidos por Santos (1975) como “rugosidades do espaço”.

O espaço na produção da ciência geográfica é de suma importância para compreender a sociedade e suas relações, visto que o espaço é a base da sociedade onde se materializam suas relações e ações. Pode-se dizer que sem o espaço não há sociedade, pois este é o palco de sua cotidianidade. O estudo espacial é um grande diferencial da geografia em relação às outras áreas do conhecimento. O espaço é o que proporciona vida à geografia e ambos caminham juntos, pois separados perderiam o sentido e sua essência.

2.2 Território: da construção conceitual à territorialização espacial

Vivenciamos um momento da história que é caracterizado pela fluidez, não apenas em questões econômicas, sociais e culturais, mas também no mundo da informação e do conhecimento. Produz-se a necessidade de aprofundar os conceitos trabalhados pela geografia, que constantemente são abordados de forma inadequada, levando à banalização ou esvaziando seu sentido. Diante desse pensamento, norteamos o desenvolvimento do conceito de espaço anterior, visando embasar e sustentar o conceito de território, proporcionando a distinção e a conexão entre esses conceitos que são centrais nesta pesquisa.

O conceito de território encontra-se em várias áreas do conhecimento, apresentando diversos sentidos e usos. No campo conceitual, o território em

seus primórdios esteve atrelado às ciências naturais, estabelecendo a relação de território com o mundo animal e toda sua complexidade hierárquica de dominação.

Atualmente diversas áreas se “apossaram” do conceito de território e passaram a utilizar em suas pesquisas, com outros paradigmas e abordagens. A história desse conceito é recentemente de suma importância para a ciência geográfica, presente em diversas temáticas de pesquisas. Diante da construção do conceito de território, Andrade (2004) menciona a relação do território com o mundo do animal.

Nas ciências naturais, o território seria a área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. (ANDRADE, 2004, p.213).

O conceito de território não tem sua origem e essência na geografia, porém, vem adquirindo espaço e tomando corpo nas teorias que levam à compreensão da ciência geográfica. Por esse viés, torna-se necessária a desconstrução do conceito de território, para que não seja utilizado como sinônimo de espaço e vice-versa. Em relação ao sentido etimológico da palavra território, Haesbaert (2004) menciona que:

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa. (HAESBAERT, 2004, p.43).

De forma simplista, a definição de território consolidou-se no senso comum como parcela do espaço delimitado, associando-se à questão do Estado-Nação e suas fronteiras político-administrativas. Essa generalização leva a um esvaziamento conceitual, visto que o território adquiriu novas roupagens no campo da ciência geográfica. Por meio de um pensamento generalizador, percebe-se que a explicação do conceito de território sempre tem consigo a questão espacial, por mais simplista que seja a análise. Corroborando com o exposto, Raffestin (1993) enfatiza que:

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. (RAFFESTIN, 1993, p.153).

Para Raffestin (1993), todas as relações são permeadas pelo poder, induzindo-nos a refletir sobre a produção territorial nessa escala. O poder se manifesta em qualquer grupo, mesmo animal, apresentando-se como conteúdo espacial, produzindo delimitações e fronteiras. Como expresse, o espaço é o sustentáculo do território, estabelecendo todas as relações entremeadas pelo poder. Nesse sentido, Raffestin (1993) aborda que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Dialogando sobre o pensamento territorial, Raffestin (1993) e Andrade (2004) mencionam a importância do poder na construção do território, visto que o poder é uma força imaterial, agindo abstrativamente nas relações e se materializando no espaço, produzindo diversas territorialidades. No desenvolvimento da teoria territorial, pode-se enfatizar a importância do conceito de poder em nível psicológico social em ordem abstrata, criando hierarquias e estabelecendo fronteiras em relação ao "outro". Dessa forma, as territorialidades se desdobram no nível psicológico (imaterial) e no material (formas), conformando o espaço.

Analisando os referidos autores, podemos enfatizar o papel do espaço como base da produção territorial, ora visto como estático, recebendo as materializações territoriais, ora visto *a priori* como um processo. Geiger (2002) menciona que:

Todo conceito é um objeto de pensamento e, neste sentido, abstrato. O termo território refere-se também à relação abstrata de poder, contida no termo. Território corresponde, pois, a um nível de produção social de espaço. Espaço propriamente dito,

como o espaço urbano, correspondente a um nível mais elevado da produção social. (GEIGER, 2002, p.238).

Para desenvolver o conceito de território, aprofundamos o conceito de espaço para não renegar esse importante elemento na construção das análises territoriais. Portanto, enfatizamos a importância da noção espacial nessa pesquisa para subsidiar o conceito de território, pois o espaço não deve ser visto de forma estática, como um receptáculo das relações de poder provocadas pela sociedade.

O espaço deve ser entendido como aberto e fluído, no mesmo sentido que se deve olhar o conceito de território, dado que a geografia nos apresenta um mundo dinâmico, em que o movimento é um elemento essencial para compreender o mundo. Dessa forma, o movimento não deve ser anulado para a compreensão dos conceitos de espaço e território. Ao encontro das ideias supracitadas, Geiger (2004) enfatiza que:

A extensão histórica do ecúmeno, a intensificação da mobilidade dos homens, a formação dos Impérios, foram entre outras razões para o emprego crescente da expressão espaço geográfico que contém em si o território. O espaço deste modo transcende fronteiras e psicologicamente transmite a sensação de abertura. (GEIGER, 2004, p.236).

A construção do território tem como essência o “poder”, que cria fronteiras físicas ou abstratas, tendo o espaço como “palco” das relações produzidas e reproduzidas pelo poder. Por esse viés, a prática social em todas as instâncias se desdobra no espaço, reforçando que o espaço e território não são sinônimos. Porém, ambos estão estreitamente ligados e interdependentes, visto que o espaço é *a priori* do território. Andrade (2004) reforça esse pensamento esclarecendo que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 2004, p. 213).

Toda prática social reproduz uma prática espacial, portanto, todas as tramas e ações são aditivadas no âmbito espacial, produzindo práticas territoriais que se consolidam na organização social, moldando-se por meio de fronteiras, limites materiais ou imateriais. Como mencionado no texto, todas as relações são intermediadas pelo poder, logo, todas as ações geram práticas territoriais. Raffestin (1993) nos esclarece a produção territorial destacando que:

Toda prática espacial, mesmo embrionária, introduzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma “produção territorial” que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Diante das discussões assentadas sobre o território, pode-se dizer que este conceito é revestido pela essência do poder, concluindo que uma pequena parcela da sociedade detém o poder. Por outro lado, uma grande parcela “consente” a territorialidade criada por uma minoria que norteia seus interesses intermediados pelo poder. Dentro da historicidade do conceito de território, este é abordado em outras áreas do conhecimento no sentido jurídico e político, como as fronteiras nacionais. De acordo com Corrêa (2004):

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra que pertence a alguém. Pertencente, entretanto não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Essa apropriação por sua vez tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato efetivo, por sua vez legitimando, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. Nesse sentido o conceito de território vincula-se à geografia política e geopolítica. (CORRÊA, 2004, p. 251).

Na direção de uma visão político-administrativa, essa linha de pensamento teve sua importância centrada no campo da geopolítica durante a criação e consolidação das fronteiras nacionais. Por essa linha de pensamento, pode-se enfatizar o ideal de Ratzel nesse campo, que é impregnado com o paradigma burguês, auxiliando na formação/unificação do Estado alemão. Essa territorialização se consolidou para atender os interesses econômicos de uma elite, porém, desdobrando-se em toda a sociedade alocada nesse espaço

produzido pelos interesses etilistas, pois essa criação reproduz um sentimento nacionalista, cultural e coletivo, fortalecendo a formação do Estado-Nação.

(...) Ratzel faz uma tentativa de avançar na abordagem do território (povo) ligado ao solo/ambiente, sinalizando para além da geopolítica através de elementos da cultura (religião) e da economia (comércio), porém, em virtude de sua proposta teórico-metodológica com um caráter institucional e burguês, não consegue abarcar coerentemente essas três dimensões ao tratar do território. Por isso faz uma abordagem a serviço do Estado alemão de sua época, sem superar a visão naturalista de território (SAQUET, 2010, p. 31).

Ratzel tinha como objetivo assegurar o controle do espaço, logo, este era visto apenas como solo e recursos, visão que naturalizava o território, enfraquecendo o elemento homem (povo) na discussão territorial.

Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos ao contrário, em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que esta não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo seu início, se não se levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa a perder uma parte do seu território, esse é sem dúvida o princípio da sua decadência futura (RATZEL, 1990, p. 74).

Território é sinônimo de poder, o poder é controlado pelo Estado, o Estado é comandado por uma minoria e a maioria se territorializa conforme os interesses dessa minoria. Esse pensamento sobre a territorialização hierarquiza a sociedade por sua capacidade econômica, naturalizando as ações comandadas por uma pequena elite. Nota-se a importância de compreender o espaço e o território como conceitos indissociáveis e complementares. Corrêa (2004) afirma uma gama de possibilidade e sentidos quanto à essência desses conceitos.

Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a outro mais abrangente, o espaço, isto é, a organização espacial. O território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. (CORRÊA, 2004, p. 251).

Abordamos o conceito espacial de forma aberta e dinâmica, não como um elemento exterior ao homem, logo, esse presente no espaço produz suas territorialidades (individuais ou coletivas) por meio de suas vivências.

O Estado-Nação vem produzindo novas dinâmicas ao incorporar elementos do mundo, globalizando, fragilizando e flexibilizando as fronteiras, assegurando a expansão do capital. As fronteiras materiais/espaciais que foram conquistadas pela perspectiva da soberania nacional de um povo vêm se tornando um elemento puramente institucional.

Para o capital não existem fronteiras. Nesse movimento de flexibilidade do território, novos valores são embutidos nas formas e funções espaciais, e com essas transformações, a sociedade segue os ritmos comandados pelo capital. Na perspectiva das transformações territoriais ordenadas pelo Estado-Nação e seus desdobramentos na sociedade, Santos (2004) menciona que:

Pensar o território dialeticamente, “o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que ao mesmo tempo, o moldava”. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da nação, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. (SANTOS, 2004, p.15).

Entretanto, o aditivo para as novas configurações está centrado no poder, com novos embates sociais que geram novas territorialidades e materialidades espaciais. As contradições das relações entre sociedade e capital estabelecem a produção do espaço, criando e recriando diversas territorialidades. Perante os movimentos territorializantes, vale mencionar a importância do espaço, sendo este considerado pelo seu valor de uso e troca. Por essa perspectiva, cada sociedade, por meio de sua produção cultural e econômica, valoriza a dimensão espacial de uma forma.

O espaço perante a construção das formas territoriais: Raffestin (1993) enfatiza que as relações socioeconômicas que se estabelecem no território ocorrem mediante o poder. Este autor deslumbra o espaço como um receptáculo (um substrato) territorializado pelo homem. De acordo com Saquet (2010), ao analisar a obra: Por uma Geografia do Poder, de Claude Raffestin (1993), este chega à conclusão que:

Uma limitação está na sua compreensão do conceito de espaço geográfico. Entende o espaço como substrato, palco pré-existente ao território: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da Terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana. Nesse sentido, ela equivale ao espaço (...)” (Raffestin, 1993, p.223). Tem um conceito superficial, enquanto natureza-superfície, recursos naturais. Porém, o espaço geográfico não é apenas um palco, receptor de ações, substrato. Ele tem valor de uso e de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis. (SAQUET, 2010, p.77).

A visão estabelecida pelo autor “neutraliza” o espaço, apresentando-o de forma superficial, enfraquecendo as múltiplas relações e interpretações que o espaço apresenta dentro dos movimentos territorializantes. Em consonância com o pensamento estabelecido sobre o uso do espaço e as novas experimentações territoriais, Saquet (2010) nos elucida que:

O poder diante de relações desiguais gera resistência, é nesse ponto onde temos uma nova territorialidade, de novas visões, anseios e distintos paradigma de vida, e nesse contexto o poder gera uma relação conflituosa, desdobrando em várias territorialidades simultâneas, onde os interesses, o olhar, sentimento e utilidade/uso do espaço, adquire conotação singular para cada grupo pertencente nessa relação entremeada pelo poder. (SAQUET, 2010, p.32).

Acrescentando as ideias apresentadas no texto, constata-se que a noção de território produzida por Ratzel, no entendimento de forma e função, metamorfoseou-se ao longo tempo, adquirindo novos olhares e novas combinações relacionais, encaminhando a novas interpretações sobre o poder, produzindo novas relações escalares que se materializam no espaço de forma material ou imaterial por meio de novas territorialidades.

O território oriundo das lógicas estabelecidas pelo Estado-Nação atualmente não apresenta a mesma função, pois o mundo está em um processo de volatilidade, e as fronteiras estão se esmaecendo, cedendo lugar para os espaços conectados por redes e nós, como supracitado em Santos (2004), como a transnacionalização do território. Complementando essa abordagem, Raffestin (1993) enfatiza:

[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p.7).

Importante enfatizar as ações que permeiam a formação do território, e que cada grupo social por meio da materialidade do espaço cria e (re)cria suas territorialidades. As territorialidades se distinguem de acordo com a capacidade de controle do poder de cada classe, estando sobrepostas e dotadas de singularidades, sentimentos e afetividade, características construídas pelo coletivo. O território deve ser compreendido pelo uso do espaço, visando ultrapassar a visão de território construído pelo Estado-Nação/Jurídico-Político, sendo que a análise desses conceitos por única vertente induz ao entendimento fragmentado de território. Em consonância com as ideias apresentadas, Corrêa (2004) discorre que:

A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Nesse sentido o conceito de território vincula-se a uma geografia que privilegia os sentidos e simbolismos atribuídos aos lugares. (CORRÊA, 2004, p.251).

Refletindo para “além” das fronteiras político-administrativas, ressaltam-se a importância e o papel destas na manutenção do território. Atualmente o território se constrói pelo movimento, devido ao processo globalizatório. Nesse sentido, as fronteiras que foram de suma importância para a manutenção do território vêm se apequenando diante da produção de um espaço descontínuo pelo capital.

O capital apresenta ações intencionais no espaço, produzindo territorialidades voláteis que atendem os interesses produzidos pela sociedade de forma momentânea. Diante de uma economia dinâmica, percebe-se que o espaço recebe estímulos que geram territorialidades que são mutáveis perante o tempo.

O território pensado por Ratzel modificou-se no levante do tempo, entretanto, mantendo sua essência de representar os ideais da elite na

produção e reprodução do capital. Porém, as fronteiras esmaeceram diante de uma nova organização política e econômica, em que as corporações cresceram tornando-se maiores que o Estado, criando novas espacialidades e territorialidades.

Nesse contexto, ressalta-se a importância da geografia como ciência que busca interpretações espaciais e territoriais. Dentro de uma construção epistemológica, a geografia adotou vários conceitos para compreender a realidade dada no/pelo espaço. O conceito de território foi negligenciado pela geografia entre as décadas de 1950 e 1970, ocultando as relações de poder que constroem o território. Esse posicionamento atendia os interesses da burguesia, que via o território pela ótica militar visando à manutenção das fronteiras político-administrativas dos Estados.

As transformações políticas, econômicas e sociais no cenário internacional levaram a uma nova estruturação da geografia, que adotou uma postura mais crítica e próxima da esfera da vida. A função do intelectual no mundo atual se transfere do paradigma de uma postura passiva para ativa, valorizando os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que constroem o território.

O conceito de espaço após a década de 1970 agregou novas técnicas e tecnologias que modificaram a velocidade do capital e das relações intermediadas pelo poder nas mais distintas esferas da sociedade. Nesse momento, a geografia passa por uma remodelagem metodológica para compreender as mudanças socioespaciais, levando ao “redescobrimento” do conceito de território. Saquet (2010), ao discutir sobre a retomada do conceito de território pela geografia, menciona que:

O conceito de território é retomado, nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico. (SAQUET, 2010, p.53).

Com a “redescoberta” do território na ciência geográfica, a abordagem territorial como forma explicativa de questões que permeiam a sociedade,

como os problemas inerentes à esfera do cotidiano, levou os pesquisadores a uma visão crítica sobre a formação do território.

Por intermédio das novas dinâmicas que se estabeleceram na sociedade e no espaço, alterou-se o conceito de território, deixando de ser analisado estritamente pelo quantitativo no sentido jurídico-administrativo. Nesse embate, Saquet (2010) menciona que:

Este conceito assume relevância na teoria política a partir do século XIV, juntamente com o de soberania do território nacional. O território é resultado das ações dos homens em sociedade, demarcando e organizando o espaço, tanto jurídica como cultural e economicamente. (SAQUET, 2010, p.69).

A geografia crítica contribui no entendimento da formação do território pelo aspecto qualitativo, aproximando da esfera da vida. Como menciona Raffestin (1993), o território é produto de uma coletividade, assim, engendrando a possibilidade de uma análise territorial para além do território pensado e construído pelo Estado.

O espaço como elemento indissociável do território deve ser analisado como produto das condições de sua essência e potencialidades específicas (sendo ocupado de acordo com os interesses da sociedade ou do capital), que apresentam dinâmicas socioespaciais que se conectam com o território.

A produção espacial está imbricada com as relações sociais e interesses de classes que se aproximam da escala da vida. Porém, os produtos das relações sociais, econômicas e culturais, são intermediados pelo poder, assim, produzindo elementos (i)materiais e materiais submetidos à espacialidade e territorialidade, como constatado em Saquet (2010). No entendimento conceitual do território pela (i)materialidade e materialidade, Fernandes (2008) expõe que:

Os territórios materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008, p. 03).

No campo da produção (i)material, as territorialidades se sobrepõem, não sendo delimitadas exatamente por fronteiras materiais, mas por fronteiras produzidas no campo do simbólico e abstrato. No campo da produção material, temos a materialização do capital no espaço, acarretando em novas territorialidades, pensadas por uma minoria da sociedade que detém o poder, porém, atingindo aquelas que “aceitam” coercitivamente tais territorialidades (de ordem econômica e política). Por esse aspecto, Souza (1995) enfatiza as contradições que perpassam na construção do território, que é:

[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. [O que traz embutida uma questão inseparável: (...) quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço; quem domina ou influencia quem nesse espaço e como? (...) territórios são relações sociais projetadas no espaço. (SOUZA, 1995, p.78).

A produção do território (i)material ou material na esfera do cotidiano atinge a sociedade direta e indiretamente, construindo territorialmente novas abordagens e concepções sobre o território. Dada a complexidade do entendimento das relações que constroem o território diante da materialidade e (i)materialidade, Saquet (2010) salienta que:

O território pode ser pensado como um texto num contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações, econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i)materialmente. É descontraído e reproduzido, num único processo. Há sujeitos e, concomitantemente, transformação do ser em seu ser outro, que o contém. Um está no outro, no mesmo movimento de formação do território. (SAQUET, 2010, p.163).

A ótica trabalhada até o momento considera o território um instrumento de análise social, contribuindo com a desmistificação das relações sociais que se desdobram no espaço produzindo novas territorialidades que norteiam os interesses de cada classe social. Seguindo a linha de pensamento, Saquet (2010) evidencia que:

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e com os indivíduos de outros lugares, efetivando as tramas transescalares em diferentes níveis territoriais (SAQUET, 2010, p.118).

A construção teórica do conceito de território visa compreender a distinção e complementaridade entre espaço e território, expondo a complexidade e a flexibilidade das territorialidades.

Para melhor entendimento e adequação aos objetivos desta pesquisa, utilizaremos a teoria e os conceitos propostos por Haesbaert (2004). Este compreende o território pelas questões de ordem econômica, política, cultural.

O direcionamento teórico territorial relaciona-se com o objetivo desta pesquisa, que é compreender o processo de territorialização do turismo em Presidente Epitácio, explorando as alterações que se estenderam no âmbito social, econômico, político e espacial. Para tal feito, ancoraremos em conceitos que possam subsidiar o entendimento das políticas estabelecidas pelo Estado de São Paulo na titulação das Estâncias Turísticas e da CESP com a materialização do projeto energético que culminou com a formação do lago artificial no Rio Paraná, provocando alterações espaciais e territoriais.

Ambas as políticas tiveram ações e discursos multiescalares e complementares que produziram novas territorialidades que valorizaram a atividade turística. Realizamos uma discussão histórica do objeto de estudo anteriormente, respaldando o entendimento de que a formação territorial do município de Presidente Epitácio é distinta do processo de territorialização turística do município, porém são complementares. O turismo utiliza elementos territoriais que se consolidaram no espaço ou na sociedade imaterialmente, de outros processos territoriais, assim, recriando territorialidades que percorrem a esfera social, cultural, econômica e ambiental.

Por esse viés, Haesbaert (2004) apresenta três elementos que são intrínsecos para a compreensão das dinâmicas territoriais, sendo esses: **jurídico-político**, estabelecendo que “[...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; **cultural**, que “[...] prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o

espaço”; e **econômica**, “[...] que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT, 2004, p.40).

Os elementos que compõem o território e a territorialidade não são dotados de imobilidade, pois estes estão presentes na esfera da vida. Em consonância com esse diálogo, Andrade (2004) elucida que:

Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território. (ANDRADE, 2004, p. 214).

A territorialidade é passível de entendimento quando conectamos os elementos que compõem o território (Haesbaert 2004), com o contexto sócio-histórico e espacial-temporal. No entrelace dos aspectos econômicos, políticos e culturais, movidos pelo tempo e materializados no espaço, reflete a complexidade da esfera da vida. Raffestin (1993) enfatiza em seu pensamento que:

[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema [...]. (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Entretanto, as territorialidades são recriadas pelas relações sociais e econômicas mediadas pelo poder. Por meio da escalaridade, pode-se dizer que a sociedade “experimenta” todas as territorialidades produzidas, visto que processo territorializador ramifica-se em outras ações que podem atingir direta ou indiretamente a sociedade que vive em sua territorialidade cotidiana.

Associando com a área de estudo, pode-se dizer que a população epitaiana sofreu ações territorializantes provenientes de políticas e discursos do Estado que se materializaram no local. Nesse processo, a população viu seu território se alterando e novas dinâmicas territoriais foram se estruturando espacialmente e coabitando com as territorialidades já existentes. No ano de 1990, com a titulação de Estância Turística, e no ano de 1998, com o início da

formação do lago artificial, a sociedade epitaciana passou a conviver com novas territorialidades.

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédios de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p.158).

A coexistência é uma das principais características para o desenvolvimento do debate sobre a territorialidade, enfatizando a relação com os elementos que constituem o território. O processo de territorialização são as ações que se consolidam no espaço e na sociedade, pela relação entre os elementos territoriais, constituindo novas territorialidades.

A territorialidade pode ser entendida por meio das forças que atuam sobre a sociedade e no espaço, tratando-se de um produto histórico, formatado e cristalizado pelos interesses da sociedade (horizontal) ou capital (vertical).

Nesse processo o espaço tem papel de protagonista no processo territorializador, motivando os agenciamentos que ocorrem conforme a valorização dos recursos presentes no espaço. Seguindo esta linha de pensamento, Haesbaert (2004) emblemática que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento”. (HAESBAERT, 2004, p.280).

A territorialização não deve ser entendida como um conceito isolado, ou como o resultado final na formação do território. Este é um processo que tem como essência o movimento/deslocamento que altera as relações sociais, que resvala na escala do cotidiano, como: o âmbito familiar, profissional e corporal (pensamento e comportamentos).

Aprofundando a discussão a partir das territorialidades, deve-se entender esse processo por meio de três movimentos: a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização.

Os movimentos de desterritorialização e de reterritorialização ocorrem dentro de uma estrutura (espacial, social, política, econômica, cultural e/ou ambiental) dependendo dos interesses e das ações, podendo levar à

modificação das territorialidades anteriores ou mesmo destruí-las. Nessa perspectiva, Saquet (2007) elucida que:

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, *no* e *com* o espaço geográfico, centrado e emanado *na* e *da* territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se *na* e *com* a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade. (SAQUET, 2007, p. 57).

Os conceitos apresentados encontram-se no campo da abstração, porém, nos encaminham para o entendimento das materialidades postas no espaço e nas relações sociais, ressaltando que o processo de desterritorialização é interdependente do processo de reterritorialização. Saquet (2010) elucida que a interdependência ocorre:

Simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há a perda do território inicialmente apropriado e construído [...] e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. (SAQUET, 2007, p. 39).

O processo de desterritorialização é entendido pelas vertentes econômicas, políticas e socioculturais/simbólicas. Para compreender a desterritorialização em sua essência, não se deve abordar esse processo por única vertente de análise, visto que esse processo apresenta uma inter-relação com todas as vertentes. Como exemplificação, pode-se mencionar o agenciamento/ação econômico que perpassa pelo âmbito político e se desdobra em ações que se materializam no espaço, alterando a esfera do cotidiano. Atualmente as análises territoriais visam em sua maioria à dimensão economicista. Quando analisado de forma isolada pode encaminhar para interpretações errôneas sobre a formação e transformação territorial.

A inclinação de um pensamento economicista sobre o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização volta-se à valorização dessa vertente em nossa sociedade atual, que é reforçada pelos avanços tecnológicos que formam uma rede econômica em escala global.

Entretanto, todos os agenciamentos proporcionados pela vertente econômica se efetivam no local, produzindo várias ramificações, impulsionando o movimento de desterritorialização, que atravessa a instância política, sociocultural e simbólica.

Com o advento da globalização, o capital tornou-se mais fluído, com agenciamentos econômicos globais capazes de produzir novos arranjos que se estendem na escala local. Assim, os movimentos de uma dinâmica econômica globalista atingem direta ou indiretamente a escala do local e o campo individual (elemento da sociedade), estabelecendo novas territorialidades pelo processo de desterritorialização alçado pelo capital.

A desterritorialização é uma via de mão dupla, em razão de que todos os sentidos implementam novas territorialidades, que devem ser analisadas e compreendidas por quem e para quem esse processo está sendo realizado. Por esse viés, adquire importância o entendimento da complexidade da desterritorialização além do econômico, visto que o olhar exclusivamente econômico leva a um ocultamento da realidade, desviando-se dos problemas sociais e estruturais causados e materializados na escala local (escala do cotidiano).

A esfera econômica desdobra-se em diversos segmentos da sociedade, territorializando e desterritorializando ao mesmo tempo, aproveitando as vantagens espaciais, sejam naturais ou de formas já consolidadas de outros processos territoriais, visto por Santos (1994) como território usado. Por esse viés de pensamento, Santos (2011) explicita que:

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, por que o real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (SANTOS, 2011, p.138).

Na esfera política do processo de desterritorialização, há um entrelace com as esferas econômicas e socioculturais. Atualmente as corporações adquiriram força maior que a dos Estados, sendo este último uma máquina dita

“pública” que é comandada pelas grandes corporações, tendo como objetivo controlar os vários aspectos da sociedade, visando à ampliação do lucro.

Por meio dos agenciamentos do Estado, as corporações econômicas impulsionam o processo desterritorializador que atinge a multiescalaridade, modificando as territorialidades da sociedade no âmbito material e imaterial. Esses agenciamentos são norteados para atender o capital, assim, verticalizando o processo de desterritorialização, criando territorialidades com interesse individual e que se alocam no coletivo. Diante da territorialidade política, Haesbaert (2007) explana que:

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2007, p. 22).

As políticas se estabelecem de cima para baixo (verticalidade do poder), territorializando os interesses de uma pequena classe e desterritorializando a grande massa da sociedade, recriando novas territorialidades. Esse processo enfatiza o papel do Estado e das políticas que quando consolidadas alteram a escala da vida (local/cotidiano). Porém, esse movimento não desterritorializa totalmente as territorialidades pré-existentes. Assim, a mesma sociedade projeta várias territorialidades e experiencia concomitantemente outras territorialidades coercitivas. Nesse viés de pensamento, Haesbaert (2010) menciona que:

Esse Estado produz uma territorialidade que não destrói completamente a territorialidade tradicional das comunidades primitivas, mas se apropria delas e integra-as como peças ou órgãos de produção na nova máquina despótica. Trata-se assim de uma des-re-territorialização complexa, que ao mesmo tempo destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social. (HAESBAERT, 2010.p. 196).

Diante do exposto sobre a desterritorialização por meio do componente político, fica explícita sua relação com a esfera econômica, e que suas ações/agenciamentos desdobram-se na escala local (indivíduo/coletivo).

Complementando o pensamento sobre as relações territoriais e seu desdobramento na vida em escala local, Saquet (2009) diz que:

(...) compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

Com o avanço tecnológico, as fronteiras e o papel do Estado se alteraram, visto que o Estado apresentava a função de manter as fronteiras e gestar o Estado-Nação de acordo com os interesses da sociedade. Porém, o Estado historicamente foi utilizado para “servir” uma “pequena” elite, realizando ações que se estenderam no espaço, atendendo os interesses econômicos e sociais da classe detentora do poder. Mesmo com a inserção tecnológica e o afrouxamento das fronteiras territoriais e o enfraquecimento do Estado, esse mantém sua essência de ser controlado pela classe dominante, porém, com novas configurações e novas roupagens.

O Estado e as fronteiras político-administrativas estão se enfraquecendo perante a tecnologia e a remodelagem do capital pela busca de conexões na escala global que levem à ampliação do lucro, desdobrando-se em novas territorialidades no âmbito local. Essa visão não deve ser encarada de forma isolada pelo tecnicismo, correndo-se o risco de cair em um “determinismo tecnológico”. Corroborando com exposto sobre o processo de desterritorialização e territorialização versando a ótica política e econômica, Haesbaert (2004) esclarece que:

[...] a mobilidade crescente do capital e das empresas - a desterritorialização seria um fenômeno sobretudo de natureza econômica; para outros, a grande questão é a crescente permeabilidade das fronteiras nacionais - a desterritorialização seria assim um processo primordialmente de natureza política; enfim, para os mais "culturalistas", a desterritorialização estaria ligada, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente. (HAESBAERT, 2004, p.25).

Discutindo a última vertente para o entendimento da territorialização e desterritorialização, ressalta-se a questão cultural e simbólica. Da mesma forma que as demais vertentes explícitas foram analisadas, a vertente cultural/simbólica não pode ser analisada de forma isolada.

Os processos de desterritorialização e reterritorialização que enfatizam o território no campo cultural/simbólico estão condicionados aos fatores externos, como os econômicos e políticos. Assim, produzem desterritorializações e reterritorializações no âmbito material e simbólico, atuando na escala global e local. Fernandes (2009), sobre a importância de um estudo integrado por meio das dimensões territoriais, enfatiza que:

Quando compreendemos o território como um todo, estamos entendendo sua multidimensionalidade. Isso significa que ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões. O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. (FERNANDES, 2009, p. 2002).

Perante a produção do território pelo cultural/simbólico e sua indissociabilidade em relação às vertentes econômica e política, Saquet (2010) estabelece que:

A territorialidade é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais. Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos centrados em seus agentes sociais. (SAQUET, 2010, p.164).

O território cultural/simbólico é tomado pela complexidade e volatilidade. Vislumbrando a produção do território por meio dos aspectos culturais, pode-se avistar a presença de várias escalaridades, visto que os indivíduos que pertencem a um território são reflexos de uma cultural global. Atualmente “todos” os espaços sofrem com as ações globais (direta ou indiretamente) e, o mesmo (individual/coletivo) pode-se inserir em um território produzido culturalmente permeado pela escala global, nacional e local. (multiescalaridade). A análise do processo de desterritorialização e

reterritorialização torna-se complexa diante das múltiplas territorialidades vivenciadas pela sociedade e pelo indivíduo.

Com a aceleração da velocidade, os capitais produtivos circulam com mais rapidez, desterritorializando em um movimento na escala global, porém, criando novas territorializações na escala local, na esfera do cotidiano (indivíduo).

Na visão de Haesbaert (2004), por meio do “espaço-tempo vivido”, o território é compreendido pela sua multiplicidade “diversa e complexa”. Pelo paradigma do capital, o território é visto como “unifuncional”, ou seja, atende apenas os agenciamentos do capital hegemônico, ampliando o lucro por meio da exploração da sociedade. Haesbaert (2004) encara a funcionalidade do território e a produção de símbolos, assinalando que:

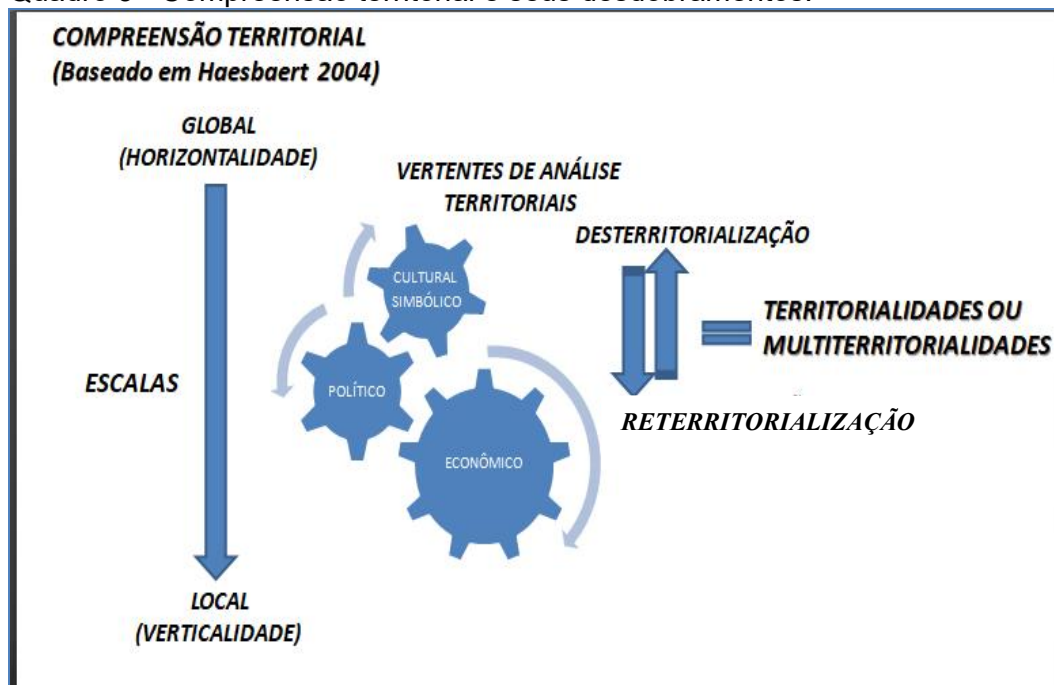
(...) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”. O território é “funcional” a começar pelo papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados “recursos naturais”. (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Visando entender a produção do território e suas múltiplas funcionalidades, atentaremos para um olhar dinâmico dos elementos que norteiem para a totalidade territorial, conectando com vertentes já mencionadas, partindo da premissa de que a produção do território simbólico encontra-se na cotidianidade, envolvendo a sociedade por meio do movimento propulsionado pelas vertentes políticas e econômicas. Realizamos um quadro com conceitos abordados nesta pesquisa e suas possíveis relações. Ressalta-se que o quadro buscou sintetizar o pensamento construído até o momento por meio das teorias desenvolvidas, enfatizando as dinâmicas territoriais.

A proposta é refletir esses conceitos estendendo-se ao objeto de estudo e entender a produção territorial por meio das vertentes mencionadas, utilizando as dimensões: temporais, espaciais, sistêmicas, escalares, territoriais e discursivas. Todas as dimensões citadas não estarão contidas no quadro, porém, indiretamente auxiliaram no pensamento que culminou nessa organização.

O quadro deve ser entendido como um sistema aberto, dinâmico, multiescalar e interconectado pelo movimento propulsionado por meio de ações mediadas pelas vertentes territoriais (Quadro 3).

Quadro 3 - Compreensão territorial e seus desdobramentos.



Fonte: Haesbaert (2004; 2007). Org: Willian Ribeiro da Silva.

Os agenciamentos econômicos e políticos em escala global e nacional produzem em seu movimento escalar a desterritorialização em escala local, entremeando novas estruturas e pensamentos com as consolidadas pela sociedade nos aspectos culturais e simbólicos. Enfatizando a produção de um território cultural/simbólico, Boligian & Almeida (2003) esclarecem que:

(...) território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem certa identidade social/cultural. (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

Diante da intensificação do processo globalizatório, os territórios vêm adquirindo novas intencionalidades, acelerando a desterritorialização e reterritorialização, tendo como “motor propulsor” desse processo a economia e a política, acentuando a complexidade das relações territoriais.

Nesse contexto, Haesbaert (2004) enfatiza que os territórios culturais e simbólicos atualmente são “híbridos culturalmente”, resultado da globalização que intensificou os fluxos financeiros desdobrando-se em dinâmicas que culminam com a territorialização dos capitais produtivos por meio de políticas de afrouxamento das fronteiras nacionais.

Os aspectos citados produzem movimentos de desterritorialização e reterritorialização escalar de forma ininterrupta, tornando as territorialidades mais complexas. Complementando o pensamento desenvolvido, Haesbaert (2004) diz que:

Por outro lado, não há qualquer atividade, inclusive as atividades materiais que não seja ao mesmo tempo produtora de sentido e de símbolos, pois “compreender um fenômeno social, econômico e político leva a decifrar sua ‘razão cultural’”. (HAESBAERT, 2004, p. 214).

As três vertentes de análise da produção do território proposta por Haesbaert (2004) proporcionam esclarecer a complexidade da temática, visto que a análise dessas vertentes deve ocorrer de forma indissociável e complementar entre os elementos presentes na produção do território, assim se aproximando da realidade. Porém, as vertentes apresentam processos que lhes conferem movimentos que recriam novos reordenamentos territoriais, movidos por ações intencionais. As vertentes apresentam em sua essência as ações/agenciamentos escalares de desterritorialização e reterritorialização. Quanto ao processo de desterritorialização, Haesbaert (2006) menciona que:

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p. 67).

Estes processos devem ser analisados de forma concomitante e indissociável em razão de que todo processo de desterritorialização produz

uma reterritorialização, materializando novas territorialidades. Em consonância com esse pensamento, Corrêa (2002) estabelece que:

Desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono no velho território para o novo. (CORRÊA, 2002, p. 252).

Nota-se que o processo de desterritorialização não destrói uma territorialização pré-estabelecida integralmente. Assim, as novas territorialidades produzidas a partir da reterritorialização apresentam elementos de antigas territorialidades, levando à coexistência do “velho” com as novas territorialidades.

O território deve ser analisado por uma perspectiva histórica, visto que essa é o resultado das relações estabelecidas entre políticas manobradas pelo Estado e dinâmicas econômicas que se materializam no espaço, produzindo as territorialidades. Pensando na presença do “velho” em novas formatações territoriais, Santos (1982) complementa que:

Tudo o que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado, são ambos insuficientes. Para compreender qualquer situação, necessitamos de um enfoque espaço-temporal (SANTOS, 1982, p.205).

Ressalta-se que no processo de desterritorialização a territorialidade não é una, dado que há uma justaposição e imbricação de territórios que perpassam por várias escalas, do global ao local. Destarte, enfatiza-se que o processo de reterritorialização contém a multiterritorialidade (Haesbaert 2004).

O processo de desterritorialização apresenta concomitantemente um agenciamento territorializador, apresentando em seu núcleo formador as escalaridades estabelecidas pela verticalidade e/ou horizontalidade. Nota-se o

poder das grandes corporações em desterritorializar (verticalidade) espaços que têm a presença das camadas mais vulneráveis da sociedade ao territorializar seus capitais produtivos.

Nesse movimento desterritorializador que permeia as camadas mais vulneráveis da sociedade perante o capital, produzem-se dinâmicas de reterritorialização que geram novas territorialidades (horizontalidade). Porém, as territorialidades pré-existentes não se eximem integralmente, revelando a maleabilidade do território. Com a coabitação de diversas territorialidades em um espaço, reforça-se o conceito de multiterritorialidade, tendo a presença de territorialidades do capital e do indivíduo simultaneamente. Haesbaert (2004) nos elucida sobre a desterritorialização e reterritorialização na formação de espaços de exclusão:

É justamente por meio desta forma versátil de reterritorialização dos “de cima” que se forja, por outro lado, grande parte da desterritorialização dos “de baixo”, através do agravamento da desigualdade e da exclusão pela concentração de renda, do capital (dos investimentos) e da infraestrutura, associada à ausência de políticas efetivas de redistribuição, aos investimentos mais na especulação financeira do que no setor produtivo gerador de empregos, e à globalização da cultura do *status* e do valor contábil em uma sociedade de consumo estendida a todas as esferas da vida humana. (HAESBAERT, 2004, p.367).

Os processos de desterritorialização e reterritorialização são indissociáveis, sendo que para atingir a compreensão de uma “totalidade” de um território, é preciso analisar: as vertentes econômicas, sociais e culturais/simbólicas.

Os processos territoriais em sua maioria são comandados por grandes corporações que têm como objetivo explorar os espaços e as sociedades mais suscetíveis, gerando territórios de exclusão e proporcionando a ampliação do capital.

Para o estabelecimento de um território democrático, deve-se descentralizar a função do capital e das políticas ordenadas pelo Estado intencionadas pelo capital, norteadas essas ações para atender os interesses sociais, visando atingir a maior parte da sociedade, e não apenas o lucro, que favorece e atende uma pequena parcela da sociedade.

Em consonância com esse pensamento, a solidariedade passaria a ser o “motor” do processo de territorialização. Em conformidade com essa linha de pensamento, Haesbaert (2006) enfatiza:

Amor por tudo aquilo que existe” é muito provavelmente o que deveria estar no centro de nossos processos de territorialização, pela construção de territórios que não fossem simples territórios funcionais de re-produção (exploração) econômica e dominação política, mas efetivamente espaços de apropriação e identificação social, em cuja transformação nos sentíssemos efetivamente identificados e comprometidos [...]. (HAESBAERT, 2006, p. 369).

No próximo subcapítulo, trabalharemos os conceitos de espaço e território norteando para a atividade turística e possíveis aproximações, visando ao embasamento teórico para a compreensão do objeto de estudo e elementos que subsidiem as respostas para os questionamentos desta pesquisa.

2.3 Turismo: a mercantilização do espaço e a (re)territorialização da atividade turística

A discussão realizada acerca dos conceitos de espaço e território embasa a análise da atividade turística pela ciência geográfica. A atividade turística apresenta-se intrinsecamente associada à ciência geográfica, se apropriando e consumindo os espaços e os territorializando turisticamente, analisando as particularidades e os desdobramentos que caracterizam a relação do turismo com o espaço. Corroborando com esse pensamento, Cruz (2000) salienta que:

Diversas particularidades caracterizam a relação turismo-território no que concerne à produção e ao consumo de territórios pelo turismo. Uma dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, de fixos e de fluxos. (CRUZ, 2000, p. 17).

O espaço é *a priori*, em relação ao território, o espaço turístico e o território turístico segue a mesma lógica de pensamento. O produto turístico se encontra territorializado no espaço ou o espaço é o próprio produto, porém

recebe agenciamentos que proporcionam a territorialização pelo turismo. Carlos (1996), sobre a produção do espaço, enfatiza que:

Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. (CARLOS, 1996, p. 25).

No âmbito da distinção entre espaço e território turístico, frisa-se que o espaço é o produto da atividade turística, adquirindo valor de mercado após receber infraestruturas que possibilitem a sua comercialização pelo turismo. Complementando com Cruz (2001):

O espaço geográfico é o principal objeto de consumo do turismo e disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor-turista tem de se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico. (CRUZ, 2001, p.21).

A apropriação dos espaços pela atividade turística não se apoia apenas em ambientes naturais, havendo também a apropriação das materialidades e imaterialidades produzidas pelas relações sociais e históricas, tornando-as mercadorias, e produzindo novos usos e valores. Por meio da apropriação dos objetos e dos fluxos ordenados pela atividade turística no âmbito espacial, Cruz (2001) esclarece que:

Nenhuma outra atividade consome elementarmente espaço, como faz o turismo e esse é o fator importante da diferenciação entre turismo e outras atividades produtivas. É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos. (CRUZ, 2001, p. 17).

O território turístico está associado ao uso dos objetos distribuídos pelo espaço. Na perspectiva de diferenciar os conceitos de análise do turismo pela geografia, Cruz (2007) enfatiza que:

O uso turístico do espaço leva à formação do que temos chamado habitualmente de “território turístico”, quer dizer, porções do espaço geográfico em que a participação do turismo na produção do espaço foi e ainda é determinante. O uso das aspas se fez necessário porque, teoricamente, não há território que seja adjetivamente turístico. O que existe, de fato,

são “usos turísticos do território”, ou seja, porções do espaço apropriadas por diferentes fins, incluindo-se e destacando-se a atividade do turismo. (CRUZ, 2007, p.11).

Atualmente o turismo desponta como uma das principais atividades desenvolvimentistas no âmbito socioeconômico do mundo, potencializado por meio do marketing, gerando novas dinâmicas do capital, produzindo e reproduzindo o consumo do espaço geográfico e se consolidando. Cruz (2001) aponta que:

A dinâmica da produção de territórios turísticos (ou seja, da apropriação dos espaços pela prática social do turismo) comporta, com a incorporação de novos espaços, o abandono parcial ou total de outros, pois, entre os fatores que determinam sua valorização, destacam-se o modismo, produzidos pela ação determinante do marketing. (CRUZ, 2001, pg. 12).

Retomemos a visão espacial de Santos (1985) que abordamos no capítulo sobre o conceito de espaço: a teoria que visa à análise espacial por meio da forma, função, estrutura e processo, conceitos que auxiliam no entendimento da dinâmica espacial, pode-se aproximar da atividade turística. Anteriormente utilizamos essa teoria para refletir sobre as transformações espaciais do município de Presidente Epitácio por meio de políticas que foram desencadeadas nas décadas de 1980 e 1990 que reforçaram a territorialização do turismo. Conectando a teoria espacial de Santos (1985) com a atividade turística, Rodrigues (1997) enfatiza que:

Destacou a FORMA referindo-se ao aspecto visível (a paisagem); a FUNÇÃO, decompondo o espaço turístico em oferta, demanda de transporte, serviços, infra-estrutura básica, poder de decisão e de informação, sistema de produção e comercialização; a ESTRUTURA, onde expressa a ação e interação recíproca entre os elementos, ou seja a funcionalidade espacial; e o estudo do PROCESSO, que objetiva investigar a evolução da estrutura, visando a captar dinamismo do espaço que pode apresentar fases de estabilidade, de reformulação parcial ou de completa transformação, produzindo-se novos espaços (RODRIGUES, 1997, p.38).

O turismo enquanto atividade socioeconômica remonta de outros períodos/temporalidades, porém, ganha força com a globalização e com o

avanço tecnológico voltado aos meios de transportes e comunicação que favorecem uma maior flexibilidade e apropriação dos espaços, dotando-os de novos valores e usos para atender as novas demandas da sociedade.

A análise da atividade turística não deve ser realizada de forma isolada entre os elementos que a constitui, visto que essa atividade tem em sua essência a complexidade, apresentando entrelaces com as mais diversas áreas do conhecimento, dificultando o entendimento de sua “totalidade”.

Como enfatizado, busca-se analisar a atividade turística via conceitos geográficos discutidos nessa pesquisa. Tomaremos como base a análise territorial proposta por Haesbaert (2004) e teóricos que abordam o turismo encaminhando para o entendimento das mudanças territoriais que ocorreram no município de Presidente Epitácio (SP), por meio de uma ótica temporal, tendo como centro as territorialidades turísticas produzidas pelas políticas realizadas nas décadas de 1980 e 1990 que visaram estabelecer o turismo como dinamizador econômico do município.

As mudanças voltadas às novas territorialidades materializadas no município de Presidente Epitácio, por políticas desencadeadas a partir da década 1980, se respaldam nos dados do SEADE e IBGE expostos no capítulo de caracterização do município. Os dados utilizados sobre a economia e a dinâmica populacional de Presidente Epitácio foram apresentados em momentos distintos, visando enfatizar as mudanças que ocorreram no âmbito da escala local (escala do cotidiano).

No capítulo anterior, enfatizamos duas políticas que produziram novas dinâmicas e usos espaciais, sendo a política de titulação de Estância Turística do município de Presidente Epitácio e a política energética da CESP com a formação do lago artificial e suas obras compensatórias e mitigatórias. Mesmo que distintas, essas políticas são complementares para a territorialização do turismo.

Já realizamos um panorama das mudanças que aconteceram no município de Presidente Epitácio em meio às discussões conceituais que abordamos até o momento. Ressaltamos sempre que possível as mudanças territoriais, a temporalidade, o objetivo da pesquisa e os elementos que colocamos como essenciais para a compreensão e respostas para os questionamentos desta pesquisa. Os conceitos trabalhados estão conectados,

proporcionando complementaridade, ampliando as reflexões acerca do turismo e seu processo de territorialização em Presidente Epitácio.

Do pensamento de Haesbaert (2004) sobre o território, enfatizamos três vertentes de análise que são indissociáveis: econômica, política e cultural/simbólica. Transpondo para a análise da atividade turística, pode-se verificar uma aproximação diante da complexidade dessa atividade.

O turismo em sua essência carrega a vertente econômica, apropriando-se dos espaços, mercantilizando-os e transformando-os em territórios turísticos. Ao nos aproximar do processo de territorialização do turismo em Presidente Epitácio, verificamos um salto significativo do setor de serviços, que se encontra direta e indiretamente ligado à atividade turística. De acordo com o SEADE no ano de 1998, o setor de serviços representava 38,35% dos empregos formais no ano de 2017, contabilizando 49,79%. O Produto Interno Bruto alterou-se de forma significativa: no ano de 2004, o setor de serviços representava 66,65% do PIB total do município, passando no ano de 2016 para 76,51%, segundo o SEADE (2019).

Os dados revelam significativa mudança no comportamento econômico do município de Presidente Epitácio, sendo reflexo da materialização da territorialidade produzida a partir da década de 1980.

Atualmente o turismo tem um papel importante na economia mundial, proporcionando a ampliação do capital entre a escala global e local. Entretanto, o turismo não se explica exclusivamente por meio da vertente econômica, uma vez que excluiria todas as questões sociais, culturais e ambientais presentes no desenvolvimento dessa atividade. O turismo, mesmo tendo em sua essência o consumo espacial pelo viés econômico, necessita de outros elementos que o façam atingir seu pleno funcionamento.

Na vertente política, o turismo desencadeia políticas que se estabelecem na multiescalaridade, perpassando a global, nacional, estadual e atingindo o território local, as quais geram diversas territorialidades turísticas. Nessa perspectiva, Rodrigues (1997), interpretando o pensamento de Knafou, enfatiza:

Na visão de Knafo existem duas territorialidades distintas: a da população moradora do lugar, identificada como “territorialidade sedentária”, e a dos turistas que passam pelo local, a “territorialidade nômade”, indicando interesses concorrentes e contraditórios que se refletem no próprio espaço geográfico. (RODRIGUES, 1997, p.54).

Por meio das políticas voltadas às atividades turísticas, são desencadeadas territorialidades conflitantes que se evidenciam no âmbito local. O território turístico apresenta concomitantemente o território da sociedade receptora e do turista, a primeira nem sempre está inserida na atividade turística diretamente. As políticas são multiescalares, porém, se materializam na esfera local, atingindo a cotidianidade da comunidade. Relacionando essa linha de pensamento com o objeto de pesquisa, enfatizaremos políticas que foram planejadas em instância estadual e que atingiram e se materializaram na escala local, e citaremos:

- A política do governo do Estado de São Paulo que titulou o município de Presidente Epitácio de Estância Turística, proporcionando novas políticas na escala municipal, se desdobrando no espaço e na sociedade, como: a criação do COMTUR; obras básicas infraestruturais; criação da Secretaria Municipal de Turismo, visto que, essas são tentativas de fortalecer o turismo no município.
- A política energética da CESP reforçando o turismo por meio das obras mitigatórias e compensatórias, visando “minimizar” os impactos econômicos, sociais e culturais nas áreas atingidas pela formação do lago artificial.

No campo cultural/simbólico, o turismo territorializa os espaços por meio da venda e, consumindo os elementos materiais e imateriais, a sociedade cria e recria suas relações históricas. Porém, a manifestação cultural que é de interesse da atividade turística se fortalece, visto que é produto turístico.

O capital se apropria das manifestações sociais/culturais criadas pela sociedade mercantilizando-as através do marketing, tornando-as produtos turísticos, possibilitando resgatar culturas que se encontravam “adormecidas”.

Neste âmbito cultural/simbólico, destacaremos exemplos de elementos que enfatizam os aspectos positivos e negativos que se produziram no campo sociocultural no município de Presidente Epitácio, aproximando o pensamento exposto ao objeto de estudo. A formação do lago artificial no Rio Paraná no ano de 1998 atingiu as estruturas próximas ao rio, que ficaram submersas.

Por meio de uma política multiescalar, alteraram-se os aspectos socioculturais do município de Presidente Epitácio, idealizada em escala nacional, buscando o desenvolvimento por meio de obras energéticas, concretizada em escala estadual pela (CESP), desdobrando-se na escala local, atingindo a parte infraestrutural da cidade com a formação do lago artificial. Como exemplo de impacto sociocultural no município, pode-se mencionar o antigo Parque Figueiral, que era utilizado pela sociedade como espaço de lazer e para a realização de eventos.

O antigo Figueiral estava emoldurado pela malha urbana e ficou submerso com a formação do grande lago artificial. A construção de uma nova área balneária, o “Novo Figueiral”, distante da malha urbana, quebrou a identidade de pertencimento que havia pelos epitacianos com esse local.

Outra mudança que ocorreu no âmbito sociocultural em Presidente Epitácio envolve a identidade e o vínculo direto dos pescadores com o rio e a atividade pesqueira.

Com a formação do lago artificial, a dinâmica natural do rio foi alterada, consequentemente a extinção de espécies de peixes que pertenciam a essa bacia hidrográfica, assim, enfraquecendo a atividade pesqueira e norteadando parte desses pescadores para outros setores, ou até mesmo na pesca como guia para turistas, porém, alterando sua identidade. Nesse sentido, o turismo em Presidente Epitácio busca mercantilizar o turismo de pesca e as paisagens naturais, fortalecendo essa imagem por meio de propagandas midiáticas.

Vale destacar os aspectos positivos no âmbito sociocultural que se estabeleceram com as ações políticas e econômicas, territorializando o turismo no município de Presidente Epitácio, enfatizando:

- A conscientização sociocultural por meio de ações do governo municipal e a disciplina voltada ao turismo nas escolas do município.

- A implantação de infraestruturas que potencializem a atratividade turística do município, como exemplo, a implantação da orla fluvial que apresenta uso compartilhado entre turistas e munícipes.
- A consolidação da Casa do Artesão que reforça o aspecto sociocultural do município.

Os elementos que compõem a territorialidade turística do município de Presidente Epitácio serão abordados de forma detalhada em capítulo específico em que enfatizaremos as mudanças, os atrativos e os potenciais turísticos.

Ressaltando o consumo enviesado pela atividade turística, a sociedade atualmente vem incorporando a necessidade de conhecer o “outro”, assim consumindo: produtos construídos social e historicamente; manifestações artísticas e culturais; os elementos urbanos. O consumo dos elementos citados é impulsionado pelo ócio/lazer. A necessidade do trabalhador se afastar da rotina potencializa a atividade turística em seu psicológico, levando-o ao consumo dos atrativos socioespaciais oferecidos pelo turismo. Nesse aspecto, Carlos (2002) menciona que:

O lazer na sociedade moderna também muda de sentido, de atividade espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo que toca transforma em mercadoria, tornando o homem um elemento passivo. Tal fato significa que o lazer se torna uma nova necessidade. (CARLOS, 2002, p.25).

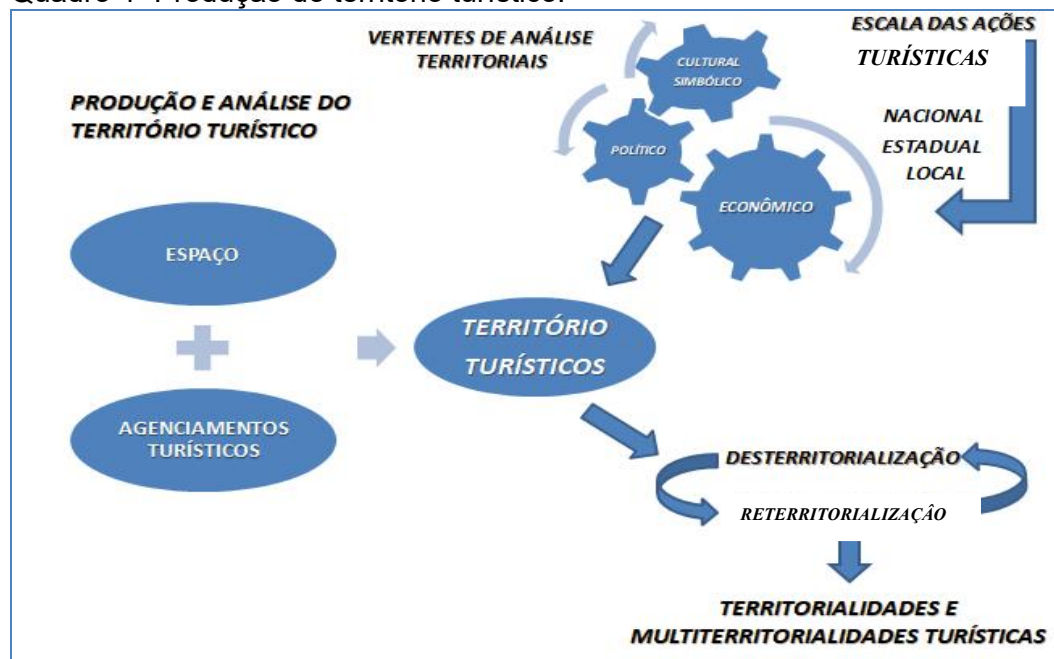
A apropriação das manifestações em âmbito cultural/simbólico pelo turismo pode ocasionar a destruição parcial da essência da cultura tradicional produzida por um povo, por meio do contato intenso com turistas que carregam culturas de outras localidades que, segundo Haesbaert (2004), resulta no hibridismo cultural.

As vertentes territoriais propostas por Haesbaert (2004) devem ser analisadas de formas indissociáveis e complementares, inserindo nesse quadro de análise dois processos que produzem múltiplas territorialidades turísticas: a desterritorialização e reterritorialização. Corroborando com o exposto, Rodrigues (2006) enfatiza que:

O território turístico, em particular, sendo um espaço dominado e/ou apropriado, assume um sentido o multiescalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção compósita, ou seja, de multiterritorialidade (RODRIGUES, 2006, p. 306).

Todo território turístico é dotado de múltiplas territorialidades em razão dos diversos interesses imbricados nas ações políticas e econômicas que perpassam durante sua formatação. Assim, o processo de territorialização turística produz uso da multiescalaridade que se desdobra no âmbito local, estruturando o uso espacial pelas verticalidades e/ou horizontalidades. Diante da complexidade da produção do território turístico, abordamos as principais relações e conceitos presentes na trama turística (Quadro 4).

Quadro 4- Produção do território turístico.



Fonte: Haesbaert (2004; 2007); Rodrigues (2006). Org.: Willian Ribeiro da Silva.

O território turístico, entendido como dinâmico e complexo, apresenta uma diversidade de elementos e fatores que proporcionam múltiplas territorialidades, que são voláteis por conta das temporalidades impostas pelo capital e pela sociedade. Contemplando a volatilidade territorial, Rodrigues (2006) enfatiza que:

(...) no território de destino, ao mesmo tempo em que dão o suporte para o turismo acontecer, são envolvidos em relações sociais complexas e modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo. O resultado é que nada será como antes, considerando-se que a dinâmica territorial é sempre criação e recriação de territorialidades (RODRIGUES, 2006, p. 301).

Frisando o embasamento teórico pautado na questão espacial e territorial norteando para a atividade turística, vale discutir a categoria de território usado e seus desdobramentos que atingem o turismo.

O território usado remete às estruturas consolidadas no espaço, aproximando-se do conceito de espaço geográfico, visto que as ações políticas, econômicas e sociais se materializam no espaço mediante seu uso. O espaço geográfico e o território usado são dotados de movimento, apresentando diversos usos ao longo do tempo. Steinberger (2013), analisando o pensamento de Milton Santos, conclui que:

Para Milton Santos o espaço geográfico é uma categoria histórica e permanente, que se (re)produz à medida que a sociedade se apropria da natureza, modificando-a. Essa apropriação é dada pelo uso do território. O território, na visão do autor, não é um simples receptáculo das ações humanas porque interage com os processos sociais e fornece as condições para que tais ações ocorram. Portanto, segundo ele, o território em si não é uma categoria de análise social, mas sim o território usado, que é sinônimo de espaço geográfico. (STEINBERGER, 2013, p.66).

Diante da temporalidade, o território usado recebe novos usos em que o velho se funde ao novo, proporcionando multiterritorialidades (materiais e/ou imateriais) que são apropriadas e mercantilizadas pela atividade turística.

A duração de um uso envolve sua historicidade e sua temporalidade. O território usado é historicamente construído e reconstruído em um processo dinâmico, pois os usos passados influenciam os usos dos presentes que, por sua vez, guiam os usos futuros. (STEINBERGER, 2013, p.83).

“Então, o turismo supera as barreiras do tempo, misturando imaginariamente o passado ao presente que, por sua vez, já incorpora o futuro.” (RUSCHMANN, 2006, p.31).

Diante do exposto, vale ressaltar que o território usado não recebe novos usos de forma natural, sendo que as rugosidades do espaço são condicionadas pelas dinâmicas socioeconômicas e políticas que buscam potencializar os elementos material e imaterial presentes no espaço conforme o caráter funcional da economia.

O turismo, analisado pela ótica econômica, se apossa de formas geográficas pré-existentes, transformando-as em mercadorias, tanto na dimensão material e imaterial do território usado, são potencializadas frente às classes dominantes como elementos mercantilizáveis (empreendedores) ou consumíveis (turistas). Nesse contexto, Ruschmann (2006) menciona que:

Por isso, na escolha do lugar para ser um espaço turístico, as coisas preexistentes modificam-se em seus conteúdos, mudando sua significação, na qual o contexto de objetos ganha novas características. O cenário geográfico permanece o mesmo, mas os homens que virão visitá-lo terão necessidades crescentes, mutáveis e complexas. (RUSCHMANN, 2006, p.34).

O território usado pelo turismo produz diversos conflitos referentes à questão social, política e econômica, visto que o turismo é uma atividade multifacetada, atingindo diversas esferas da sociedade de forma direta ou indireta, o que gera conflitualidade na apropriação do território usado pelo turismo. No tocante à exclusão proporcionada pelo turismo, Cruz (2005) menciona que:

De outro, os territórios usados pelo turismo são, também, paradoxalmente negligenciados, pois o que é usado é o seu potencial passível de exploração pelo turismo e negligenciada, simultaneamente, a sua condição primeira de lugar da reprodução da vida. (CRUZ, 2005, p.39).

O turismo, visto como uma atividade que se apropria socioeconomicamente do território usado, passa por meio dessa ocupação a gerar um descompasso no que se refere ao “jogo” de interesses. A economia e a política estão em total conexão e o turismo, mesmo sendo considerado uma atividade multifacetada, muito a deslumbra eminentemente como uma atividade econômica. Nesse contexto, Steinberger (2013) esclarece que:

Porém, é necessário partir do entendimento de que o turismo não se restringe ao aspecto econômico, mas é uma atividade multifacetada, capaz de provocar relevantes alterações no território. É necessário também compreender o significado de espaço não apenas enquanto a localização e produto a ser consumido como atrativo turístico. (STEINBERGER, 2013, p.246).

A atividade turística vista como multifacetada, apropria-se do espaço por meios de ações políticas, instrumentos que potencializam o turismo via ordem econômica, assim, transformando os elementos materiais e imateriais do território usado em mercadoria. Podemos averiguar que as classes que não comandam o cenário político são atingidas quando as políticas se materializam no espaço.

No caso do turismo, a classe dominante pode valorizar políticas desse setor que levem à especulação imobiliária, implantação de complexos turísticos, entre outros. Porém, o turismo é consolidado na escala local mediante arranjos socioeconômicos centrados nas micro e pequenas empresas, possibilitando o desenvolvimento com base local.

Vale mencionar que o turismo é uma atividade multifacetada, complexa e multiescalar, e proporciona em seu dinamismo ações que ultrapassam a esfera econômica, porém, muitas vezes ocultas pela supervalorização da vertente econômica. Em relação à visão do turismo pela ótica econômica, Ruschmann (2006) frisa que:

Assim, o turismo recebe influências do marco econômico e apresenta também efeitos econômicos, tanto, que ele é mais comumente definido e estudado pela sua característica econômica, talvez a mais visível. (RUSCHMANN, 2006, p. 31).

Enfatizando a importância do local e da sociedade que construiu esse território usado, esses, desprovidos de poder político, compartilham as materialidades produzidas e melhoradas pela ação política e econômica que incrementam o turismo. Corroborando com a discussão, De Kadt (1979) diz que:

Si el turismo tiende a incrementar la disponibilidad de bienes deseados, esto beneficiará a la gente local, pero si los turistas compiten con los residentes por un abastecimiento limitado, entonces el resultado tenderá a ser negativo para la población

local como consumidora, si bien no como productora. (DE KADT, 1979, p.75).

As dinâmicas expostas por um viés crítico relacionado à cristalização do turismo e suas práticas que se desdobram na organização socioespacial apresentam dualidades que levam à reflexão dos aspectos positivos e negativos da atividade turística. Em relação à dualidade dos impactos produzidos pelo turismo, Cooper (2001) menciona que:

(...) podem ser positivos, como nos casos em que o turismo preserva ou mesmo ressuscita as habilidades artesanais da população, ou aumenta o intercâmbio cultural entre duas populações diferentes. Os impactos também podem ser negativos, como a comercialização ou degeneração das artes e do artesanato e a comercialização de cerimônias e rituais da população anfitriã. Os impactos podem prejudicar também o intercâmbio cultural, apresentando uma visão limitada e distorcida de uma das populações (COOPER, 2001, p.215).

Em relação ao exposto, podemos transpor essa linha de pensamento para o município de Presidente Epitácio, que recebeu em seu território ações políticas e econômicas que proporcionaram novas territorialidades, produzindo novas relações em seu território usado. As ações foram idealizadas pela verticalidade (construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta e titulação de Estância Turística), provocando impactos estruturais, ambientais, econômicos e socioculturais, na escala local. Como as ações foram pensadas e estruturadas pela verticalidade, os impactos negativos (alteração do meio) que se consolidaram na escala local foram potencializados e emoldurados pela atividade turística (produtos turísticos), visto que essa intencionalidade se reforçou mediante discursos e ações que se materializam no espaço e nas relações sociais que perpassam o cotidiano dos atingidos direta e indiretamente.

A territorialização e os impactos do turismo devem ser analisados pelo olhar dual, uma vez que a atividade turística apresenta impactos negativos e positivos. Pensando nos impactos positivos produzidos pelo turismo, Theobald (2002) destaca que:

Ao longo de toda história registrada, de certa forma o Turismo teve um impacto sobre tudo e todos os que estiveram em contato com ele. Num plano ideal, esses impactos deveriam ter

sido positivos, no tocante aos benefícios obtidos tanto pelas áreas de destino quanto por seus residentes. Esses impactos positivos significariam para o local resultados tais como: melhorias nas condições econômicas, uma promoção social e cultural e a proteção dos recursos ambientais. Teoricamente, os benefícios do Turismo deveriam produzir ganhos muito superiores aos seus custos. (THEOBALD, 2002, p.81).

Corroborando com a discussão sobre os impactos positivos e negativos voltados à atividade turística, Droullers e Milani (2002) elaboraram um quadro que aborda os impactos pelas diversas áreas que permeiam o turismo (Quadro 5).

Quadro 5 – Impactos positivos e negativos do turismo.

Área	Impactos potenciais positivos	Impactos potenciais negativos
Economia	Receitas, empregos, nível de vida da população local, atração de investimentos	Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infra-estruturas necessárias
Turismo e Comércio	Reconhecimento da região, novas infra-estruturas, maior acessibilidade	Preços mais elevados, desenvolvimento descontrolado do comércio local
Sociedade e Cultura	Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais	Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool)
Psicologia	Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro	Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação
Política e Administração	Desenvolvimento local integrado	Mau planejamento, segregação socioespacial
Meio Ambiente	Novas infra-estruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável	Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos

Fonte: Droullers e Milani (2002).

O turismo, ao se apropriar do território usando-o, conduz para o processo de desterritorialização e reterritorialização, produzindo novas territorialidades reordenando o uso e as relações socioespaciais. Diante do exposto, a territorialização do turismo compreende uma gama de elementos

que perpassam pela atividade turística, impactando positiva e negativamente. Esse arcabouço teórico discutido auxiliará na análise da territorialização do turismo no município de Presidente Epitácio, levando a reflexão dual relativa aos impactos materializados em seu espaço e território.

3. TURISMO: SEUS DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS CONCEITUAIS

O turismo é uma atividade que se apropria do espaço e o transforma em mercadoria, territorializando as dinâmicas que perpassam diversos espectros, como lazer, economia, política, cultura, entre outros. A atividade turística é complexa e está em constante transformação. Este capítulo abordará a história do turismo, políticas públicas e conceitos importantes para a compreensão do fenômeno, tais como: turismo, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, turista e excursionista. Outra discussão relevante exposta é a das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo, visando à criação das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo e sua efetivação espacial e territorial.

O turismo é visto atualmente pela ótica econômica, porém, essa visão produz distorções da realidade sobre esse fenômeno, uma vez que abarca questões multidimensionais interligadas, tornando-se uma atividade complexa. Atualmente pode-se nortear a reflexão sobre a atividade turística por meio dos fluxos proporcionados pela globalização, em que a tecnologia acelera a movimentação e tende a atender uma gama da sociedade. Porém, essa visão atrelada à globalização nos levaria a uma superficialidade no entendimento do turismo.

O turismo não nasce da globalização e nem é uma atividade econômica por si só. A subjetividade está presente no núcleo dessa atividade e pode ser considerada como um fio condutor para compreender o anseio da sociedade atual, e como esta se potencializou economicamente.

Na história do homem, este sempre se movimentou espacialmente, motivado pela busca de alimentos, abrigo ou mesmo para guerrear. Porém, esses deslocamentos não se configuram como turismo, carecendo de elementos essenciais como o prazer, lazer ou mesmo o tempo ócio.

Os primeiros registros que configuram atividade turística remontam o século XVIII com os *grand tour*, viagens educacionais realizadas pela elite daquele período, que visavam ao lazer e aos estudos. Enfatizando o *grand tour*, Andrade (2000) esclarece que:

O Grand Tour, sob o imponente e respeitável rótulo de “viagem de estudo”, assumia o valor de um diploma que lhes conferia significativo status social, embora – na realidade – a programação se fundamentasse em grandes passeios de

excelente qualidade e repletos de atrativos prazerosos (...). Os ingleses, importantes e ricos, consideravam detentos de cultura apenas quem tivesse sua educação ou formação profissional coroada por um Grand Tour através da Europa (...). (ANDRADE, 2004, p. 9).

Como visto em Andrade (2004) as viagens rotuladas de *grand tour* apresentavam diversas características elitizantes que eram restritas a uma classe de elevado padrão social e econômico; assim, as viagens tornaram-se um agregado importante no sentido de status. Essas viagens continham atividades voltadas ao lazer e aos estudos. Considerando que lazer e estudo em pleno século XVIII eram “serviços” exclusivos da elite, pode-se concluir que, por ser algo restrito a uma classe social e econômica, as viagens rotuladas de *grand tour* não geravam grandes fluxos e nem divisas econômicas.

A atividade turística se potencializou com o advento da revolução industrial, proporcionando maior fluidez espacial por meio do avanço energético e automotivo, desse modo reconfigurando a organização territorial. Porém, as mudanças não ocorreram apenas no sentido material, sendo que nessa fase o caráter imaterial presente na sociedade passou por modificações por meio de reestruturação técnica e tecnológica. Como resultado dessa nova dinâmica territorial, ampliaram-se a economia industrial e o sistema salarial, proporcionando a formação de um mercado consumidor e novas necessidades.

A rotina de trabalho em ambientes fechados, longas jornadas de trabalho e condições insalubres fizeram com que a classe operária reivindicasse e adquirisse direitos como: jornada de trabalho de oito horas semanais; férias e descanso semanal remunerado. Assim, com a disponibilidade de tempo ócio, as viagens e excursões em busca do lazer e fuga da rotina se tornaram uma opção de uso do tempo livre. Ao encontro do exposto, Krippendorf (2001) enfatiza:

A possibilidade de sair, de viajar reveste-se uma grande importância. Afinal, o cotidiano só será suportável se pudermos escapar do mesmo, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos. O lazer e, sobretudo, as viagens pintam manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Elas devem reconstruir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer sentido a vida. (KRIPPENDORF, 2001, p. 36).

O lazer, segundo Krippendorff (2001), é um elemento importante perante a dinâmica industrial e urbana, visto como possibilidade de sair do cotidiano temporalizado pela economia e pelas máquinas. Esse ritmo que foge do controle humano provoca o desgaste físico e mental. Assim, o lazer atualmente está associado ao tempo livre, possibilitando o trabalhador em seu momento de lazer comandar o momento de reconstrução ou recomposição de suas energias.

Saímos de um lazer artesanal localizado para um lazer industrial globalizado, de um lazer entranhado na sociedade a um lazer automatizado. Essa automatização fez do lazer uma indústria, uma operação onde as diversas peças formam um sistema, seja ele o turismo ou o esporte ou qualquer sorte de divertimento. As revoluções dos transportes, do som, da imagem, das telecomunicações fazem a integração de lugares e de suas formas de representações, como: imagem, som e mensagem gerando interatividade, com maiores possibilidades de relação e de respostas mútuas entre residentes e turistas. Contudo, a grande contradição está no fato de que em vez de se ter um conhecimento mais verdadeiro dos lugares, com sua variedade de combinações e escolhas, com a produção mercantil enviesada de imagens do mundo e de imagem das pessoas, estamos sob a ameaça permanente da manipulação. A imagem estereotipada ameaça substituir o gosto pela fantasia e pela descoberta. (SANTOS, 2000, p.32).

O lazer e a imaginação estão em consonância com a necessidade do ócio e da descoberta, pois o ritmo de vida da sociedade atual provoca uma carga de estresse e repetição do cotidiano, condições que elevam a atividade turística e o lazer. Santos (2000) deixa claro a importância do lazer na sociedade atual e como o modo de vida tomado pelo cotidiano leva à valorização de novas paisagens, sons e o novo, proporcionando momentos de fuga, criatividade, fantasia e descoberta.

Na perspectiva apresentada, o lazer não deve ser simplesmente olhado pela ótica do ócio pelo ócio, pois concomitantemente o ócio proporciona o lazer, sendo que este vem carregado de noções afetivas e construções sociais, desdobrando-se no consumo dos elementos materiais e imateriais. Dumazedier (1973) menciona que o lazer é:

Conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se ou entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das ocupações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Diante da exposição sobre o turismo e o lazer, vale ressaltar a distinção e a aproximação desses conceitos, pois o lazer tem a prerrogativa do ócio e do prazer, mas nem todo lazer engloba o turismo, pois há a existência de diversos tipos de lazer que não necessitam de deslocamento e pernoite. Mas, ao contrário, o turismo apresenta em sua essência o lazer, sendo o ócio e o prazer os motivadores dessa atividade, ao mercantilizar o tempo e o espaço. Em consonância com esse pensamento, Rodrigues (2001) contempla:

[...] Pode-se gastar o **tempo livre** sem executar nenhuma ação. Nesse caso, o tempo despendido é um tempo de puro **ócio**, ou seja, de contemplação. Já o vocábulo “**lazer**” tem a conotação de atividades, ou seja, ações desenvolvidas durante o tempo livre. Os lazeres diferem do **turismo** porque, para sua prática, não há necessidade de deslocamentos que excedam o período mínimo fixado em 24 horas [...] (RODRIGUES, 2001, p.89).

O turismo na atualidade é visto como um grande gerador de riquezas e de possibilidades de desenvolvimento para muitas nações. Mas vale mencionar a necessidade de abordar alguns conceitos e analisar pensamentos que perpassam o turismo. Mesmo com a magnitude da atividade turística, ela ainda é pouco estudada, necessitando de reflexões multidisciplinares para seu entendimento, por ser uma atividade recente e complexa.

O olhar sobre a atividade turística recai no âmbito econômico, vista como uma atividade que consome os espaços e, ao mesmo tempo, abre a possibilidade de alavancar a economia em diversas escalas, desde o mercado/espaço global ao local. Mas essa atividade “trabalha” de forma conectada entre a vontade do novo e a fuga do cotidiano com o ócio criado pelas conquistas dos trabalhadores. Assim, o capitalismo mercantilizou o ócio, potencializando o lazer, ou mesmo criando a necessidade de fuga e de lazer. Moesch (2000), no tocante ao turismo, menciona:

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo. A partir de 1960, o turismo explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional. [...] (MOESCH, 2000, p.9).

Como discutido, o turismo tem sua maior entonação voltada ao setor econômico, mas não devemos ter um olhar simplista ao realizar uma reflexão em torno do turismo, pois essa atividade geradora de divisas tem seu palco de atuação no espaço, em primeira instância; posteriormente, na criação da necessidade de fuga e no aproveitamento do ócio, trabalhando desde a questão imaterial até a questão psicológica.

É no espaço que se tem o acontecer do turismo e sua materialização. Entretanto, na esfera do imaterial centram-se as motivações e a necessidade de fuga da cotidianidade, retratadas no âmbito do imaginário com fantasias que remetem à liberdade do trabalhador, elementos que são potencializados pela economia turística. Por esse viés, Carlos (1996) explicita que:

Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito da troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. (CARLOS, 1996, p. 25).

Com o advento da revolução industrial, novas configurações foram postas sobre o território que proporcionaram o incremento da atividade turística. Diversos fatores contribuíram, dentre eles o aumento da velocidade dos meios de transportes e a visão empreendedora por meio de uma economia turística, houve a ampliação do acesso a esse tipo de serviço.

Por meio da tecnificação do espaço, o turismo adquiriu expressividade, passando a ser conceituado como atividade de massa, levando a uma interpretação errônea dessa atividade, visto que a utilização da palavra “massa” passa a impressão de acesso a uma maioria. Porém, a massificação referida está relacionada à organização e ao fluxo de alguns destinos.

Vale ressaltar que, mesmo com a inserção de novas dinâmicas tecnológicas e espaciais, o turismo ainda não é completamente acessível para toda a sociedade. O turismo de massa vem ganhando importância na

atualidade. Neste cenário, sua conceituação é confundida como turismo popular. Cruz (2001) destaca que:

...é preciso reconhecer que “turismo de massa” não significa “turismo das massas”, pelo simples fato de que as massas não fazem turismo. O turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. Faz-se necessário lembrar, entretanto, que essa quantidade de pessoas que viaja está muito longe de corresponder ao total da população mundial e muito longe, portanto, de corresponder à massa da população do planeta. (CRUZ, 2001, p.6).

Como já discutido, o turismo apresenta uma complexidade por ser uma atividade multidimensional e com um corpo referencial que ainda necessita de reflexões mais profundas, visto que está em desenvolvimento. A dificuldade de uma unidade conceitual voltada ao turismo reside na ramificação de áreas do conhecimento que perpassam por essa atividade e na dinamicidade da sociedade que gera novas ressignificações espaciais e territoriais.

A definição de conceitos e movimentos em torno do turismo é de suma importância para o planejamento e para a compreensão desse fenômeno academicamente. Para Copper (2001), a estruturação teórica do turismo é importante “não apenas para possibilitar um sentido de credibilidade e propriedade àqueles que estão envolvidos na atividade, mas também para considerações práticas de medição e legislação.” (COOPER, 2001, p.42).

Na tentativa de estruturar o conceito de turismo, Barreto (1995) versa sobre a primeira conceituação construída que remonta ao ano de 1911, pelo economista austríaco Hermann Von Schullern, que coloca “o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. (Barreto, 1995, p. 9).

Essa visão estabelece dois pontos essenciais: o primeiro a importância do movimento do turista e sua permanência fora do seu local de origem; o segundo sua centralidade na economia. É uma definição que se configura como uma análise simplista e superficial que nega os diversos elementos, o entendimento da atividade turística para além do econômico. Nessa linha de

pensamento mais economicista, temos a definição estabelecida pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) (2009):

Turismo é uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuados entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita. (EMBRATUR, 2009).

As transformações que ocorrem na sociedade influenciam diretamente o turismo, torna-se importante a sua definição para uso acadêmico e planejamento de destinos. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2001), turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios, entre outros.

Cruz (2003) compreende que o turismo “é antes de mais nada uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo”. (CRUZ, 2003, p.5). Na concepção de Andrade (2004), “turismo é o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, lazer e entretenimento” (ANDRADE, 2004, p.38).

O turismo não é uma atividade que oferece um único produto ou atrativo, assim, territorializando os mais diversos espaços para atender uma demanda dinâmica e complexa, levando à segmentação dessa atividade. Para a OMT (2007):

De forma resumida, segmentação é a tentativa de localizar com precisão grupos de consumidores parecidos entre si, na busca para desenvolver e implementar programas de marketing especificamente destinado a suas necessidades (OMT, 2007, p.3).

A Organização Mundial do Turismo apresenta uma diversidade relacionada à segmentação turística, considerando quase toda movimentação

turística, até as motivadas por negócio. Essa conceituação amplia a discussão, visto que o lazer centra-se no ócio e no lazer.

Ressaltamos que, ao mencionar a atividade turística, ela está concomitantemente relacionada com o ócio e o lazer. Nessa abordagem, o conceito de turismo adquire amplitude e várias interpretações por meio da segmentação que pode nortear para uma reflexão simplista, em que “tudo pode ser turismo”. Visando à complexidade do turismo, Andrade (1997) menciona que:

Entende-se por turismo de negócios o conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologias, vender ou comprar bens ou serviços. (ANDRADE, 1997, p. 73).

Outro questionamento referente à definição dessa atividade é a duração da viagem e a necessidade de realizar um pernoite em local fora da residência. Essa visão produz debates em torno do que seria turismo, sendo que essa definição excluiria os “turistas” que ficam um dia no local visitado e que não pernoitam. Corroborando com o exposto, Cunha (1997) enfatiza que:

O turismo compreende atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros. (CUNHA, 1997, p.9).

Nessa linha de pensamento, Bullon (2002) enfatiza a centralidade dos atrativos turísticos e a possibilidade da realização do turismo de um dia ou excursionismo. Conceituando os excursionistas, Barretos (1995) destaca que:

Os excursionistas são, para a International Union of Official Organization (IUOTO), aqueles visitantes que não param por um pernoite, mas que atravessam o país ou região. Um excursionista permanece por menos de 24 horas e inclui viajantes de um dia e pessoas fazendo cruzeiro. (BARRETO, 1995, p.26).

A visão de excursionista estabelecida por Barreto (1995) não leva em consideração um país com grandes dimensões territoriais, dificultando ultrapassar suas fronteiras em um dia.

Ruschmann (2002) apresenta outra visão sobre o assunto, definindo o excursionista como recreacionista doméstico, e busca adequar a questão espacial à realização de uma viagem em 24 horas. A autora enfatiza como “pessoas que viajam dentro do país no qual residem por menos de 24 horas (sem pernoite) com os mesmos objetivos dos turistas” (RUSCHMANN, 2002, p. 153).

Presidente Epitácio se relaciona com esse pensamento, visto que seu fluxo de turistas tem como áreas emissoras as regiões do Oeste Paulista e a região leste do Mato Grosso do Sul. Ressalta-se a importância de atender essa demanda que busca o turismo/lazer próximo a sua cidade de origem.

Em relação à distância e à possibilidade do “turismo de um dia”, Bullon (2002) estabelece um raio de distância de acordo com o tempo percorrido, assim proporcionando atividades de lazer em cidades atrativas que estejam a duas horas do local de origem. Por esse viés, Bullon (2002) menciona que:

Centro turístico é todo conglomerado urbano que conta em seu próprio território ou dentro de seu raio de influência com atrativos turísticos de tipo e hierarquia suficiente para motivar uma viagem turística. A fim de permitir uma viagem de ida e volta no mesmo dia, o raio de influencia foi calculado em duas horas de distância-tempo. (BULLON, 2002, p.84).

As conceituações apresentadas sobre turismo tendem a uma vertente econômica e tecnicista, revelando rigidez e superficialidade no entendimento da atividade turística. Por esse viés, pode-se estabelecer que o turismo seja fluxo (viagens), consumo dos espaços e territórios turísticos.

Ao pensar em turismo, imediatamente nos remetemos ao ócio e ao lazer, sendo que essa essência imaterial possibilita o consumo das materialidades postas no espaço. Essa troca entre a materialidade e a imaterialidade na esfera do ócio e do lazer, proporciona o deslocamento do “turista” do seu cotidiano para o novo, vivenciando outra cultura, hábitos e espaços que são ressignificados pelo turismo.

Diante da discussão, o conceito de turismo se aproxima do consumo dos espaços e territórios, visto que, em ambos, apresenta elementos materiais e imateriais que são mercantilizados e consumidos pela atividade turística.

A discussão realizada sobre o turismo ressalta as lacunas de cada definição e, ao mesmo tempo, a complementaridade para o entendimento da complexidade que se desdobra sobre a atividade turística. Transpomos visões mais economicistas de caráter técnico, como a proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT) (1994) até definições que buscam compreender o consumo das territorialidades turísticas.

Turismo é aquele deslocamento no espaço realizado por pessoas com o fim de servir-se de outros espaços como lugares de lazer, bem como para desfrutar dos recursos e atrativos geofísicos diferentes que oferece o território no qual o turista vai, bem como para contemplar os elementos genealógicos existentes em ele, é dizer, para admirar resíduos e obras históricas que sobreviveram no território, nas quais se atribui um valor monumental, artístico ou cultural. (SÁNCHEZ, 1985, p.104).

Diante da importância dessa atividade econômica na contemporaneidade e seus desdobramentos nos territórios, são necessários estudos que atendam as particularidades espaciais. Assim, quando destacamos a definição da OMT como tecnicista, vale ressaltar a dificuldade de se adotar uma conceituação que consiga atingir uma aplicabilidade em escala mundial.

O turismo, ao ser analisado simplesmente pela perspectiva da ocupação do tempo de ócio ou pelo viés economicista e tecnicista, encaminha-se para uma análise simplista ao excluir uma gama de elementos essenciais que compõem a atividade turística atualmente. A atividade turística atualmente abrange o bem-estar da população, por meio da manutenção e valorização dos elementos sociais e culturais.

O consumo espacial (material e imaterial) pelo turismo se fortalece com a valorização das particularidades de cada lugar. É importante frisar que o epicentro do fenômeno turístico é de caráter humano, potencializado pelos deslocamentos realizados pelos homens em busca de contato com outras culturas, organizações e estruturas produzidas por relações históricas,

estabelecendo trocas que permeiam o consumo de territorialidades materiais e imateriais.

Superando a visão estereotipada do turismo, adotamos aqui uma perspectiva que centra no deslocamento e no consumo espacial, como um momento de fuga cotidiano. O consumo espacial produz territorialidades turísticas; tais movimentos levam a uma teia de complexidade em que lazer, ócio, cultura, social e econômico atuam concomitantemente conectados, dinamizando o turismo e gerando divisas, por meio da mercantilização da cultura e de materialidades expressas na localidade, proporcionando momentos de lazer e conhecimento para o consumidor espacial.

Como visto, o turismo é uma atividade complexa e multifacetada que se entremeia na espacialidade, tornando-o um produto valorizado pela sociedade atual. A base da realização turística é o espaço; tendo consciência dessa dimensão, enfatizamos a importância de conceituar o lugar turístico.

Com a expressividade econômica dada ao turismo, verifica-se que muitos “lugares turísticos” são construídos diante de uma perspectiva capitalista, assim, há cada vez mais espaços artificiais voltados a esse fenômeno. Vale a ressalva de que o turismo auxilia na valorização do patrimônio histórico e na imaterialidade construída pelo povo de uma localidade.

O turismo produzido artificialmente no espaço acarreta a perda da sua função sociocultural, tendo como premissa o consumo espacial visando à ampliação do capital. Nessa linha de pensamento, Carlos (1996) enfatiza que:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório onde o espaço se transforma em cenário, ‘espetáculo’ para uma multidão amorfa [...]. Aqui o sujeito se entrega às manifestações desfrutando a própria alienação. Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar (CARLOS, 1996, p.109).

Com a criação de lugares turísticos artificiais, o desenvolvimento turístico com base local fica comprometido, haja vista que a artificialização dos espaços para a apropriação econômica do turismo está atrelada à ampliação do capital, reforçando a eminente visão economicista.

Com uma posição distinta da colocada acima, Santos (1996) enfatiza que vemos o lugar turístico como o lugar em que os fragmentos das redes ressaltam a dimensão social concreta.

A materialização do fenômeno turístico ocorre no espaço, de maneira solidária e diversa, fruto das incertezas das relações entre a população local residente e turista. Essa visão se aproxima da realidade local, em que a valorização do lugar e a prática turística partem da construção sociocultural, possibilitando a inserção da comunidade na atividade turística por meio do desenvolvimento turístico com base local.

Para potencializar a prática turística no lugar, há a necessidade de dois elementos: os equipamentos e os atrativos turísticos. Esses dois elementos são indissociáveis, pois os atrativos, para se tornarem “vivos”, dependem dos equipamentos, sendo que os equipamentos por si só não apresentam atratividade turística.

Em relação às terminologias do turismo, ressaltam-se a importância de conceituação dos elementos e o entendimento da função de cada um para a dimensão turística.

De acordo com o Ministério do Turismo (2007), os equipamentos e serviços turísticos podem ser denominados como “conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, eventos, lazer, etc.” (Ministério do Turismo, 2007, p. 7).

Na mesma linha de pensamento, Lage; Milone (2004) reforçam que os equipamentos e serviços turísticos são denominados ao mesmo tempo como superestrutura, sendo as “principais instalações de superfície, o conjunto de edificações e os serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística” (LAGE; MILONE, 2004, p.43).

Outro elemento de suma importância são os atrativos turísticos que, em conexão com os equipamentos turísticos, ocasionam dinamicidade que ativa a atividade turística. Estabelecendo uma definição, Veloso (2003) salienta que “os atrativos turísticos constituem o componente principal e mais importante do produto turístico, pois determinam a seleção, por parte do turista, do local de

destino de uma viagem, ou seja, geram uma corrente turística até a localidade [...]" (VELOSO, 2003, p.05).

Este autor expõe de forma clara que os atrativos turísticos proporcionam o desejo de visitar determinados lugares, configurando-os como produtos turísticos. Ampliando a discussão sobre esse elemento, Beni (2004) define-o como "todo lugar, objeto ou acontecimento que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los" (BENI, 2004, p.302). Dada a importância dos atrativos e seu aproveitamento, Ruschmann (1997) reforça a importância da avaliação dos atrativos para a estruturação e planejamento.

A avaliação dos atrativos determina seu potencial turístico e constitui elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas para uma localidade e fornece subsídios para determinar as abrangências dos projetos e a qualidade e quantidade dos equipamentos e da infraestrutura por instalar. (RUSCHMANN, 1997, p.142).

Diante do exposto, podemos verificar que o atrativo turístico é o produto mercantilizado pelo turismo, favorecendo o fluxo e o consumo de espacialidades e territorialidades turísticas. Desse modo, é necessário um constante planejamento para que haja a promoção de um turismo consciente, tanto pelos turistas e quando pelo trade turístico. Outro ponto que vale ressaltar é a função do marketing de potencializar os atrativos, tornando-os fonte de ampliação do capital.

Porém, como mencionado, para a utilização e exploração dos atrativos turísticos, há a necessidade de equipamentos e serviços consolidados que possibilitem o desenvolvimento dessa atividade. A oferta turística está atrelada à valorização dos atrativos, com o apoio do marketing e a estruturação para que esses atrativos sejam mercantilizados.

Desta forma, o planejamento, o marketing, os equipamentos/serviços e os atrativos devem ser pensados de forma conectada para que possamos ter um panorama mais próximo do real em relação à atividade turística.

Compreendidos a importância do turismo e os conceitos de atrativos e equipamentos e serviços, cabe definir aquele que consome de forma elementar os espaços e proporcionam fluxos espaciais: o turista. O turismo passou ao

longo do tempo por metamorfoses e, nesse movimento, o conceito de turista também ganhou novas conotações.

Conceituando turista, Fuster (1991) estabelece como “toda pessoa que viaja durante 24 horas ou mais por qualquer outro país distinto da sua residência habitual” (FUSTER, 1991, p. 17). Portanto, Fuster (1991) infere que “turistas são todos aqueles que se deslocam fora de seu domicílio habitual com a intenção de regressar. Etimologicamente, a palavra tour é tão explícita como para implicar a volta, e só ela” (FUSTER, 1991, p.26). Corroborando com a definição de turista, Ignarra (2001) compreende que:

Toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no decorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósitos de imigração. (IGNARRA, 2001, p.25).

Com o avanço dos transportes e o anseio de viagens curtas (de um dia), novas conceituações são produzidas relacionadas a aqueles que buscam o lazer e a fuga de seu cotidiano (turistas de um dia ou excursionistas), que aproveitam a proximidade dos atrativos. Diferenciando os conceitos de turistas e excursionistas/viajantes de um dia, a única distinção é a “pernoite”. Andrade (2004) esclarece sobre as conceituações descritas acima:

Para designar quem viaja e permanece menos de vinte e quatro horas em receptivo ou localidade que não seja o de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam o turista, mas sem pernoitar no local visitado, usa-se o termo excursionista ou viajante de um dia. (ANDRADE, 2004, p.44).

Os conceitos apresentados fazem parte do escopo teórico e conceitual que permeia o turismo, proporcionando o entendimento e ampliando a discussão sobre esse fenômeno. Diante da complexidade e da recente entonação científica, o turismo ainda necessita de avanços no tocante a conceituações, visto que muitas delas vêm de outras áreas, enfatizando outras particularidades.

Por esse pensamento, tentamos abordar e conectar o posicionamento mais técnico apresentado por diversas áreas do conhecimento, visando não se ater a uma vertente economicista. Nessa perspectiva, Cooper (2007) destaca que:

Os enfoques tradicionales han tendido siempre a “operacionalizar” y a reducir el turismo a un conjunto de actividades o transacciones económicas, um “reducionismo” que sido criticado por los autores más recientes, quienes, en lugar de ese reduccionismo, sinalam la importancia de establecer marcos pos modernos que analicen la relevancia y el significado del turismo para los individuos. (COOPER, 2007, p.44).

Vale ressaltar a importância de conceituar os movimentos e elementos que compõem o turismo, visto que o caráter tecnicista dos conceitos tende à lógica mercadológica, na tentativa de mercantilizar os espaços e manipular o consumo, que atualmente é potencializado e norteado pela globalização.

Em uma direção contrária e com uma visão mais crítica e humana, temos a geografia como instrumento de aproximação da realidade, que nos leva a entender o turismo como consumidor e mercantilizador dos espaços, resultando em novas territorialidades.

3.1 Políticas Públicas: perspectivas para repensar o turismo

Pensar em política pública é refletir sobre paradigmas que pairam sobre as ações governamentais que se desdobram no território. Em relação à definição de políticas públicas, vários autores centraram-se nessa temática, como Rua (1998), que define políticas públicas como “[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731). Outra definição de política pública é a de Dye (1972), de que política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer” (DYE, 1972, p.1).

Diante das definições expostas, analisar políticas públicas é entender a ação dos governos, porém os Estados “representam” e agem de acordo com os interesses da sociedade, pois devem sanar os problemas que se apresentam como públicos, lembrando que “em uma sociedade de conflitos e interesses de classe, elas são o resultado do jogo de poder determinado por

leis, normas, métodos e conteúdos que são produzidos pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado” (TRAVASSOS; SOUZA; SILVA, 2013, p.148).

Entretanto, o Estado é ineficiente em relação a suas ações, não atendendo integralmente os interesses da grande massa que necessita de políticas realmente públicas. Como DYE (1972) mencionou, o não realizar também é uma forma de fazer política. Assim, o Estado se aproxima dos interesses daqueles que compõem e administram a máquina pública, atendendo as prioridades de setores privilegiados.

Corroborando com esse pensamento, Secchi (2012) enfatiza que “o que define se uma política pública é ou não pública é a sua intenção em responder a um problema público” (SECCHI, 2012, p.15).

As políticas públicas têm em seu bojo a incumbência de respaldar as problemáticas que se estabelecem no âmbito coletivo, respondendo e agindo em busca da alteração do *status quo*, sendo essa a essência das políticas públicas. Contribuindo para a discussão, Souza (2006) emblemática que:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 7).

As respostas para as problemáticas coletivas socioespaciais ocorrem de duas formas: a primeira, em que a mobilização da sociedade ecoa a responsabilidade para os setores políticos, desdobrando-se em políticas públicas horizontais, com a presença da sociedade durante o processo de consolidação desta. Em consonância com a horizontalidade das políticas públicas, complementa-se com a ideia de Santos (1992):

As populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem de um recurso institucional para que sua voz seja ouvida. Falta às

regiões câmaras representativas regionais, cuja tarefa essencial seria a de propor os modos próprios de regulação da vida regional (...). Não seriam apenas as regiões metropolitanas a merecer as regalias de um nível próprio de governo, mas todos os sub-espacos regionais. Resta, sem dúvida, a questão da delimitação geográfica, da delimitação das competências e da natureza desse poder regional aqui proposto (SANTOS, 1992, p. 119).

A segunda enfatiza como as políticas públicas são pensadas e se aproximam dos interesses de uma classe social que detém o poder e gesta a máquina pública. Assim, muitas vezes, apresentam-se políticas que confrontam os interesses da coletividade, caracterizando-se como uma política vertical, pensada de cima para baixo.

Para compreender os reais interesses das políticas públicas aplicadas no território e seus desdobramentos socioespaciais, deve-se perguntar:

- Quais são os objetivos das políticas públicas estabelecidas?
- Quais os sujeitos afetados pelas políticas públicas e esta os impactou positiva ou negativamente?
- Quem são os executores das políticas públicas?

Por meio desses questionamentos, os interesses que perpassam as políticas públicas ficam latentes, e a realização destas atende os interesses voltados aos problemas coletivos.

Para sistematizar o processo de uma política pública, Howlett e Ramesh (2003) estabeleceram um modelo chamado de 'O Ciclo das Políticas Públicas', enfatizando as principais etapas, do início ao fim da política proposta (Quadro 6).

O modelo de ciclo de vida das políticas públicas auxilia na organização e interpretação das fases em que se estabelecem as políticas públicas, e sua interdependência entre essas fases. Esse modelo recebeu várias críticas, visto que as políticas públicas são dinâmicas e contraditórias por envolverem interesses de grupos antagônicos.

Quadro 6: Ciclo das Políticas Públicas.



Fonte: Howlett e Ramesh, 2003.

O modelo proposto apresenta duas fases que contêm agentes distintos, que levam à alteração do resultado e à própria aplicabilidade da política pública. A fase de percepção e detecção do problema nasce perante as necessidades de uma parcela da sociedade que não detém o poder político. Esta utiliza a manifestação para que seu problema fique em evidência, porém, a solução muitas vezes não coabita os interesses daqueles que implantarão a política pública.

Delimitar um problema público é politicamente fundamental no processo de elaboração de uma política pública; envolve definir quais são seus elementos e sintetizar em uma fase a essência do mesmo. No entanto, é importante destacar que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases sucessivas de formulação das alternativas e, principalmente, na implementação, os problemas públicos podem ser redefinidos e adaptados por alguns dos atores envolvidos. (DIAS, MATOS, 2012, p. 69).

Na trajetória entre a delimitação do problema e a implementação da política pública, se faz necessária a presença de todos os agentes envolvidos para que o objetivo central seja alcançado.

Refletindo sobre a implementação, SARAIVA (2006) define que esta é “constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar uma política” (SARAIVA, 2006, p.145).

O distanciamento dos agentes (parcela que necessita da política pública) nas duas fases da construção da política pública pode se desdobrar em resultados destoantes da problemática proposta. Sobre a implementação das políticas públicas, Rua (2009) menciona que:

A implementação consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade. (RUA, 2009, p.38).

Para que a política pública mude a realidade, não requer apenas planejamento, mas também a participação de todas as demandas sociais envolvidas em todo seu processo.

O “ciclo de vida das políticas públicas” apresenta limitações por sua rigidez ao estabelecer etapas estruturadas, visto que as políticas públicas são dinâmicas, tendo em sua formatação e aplicação interesses políticos divergentes, que podem mudar a essência da proposta. Outro ponto que merece ressalva é a avaliação da política pública, que aparece como etapa final, sendo que o processo é dinâmico e alterável, assim, a avaliação deveria constar em todo o processo.

A necessidade de políticas públicas que solucionem os problemas que derivam de uma coletividade deve ser evidenciada para o reconhecimento das autoridades. Todavia, grupos sociais excluídos do poder político ficam à mercê dos interesses majoritários daqueles que detêm o controle do Estado. Assim, aqueles que não têm voz para expor seus problemas coletivos para o poder público se fazem visíveis por meio da mobilização.

Transpondo a importância das políticas públicas para solução ou gestão das problemáticas coletivas presentes no âmbito socioespacial, podemos inserir o turismo, visando ao entendimento do norteamto das políticas

públicas para esse fenômeno, que tem o espaço socialmente produzido como mercadoria.

De acordo com Gonzales (2014), “o turismo é um fenômeno jovem, é um tema transversal, é um fenômeno global e se baseia no uso e exploração de bens comuns” (GONZALES, 2014. p. 11). Refletindo sobre o consumo dos espaços e bens comuns pelo turismo, Rodrigues (2001) afirma que “uma cidade será boa para o turista se ela for boa para seus moradores” (RODRIGUES, 2001, p. 93).

A atividade turística vem crescendo mundialmente, e muitos países emergentes que carecem de infraestrutura encaram essa atividade como possibilidade de sair dessa estrutura moldada pela pobreza. Porém, independentemente da escala geográfica, para a efetivação do desenvolvimento com melhoria da qualidade de vida coletiva, a implementação das políticas públicas deve alocar os anseios da sociedade. Por essa linha de discussão, Lickorish; Jenkins (2000) enfatizam que:

Para muitos dos países mais pobres do mundo, o turismo se tornou um grande trunfo para o processo de desenvolvimento. Embora o desenvolvimento seja um conceito com vários significados, para a maioria dos países ele é visto como sendo essencialmente uma medida para o progresso econômico” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 271).

Ressaltado em Rodrigues (2001), a cidade só será boa para o turista se esta o for para o morador local. Por meio desse pensamento, nota-se a importância de políticas públicas que potencializem a atividade turística e que se desdobrem na qualidade de vida daqueles que vivenciam cotidianamente esse ambiente. Por esse viés, a política pública é uma via de mão dupla, em que uma política pode atender interesses de dois segmentos de uma comunidade, se for pensada na horizontalidade.

Porém, se a política for pensada na verticalidade, o poder emanado de cima para baixo não incorpora as reivindicações daqueles que não detêm o poder e a representação política. Assim, distancia-se a essência das políticas públicas entre a delimitação do problema e a implementação. Por essa perspectiva, Solha (2006) esclarece que as políticas públicas voltadas ao turismo emergem pelo próprio caos de uma atividade que se estrutura em localidades de forma espontânea, produzindo problemas que requerem

políticas públicas para saná-los ou mesmo para potencializar e estruturar a atividade que despontou naturalmente.

No turismo as preocupações de estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos. Antes disso caracteriza-se pela espontaneidade, com pouco ou nenhum controle de seu desenvolvimento, obedecendo apenas à lei do mercado. O papel da política de turismo, assim como sua abrangência varia conforme as necessidades e os objetivos de cada local. (SOLHA, 2006, p. 90).

As estruturas públicas fazem parte dos bens coletivos de uma sociedade, e as políticas públicas que visam ao turismo buscam normatizar, organizar e incrementar os espaços públicos, estabelecendo o equilíbrio entre a atividade econômica e sua funcionalidade para a comunidade local. Corroborando com o exposto, Lickorish; Jenkins (2000) colocam que:

Deve haver um equilíbrio entre as vantagens e as desvantagens do turismo. Esse equilíbrio deve ser determinado pelo desenvolvimento cuidadoso de políticas e pela implementação dessas políticas através do planejamento do desenvolvimento do turismo (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 278).

Para que o equilíbrio entre atividade turística e comunidade local seja alcançado, é necessária a participação de todos os envolvidos e, em todas as etapas da construção das políticas públicas de interesse turístico. Visto que o turismo é uma atividade socioeconômica, utiliza-se de bens comuns da sociedade, gerando disputas e confrontos de interesses pelos mesmos espaços e serviços.

Em consonância com a temática, Alexandre (2003) menciona que “o arranjo institucional é um dos elementos fundamentais para uma política pública de turismo bem-sucedida, pelo seu poder de afetar tanto na decisão da implementação das estratégias quanto no pessoal envolvido no processo” (ALEXANDRE, 2003, p. 11).

Gonzales (2014) argumenta duas posições que aparecem nas políticas públicas motivadas por divergência de interesses:

A primeira é que a política trata de regular as contradições que existem em todas as dimensões sociais e, a segunda, é que sempre existem grupos que, ante um mesmo fenômeno, tem preferências opostas, o que gera um conflito permanente. (GONZALES, 2014. p.13).

Perante o confronto de interesses políticos sobre o norteamiento das políticas públicas, ressalta-se que toda delimitação de um problema e a consolidação da própria política devem ter em sua essência a questão social, mesmo uma política pública que delineie a atividade turística pelo viés econômico deve conter em sua centralidade o componente social. Complementando esse pensamento, Queiroz (2001) deixa claro que “o problema social é o objeto central de uma política pública” (QUEIROZ, 2011. p. 138).

Para que a consolidação das políticas públicas voltadas ao turismo alcance o bem-estar social para todos os segmentos da comunidade local, os atingidos direta e indiretamente por essas políticas públicas devem participar, acompanhar e fiscalizar todo o processo.

No caso de municípios com a presença da atividade turística, o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) é uma das formas de representatividade, contendo os mais diferentes segmentos da sociedade, visando que as ações das políticas públicas voltadas à atividade turística desdobrem-se positivamente sobre os munícipes. Em relação ao COMTUR, o Ministério do Turismo (2007) menciona que:

O COMTUR é uma política municipal de turismo que constitui um conselho composto por membros representativos da comunidade com vínculo e interesses no desenvolvimento turístico do município, cuja finalidade é normatizar, consultar, assessorar e fiscalizar no sentido de orientar, promover e garantir o aprimoramento das diretrizes e dos objetivos do desenvolvimento do turismo municipal (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Assim, as políticas públicas direcionadas ao turismo apresentam uma grande potencialidade de alterar positivamente as estruturas básicas dos municípios e de inserir novas dinâmicas que podem ser usufruídas pela comunidade e, ao mesmo tempo, de incrementar a atividade turística, protegendo os recursos naturais e socioculturais.

O turismo é dinâmico e necessita constantemente de atualização em suas políticas públicas, adequando as transformações cotidianas estabelecidas pelos desejos da sociedade. Por esse sentido, é importante a construção de políticas públicas que estabeleçam objetivos que norteiem as necessidades a curto, médio e longo prazo.

Corroborando com a ideia de que as políticas públicas são voláteis, Lickorish; Jenkins (2000) dizem que “a política de turismo precisa ser flexível para reagir às mudanças em determinadas circunstâncias e reorganizar as prioridades conforme necessário” (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 227).

Entre as diretrizes estabelecidas para as políticas públicas inerentes ao turismo, pode-se mencionar: a ordenação, a orientação do mercado, o estímulo ao desenvolvimento, o financiamento do turismo direta e indiretamente.

Essas diretrizes que fazem parte da base das políticas públicas norteadas para o turismo, buscam produzir riquezas e concretizar o turismo como amenizador das disparidades sociais, proporcionando melhoria do “bem-estar social” por meio da implementação de políticas públicas.

Em consonância com as diretrizes mencionadas, podemos citar a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, sobre a Política Nacional de Turismo, que define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, que estabelece no seu Capítulo I:

Art. 3º Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo único. O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. (BRASIL, 2008).

Mesmo com as diretrizes estabelecidas e calcadas na legislatura oficial do Estado, deve-se atentar para a inserção dos interesses locais, visando que não atenda os interesses daqueles que detêm o poder político e econômico, mas que essas sejam desenvolvidas englobando a comunidade em escala

local, estabelecendo políticas participativas em todas as suas fases, enfatizando uma avaliação contínua do processo.

Para Rua (2009), uma agenda política se faz necessária “quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo” (RUA, 2009 p. 37).

Para que os objetivos sejam alcançados conforme estabelecidos pelas políticas públicas voltadas ao turismo, os implementadores devem ater-se à problematização e à delimitação destes, para que haja um planejamento eficaz que possibilite sua concretização. É importante ressaltar que a política pública deve ser dotada de uma problemática comum à sociedade.

Dada a importância social do turismo e sua volatilidade, as políticas públicas desse setor requerem avaliação contínua, norteando o caminho conforme as necessidades momentâneas da comunidade inserida. Em conformidade com o exposto, Solha (2004) menciona que:

(...) pelo dinamismo, refere-se à necessidade de estar atenta as mudanças externas e internas; pela flexibilidade, como faz parte de um processo, o monitoramento contínuo e apurado do desenvolvimento oferece informações que podem e devem influenciar e justificar modificações nas políticas e estratégias; pela participação, oferecendo possibilidades de envolvimento efetivo de todos os segmentos tanto nas decisões como na sua própria implementação; pela integração, tanto entre os diferentes órgãos públicos de turismo como entre as outras políticas setoriais. (SOLHA, 2004, p. 20).

Esse aporte teórico sobre as políticas públicas busca discutir e estabelecer um maior entendimento concernente à construção das políticas públicas, visando conectar com as temáticas que envolvem essa pesquisa. O próximo item deste trabalho busca o entendimento das políticas públicas no âmbito escalar, perpassando pelas escalas nacional, estadual e local.

Ressaltam-se dois momentos políticos distintos nas políticas públicas de grande impacto no município de Presidente Epitácio, distintos em suas temporalidades e convergentes na intenção de alavancar o turismo como “salvador” econômico e social do município. Por meio de políticas públicas verticais, enviesadas por discursos políticos e midiáticos, foi alterado o cenário do município. Evidencia-se a tentativa de moldar o desenvolvimento turístico

nesse município em detrimento dos impactos hidroenergéticos que se desdobraram sobre o território, produzindo novas territorialidades.

De acordo com essa perspectiva, Baumgartner; Jones (1999) esclarecem que “os processos das políticas públicas são muitas vezes conduzidos por uma lógica de estabilidade e incrementalismo, mas ocasionalmente também produzem mudanças em grande escala com relação ao passado” (BAUMGARTNER e JONES, 1999, p. 97).

Para o entendimento dessas mudanças, alçaremos diversos instrumentos, visto que o turismo é multissetorial, necessitando do aporte teórico de outras áreas do conhecimento, visando ao entendimento das políticas públicas voltadas ao turismo e sua conexão com o objeto de estudo.

3.2 Políticas públicas e sua convergência com o turismo

O turismo abordado por múltiplas vertentes apresenta um entrelace natural com a política. Enquanto sistema, procura-se consolidar a legalidade da atividade e ao mesmo tempo produzir políticas infraestruturais que norteiem a manutenção e construção de espaços apropriados pelo turismo. Por essa linha de pensamento, Cruz (2005) enfatiza a importância do Estado na materialização do sistema de engenharia, que posteriormente passa a ser dominado pela dinâmica turística.

Daí falarmos em velhos e novos sistemas de engenharia, velhas e novas ações e no papel do Estado na organização do espaço para o turismo, por meio de políticas públicas e de seus respectivos diplomas legais. (CRUZ, 2005, p.32).

No processo de construção do pensamento político voltado à esfera econômica da atividade turística, vale o papel do governo brasileiro no incentivo a essa atividade, que passou a ser vista como “salvadora” da economia a partir da década de 1960.

Na tentativa de estruturar o turismo no Brasil, o governo inseriu em sua agenda política as questões voltadas a esse setor, materializando sua intenção com a criação de órgãos especializados e ministério dedicado ao turismo

(abordagem que será aprofundada de forma específica adiante). Contextualizando, Barreto (2003) enfatiza que:

Embora a crescente complexidade da sociedade no período histórico em estudo obrigava os governos para a produção de certas formas de políticas dirigidas ao bem comum, a discricionariedade do poder político da época vinculava, necessariamente políticas públicas com interesses privados. (BARRETO, 2003, p.34).

A intenção desse exposto visa compreender a simbiose entre política e economia, sendo que ambas são indissociáveis na apropriação e na mercantilização do território usado pela atividade turística. Dessa forma, o governo brasileiro se esforça para consolidar o país como destino turístico e vender suas potencialidades. Embasando o exposto acima, o PNT sinaliza sua intenção:

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas. (PNT, 2003, p. 21)

Ressalta-se que esse processo sem planejamento pode acentuar as disparidades regionais do país, caso a política turística não alcance a escala nacional, assim, produzindo concentração em determinadas localidades. Em consonância com esse pensamento, Cruz (2005) enfatiza que:

O turismo assim concebido soa ser mais uma forma de fragmentação do espaço, já profundamente fragmentado por tantas e tão distintas formas de apropriação. Reduzido à mercadoria, vê-se submetido à consagração dos enclaves e das bolhas. Neste caso, as desigualdades regionais tendem a aprofundar-se ao invés de dissiparem-se. (CRUZ, 2005, p.35).

Com o advento da globalização, intensifica-se a mercantilização dos territórios usados com maior velocidade, inseridos nessa dinâmica, adquirirão novos usos e novos sentidos em antigas estruturas.

O turismo, na busca de novos nichos econômicos que se adequem aos novos “desejos” incorporados pela sociedade, conseqüentemente, mercantiliza

os mais diversos espaços, assim, inserindo uma lógica que é pensada no panorama global, porém estruturada e aplicada na escala local. Ruschmann (2013) enfatiza a complexidade da atividade turística, evidenciando a importância do Estado na promoção dessa atividade:

Diante da gama de relações que o turismo estabelece na dinâmica do espaço onde ele ocorre, é muito importante refletir sobre sua composição e as reais possibilidades dessa atividade na esfera local, regional e nacional. Para tanto, torna-se extremamente necessária a ação do Estado na promoção e coordenação da implementação dos projetos e programas de turismo. (RUSCHMANN, 2006, p.63).

Pensando o turismo pela ótica neoliberal, adentram-se na questão da apropriação os espaços públicos, muitas vezes tornando-os privados, assim, considerando essa dinâmica perversa e excludente, por produzir espaços de exclusão.

Essa apropriação dos territórios usados pelo turismo pelo viés de políticas neoliberais atinge além da questão material, pois essa dinâmica de apropriação volta-se ao mundo imaterial ao se tratar de turismo. A globalização encarrega-se de atribuir signos aos territórios que são, pela atividade turística, transformados em mercadoria.

Dada a importância do turismo e de lógicas relacionadas a essa atividade, mostra-se a complexidade, necessitando de análise multissetorial que vise compreender o funcionamento do turismo e seus impactos positivos e negativos.

A dinâmica apresentada assenta-se no território usado, sendo este o palco da sociedade, em que as relações se materializam nas formas geográficas que são mercantilizadas pela atividade turística.

A apropriação do Estado por aqueles que dispõem de poder produz descompasses em suas ações, visto que o Estado é responsável pelo público, devendo atender as necessidades sociais que não podem ser realizadas pelo mercado. De acordo, Steinberger (2013) sinaliza o papel do Estado:

Os significados de políticas públicas e território, ambos ligados ao Estado, admitem reconhecer como verdadeiro o pressuposto da inseparabilidade. Esse reconhecimento vem por meio das noções de público e coletivo que justificam a ação

do Estado produzir políticas públicas para que os cidadãos que compartilham a vida. Vem também por meio das noções de povo e soberania, as quais, conforme o foco jurídico justifica a ação do Estado sobre o território, cuja finalidade é o bem comum de um povo situado em um determinado território. (STEINBERGER, 2013, p.61).

Assim, pode-se dizer que o Estado vem sendo solapado via globalização, em detrimento dos setores econômicos, distanciando quem comanda e quem é comandado, ou em outras palavras, essa dinâmica apresenta os interesses dos que territorializam e desterritorializam. Steinberger (2013) menciona que:

Assim, considerar o turismo como um uso do território traz a tona os interesses e os conflitos de poder entre agentes-atores, permitindo compreendê-lo como um uso entre outros usos do território. Essa reflexão, se incluída nas políticas de turismo, forçaria um exercício mais democrático na escolha dos problemas a serem tratados a partir do reconhecimento dos agentes-atores do território e das disputas de poder entre eles existentes. (STEINBERGER, 2013, p.261).

Com esse pensamento, evidenciam-se a função e a importância do planejamento estatal para com o turismo e aqueles atingidos direta e indiretamente.

3.3 O turismo no Brasil e suas políticas públicas

Pensando na realidade brasileira, a industrialização tardia levou esse retardo para outros segmentos que necessitavam de tecnologia ou mesmo fluidez pelo território.

Assim, o Brasil teve sua guinada urbano-industrial efetivamente na década de 1960, apresentando, a partir desse momento, uma reconfiguração espacial e social marcada pelo desenvolvimento dos transportes que promoveu o “encurtamento” das distâncias e proporcionou a acentuação e geração de novos fluxos, corroborando o desenvolvimento de diversas atividades, entre elas o turismo. Na perspectiva de complementaridade, Moesch (2000) menciona que:

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo. A partir de 1960, o turismo explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional. [...] (MOESCH, 2000, p.9).

Mesmo o Brasil entrando no cenário urbano-industrial, o turismo não se universalizou, sendo reflexo da realidade socioeconômica brasileira que apresenta uma acentuada disparidade no poder de consumo.

Com a globalização, o turismo adquire nova “roupagem”, acentuando o fluxo e o consumo dos espaços em nível mundial, com uma entonação econômica e, conseqüentemente, política, devido à importância e à complexidade desse setor.

Atualmente, apresenta um potencial turístico em expansão que, se planejado e estruturado, pode colocar o país entre os grandes polos de atração turística em um rol mundial, visto que essa concretização não depende apenas de políticas voltadas ao setor turístico, necessitando de outras como: infraestrutura, transportes, segurança, saúde, entre outros.

O Brasil localiza-se em diversas zonas latitudinais, proporcionando uma grande diversidade geográfica, com paisagens, climas e aspectos socioculturais distintos, diversidade esta mercantilizada pelo turismo. Diante da grande extensão territorial e diferenciação de espaços, tanto material quanto imaterial, a lógica turística vem consumindo e mercantilizando essas potencialidades.

Pensando em uma dimensão escalar, o turismo vem adquirindo uma magnitude global, como parte do “imaginário” da sociedade imbricado com o desejo de se distanciar do cotidiano e experimentar o “novo” e o outro. Mesmo disseminado como uma economia global ou internacional, o turismo apresenta-se incipiente em países subdesenvolvidos, notadamente discrepantes em relação aos países centrais.

Esta atividade atualmente é vista como uma possibilidade de desenvolvimento econômico dos países periféricos, porém estes apresentam menor dinamismo por diversos fatores, dentre eles a falta de infraestrutura adequada e políticas que norteiem o turismo.

Diante da carência estrutural e política, muitos países têm dificuldades de consolidar o turismo como uma atividade econômica e adentrar nesse viés, não atendendo as exigências que proporcionariam uma atividade de qualidade, ficando no amadorismo e, muitas vezes, fadados ao insucesso.

Para a consolidação de uma atividade turística que proporcione o desenvolvimento socioeconômico, devem-se estabelecer políticas públicas em que o planejamento e avaliação contem com a presença de todos os segmentos da sociedade. Essa atividade vem ganhando proporções que demandam estratégias de planejamento que busquem o equilíbrio entre os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Assim, Vieira (2011) enfatiza que:

A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se intersetorizadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem estar social. (VIEIRA, 2011, p.21).

Direcionando o pensamento sobre políticas públicas, pode-se afirmar que estas são “linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (DIAS, 2003, p. 121). O turismo, por ser uma atividade complexa e multissetorial, necessita de políticas públicas efetivas, no intuito de levar o desenvolvimento para o território que apresente “vocação” para turismo e proponha implantar essa atividade.

No âmbito das políticas públicas, o planejamento e a gestão devem apresentar em sua formulação a participação da sociedade, por fazerem parte de políticas que ordenarão os usos da materialidade e imaterialidade de territórios produzidos e vivenciados pela sociedade. Por esse viés, enfatizando a importância das políticas públicas voltadas ao turismo e sua gestão, Petrocchi (2009) nos aponta que:

O processo de planejamento inicia-se pela percepção integral do momento presente do destino de turismo e do seu entorno. São identificados os fatores críticos aos quais o destino precisa se adaptar, ou que deve tentar modificar. Na sequência, define-se o que se deseja no futuro, por meio da formulação de objetivos. Depois, vêm os estudos e sugestões de caminhos para atingir esses objetivos, por meio da escolha das estratégias. A etapa seguinte são as ações: mover o destino em direção a seus objetivos; liderar. Para isso, são organizados os programas de trabalho, que realizarão a transição entre a situação atual e a planejada. Finalmente, o processo de planejamento precisa acompanhar e avaliar de forma permanente o seu próprio desempenho. É a função controle, que faz do plano de turismo um instrumento vivo, monitorando o meio envolvente e promovendo as adaptações às mudanças que ocorrem no ambiente externo ao destino. (PETROCCHI, 2009, p17).

O planejamento e a gestão do turismo devem seguir as diretrizes estabelecidas na construção participativa das políticas públicas, tendo em vista que o turismo é uma atividade que extrapola o universo econômico, desdobrando-se na realidade do cotidiano da escala local. De acordo com Beni (2006):

O objetivo de uma intervenção pública é mudar a qualidade de vida da população beneficiária, desde uma situação ou estado inicial (situação-problema) a uma situação desejada (situação melhorada). O processo de planejamento permite orientar, racionalizar e acelerar esse processo de mudança social, que é complexo, porque além de realizar ações voltadas a solução de problemas também é preciso mudar estruturas e modos de atuar (BENI, 2006, p.7).

Como prerrogativa, o turismo é um sistema aberto, apresentando em sua essência a alteridade, com a necessidade de constante planejamento em relação às políticas aplicadas e sua adequação. Bissoli (1999) entende o planejamento como:

[...] um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido (BISSOLI, 1999, p. 34).

As políticas públicas de turismo no Brasil apresentam uma dicotomia entre planejamento e implementação, visto a complexidade da atividade e a dificuldade em planejar e gestar um país que apresenta grandes dimensões territoriais com imenso potencial turístico, levando a uma morosidade na efetivação do planejamento e sua aplicabilidade. No âmbito da gestão participativa, Beni (2006) destaca que:

[...] pode trabalhar em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes decisórios, mas na democratização da informação e de dados para permitir a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo e do paternalismo, utilizando, em vez disso, um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente com os anseios da população, sendo um multiplicador do conhecimento, de histórias e de identidades locais. (BENI, 2006, p.63).

O Brasil vem ao longo do tempo apresentando propostas para implementar políticas que versam sobre a atividade turística, assim, sendo necessário avaliar o desenvolvimento destas e seus desdobramentos territoriais na escala local.

Hall (2004) aponta que elementos essenciais para as políticas públicas voltados ao turismo sejam instrumentos que proporcionem o desenvolvimento para além da dimensão econômica. Para que as políticas públicas apresentem um desenvolvimento satisfatório da atividade turística, é necessário avaliar e monitorar as ações que compreendem o turismo direta e indiretamente. Corroborando com o exposto, Bissoli (1999) enfatiza que:

Ao utilizar o processo de planejamento, a comunidade pode avaliar os impactos das atividades e dos programas turísticos escolhidos sobre aqueles componentes dentro do ambiente como um todo. O planejamento também permite considerar os efeitos que cada elemento tem sobre os outros e certificar-se do desenvolvimento de um programa de turismo aceitável (BISSOLI, 1999, p. 36).

Além de propor e materializar as políticas públicas, para que estas caminhem e possam se elevar como instrumentos efetivos de planejamento, se fazem necessários sua avaliação e monitoramento, na medida em que:

- Avaliam o grau de necessidades políticas e intervenções do governo;
- Possibilitam o teste de hipóteses referentes ao funcionamento do processo, a natureza dos resultados e a eficiência dos programas;
- Especificam sobre resultados e impactos da política;
- Medem a eficiência e a relação custo-benefício das políticas e planos de turismo em termos de recursos financeiros, humanos e de capital.

Os elementos apresentados por Hall (2004) norteiam a importância das políticas públicas e seu acompanhamento para que haja um real desenvolvimento, para além da esfera econômica, assim atingindo o social, econômico, cultural e ambiental. Ao encontro do exposto, Santos (2004) evidência que:

...o planejamento é um processo contínuo que envolve a coleta, organização e análise sistematizadas das informações, por meio de procedimentos e métodos, para chegar a decisões ou a escolhas acerca das melhores alternativas para o aproveitamento dos recursos disponíveis (SANTOS, 2004, p. 24).

As políticas públicas apresentam diretrizes que devem ser realizadas e avaliadas a curto, médio e longo prazo, pois sem o planejamento e a avaliação a atividade turística está fadada ao fracasso. As políticas públicas são instrumentos eficazes para sanar e prevenir problemas. Por essa perspectiva:

O turismo é um fenômeno que não cria apenas empregos, impostos e desenvolvimento, caso seja mal planejado e implantado, causa impactos negativos como poluição, exclusão social, concentração de renda, aumento de prostituição, incremento da exploração sexual infantil e comprometimento de investimentos em projetos mal elaborados (PANOSSO, TRIGO, 2009, p.32).

As políticas públicas que norteiam o turismo no Brasil foram desenvolvidas no início do século XIX, apresentando sua maior expressividade nas duas últimas décadas. Ressalta-se que o turismo neste país enfrenta vários desafios para saltar do amadorismo, como em vários pontos do território carência de infraestrutura e suporte técnico específicos do setor, indícios que apequenam essa atividade que apresenta grande capacidade de desenvolver o

território brasileiro com as perspectivas econômicas entremeadas com base social na escala local. De acordo com Rodrigues (1996):

A industrialização realizada durante os anos 50 trouxe consigo a modernização do Brasil. Modernização dos homens, tornando-os cada vez mais urbanos. Modernização de seus pensamentos e hábitos, tornando-os consumistas. Modernização do modo de vida, das cidades, da arquitetura, das artes, da técnica, da ciência. (RODRIGUES, 1996, p.31).

Os primeiros sinais de intervenção do Estado no tocante à atividade turística remontam à década de 1930 que, segundo Solha (2006), são iniciativas e políticas de fomento, porém essa política se estabeleceu de forma tímida, pois se limitava à autorização governamental a venda de passagens aéreas, marítimas e rodoviárias, de acordo com Dias (2003).

Em 1939, por meio do Decreto Lei nº 1.915, criou-se a Divisão de Turismo que, do ponto de vista político e organizacional, pode ser considerada um organismo oficial da administração pública federal voltado ao turismo.

A Divisão de Turismo teve uma vida curta, extinta em 1946. Assim, toda questão de turismo ficou ao encargo do Departamento Nacional de Imigração e Colonização, organismo responsável pela atuação na política turística e no credenciamento de agências.

Segundo Dias (2003), a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958, expressa a primeira tentativa de realizar uma política que versasse sobre planejamento em nível nacional, porém, não obtendo grandes sucessos, ela foi extinta em 1962.

A partir da década de 1960, o turismo no Brasil é pensado por meio das políticas públicas norteadas pelo Governo Federal, diante da magnitude multissetorial e da importância econômica dessa atividade. Notou-se a necessidade de uma sistematização e normatização via poder federal, possibilitando a gestão, fiscalização e fomento em nível nacional. Até o momento, as políticas voltadas ao turismo tinham como objetivo a expansão dessa atividade, visando consumir as potencialidades materiais e imateriais que o país apresentava, assim, as mercantilizando.

Adentrando a década de 1960, as políticas voltadas ao turismo tiveram enfoque no planejamento e fiscalização, atuando de forma mais sistematizada

em relação às políticas públicas que norteavam essa atividade. Segundo Solha (2006), entre as décadas de 1960 e 1990, as políticas públicas atuaram como agente de desenvolvimento, primando pela consolidação e estruturação do turismo via fornecimento de infraestrutura.

Esse momento das políticas públicas voltadas ao turismo é concomitante com a modernização do território brasileiro. Assim, o turismo passa a ser visto como a atividade que possibilitaria o desenvolvimento econômico e social do país, por sua magnitude, assim, necessitou da atuação do Governo Federal, que proporcionou políticas e práticas que se alicerçaram em escala nacional.

As políticas estabelecidas se apresentaram de forma dual, atuando no setor privado e público, norteando a gestão que buscasse qualificar o território brasileiro e ao mesmo tempo atendendo os anseios da sociedade em escala local.

Nessa perspectiva, Solha (2006) enfatiza que “a política de turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”. (SOLHA, 2006, p. 92).

O exposto acima mostra como deveriam se estabelecer as políticas públicas voltadas ao turismo, sendo que encontraram dificuldades para se consolidar, não concretizando o planejamento estabelecido. Nesse sentido, Steinberger (1998) enfatiza que as políticas pensadas entre os anos de 1962 e 1985 são caracterizadas como “pseudopolíticas”, pois muitas dessas políticas não foram implementadas.

Mesmo que as políticas não tenham atingido seu propósito, foram importantes no âmbito do debate, elevando essa atividade às discussões nacionais. Nesse viés, vale salientar o desenvolvimento em grau de importância econômica e social que o turismo ganhou entre a década de 1930 e 1960.

Em 1966, a Política Nacional de Turismo passou por uma reformulação por meio do Decreto Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que criou a EMBRATUR e o Conselho Nacional de Turismo, considerados as primeiras políticas efetivas voltadas à atividade turística no Brasil.

De acordo com Vieira (2001), a EMBRATUR adquire a função de regulamentar as empresas e instituições prestadoras de serviços turísticos, consolidando essa atividade por meio dos incentivos fiscais, utilizados para a estruturação dos equipamentos e serviços.

O Decreto 55/66 estava em concordância com o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG – 1964-1966) que apresentava entre os objetivos “atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida” (CRUZ, 2000, p.49).

Essa política apresenta uma base econômica, pois a atividade turística é vista como atividade produtiva que proporciona o desenvolvimento econômico e social, possibilitando amenizar as disparidades socioeconômicas que assolam as grandes regiões do Brasil.

Em 1991, a EMBRATUR, por meio da Lei nº 8.181, se reestruturou, passando a ser uma autarquia, recebendo o nome de Instituto Brasileiro de Turismo. Entre suas atribuições, pode-se mencionar: formular, coordenar e realizar a Política de Turismo no país. Solha (2006) enfatiza que, na década de 1990, o Estado aparece como coordenador das atividades e das políticas voltadas ao turismo, inserindo em seus discursos a temática da sustentabilidade.

Em 1992, no governo do presidente Fernando Collor de Mello, o Instituto Brasileiro de Turismo lançou o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) a ser executado entre os anos de 1992 e 1994. Este plano foi o alicerce para a efetivação de uma Política Nacional de Turismo, visto como “o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”.

Até 1996, as políticas públicas que nortearam a atividade turística, estabelecidas pelo Governo Federal, buscaram a centralização e a efetivação dessa atividade como oportunidade de fonte de renda e atenuação das disparidades socioeconômicas do país. Por meio de incentivos, visavam às políticas estruturais que pudessem valorizar os potenciais turísticos, seja material ou imaterial, a fim de elevar o desenvolvimento da sociedade e de comunidades que estavam à beira da marginalização.

Porém esse modelo centralizador das políticas não estava em consonância com a realidade local, assim, destoando a política nacional da realidade presente na escala local.

Por essa linha de pensamento, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi lançado no ano de 1996 o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), visando à descentralização e mais autonomia na gestão das atividades turísticas em nível municipal. Em relação ao PNMT, Dias (2003) esclarece que este:

(...) Visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa. (DIAS, 2003, p.144).

Em consonância com o exposto acima, Beni (2006) elucida que o PNMT foi criado:

(...) com o objetivo principal de melhorar o produto turístico brasileiro por meio da conscientização dos municípios e de seus habitantes acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar, bem como da descentralização das atividades de planejamento. (BENI, 2006, p.26).

A Política Nacional de Turismo passou a ser efetivamente implementada, seguindo os parâmetros da descentralização da atividade turística. No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, se estabeleceu um planejamento para o período de 1996 a 1999. De acordo com Carvalho (2000), os principais objetivos norteadores dessa política foram:

a) a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais; c) a orientação referencial para o setor privado. (CARVALHO, 2000, p. 102).

O Plano Nacional de Turismo tem como premissa estabelecer o desenvolvimento em escala local, balizado pelo PNMT. Nesse sentido, muitos municípios criaram os Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR) visando ao planejamento turístico que considerasse as particularidades do local e atraísse recursos para dinamizar a economia local por meio do turismo.

No Brasil, as disparidades socioeconômicas são latentes e o PNT em conjunto com PNMT buscam um desenvolvimento igualitário que rompa com essa estrutura concentradora que se consolidou perante a história do território brasileiro. Nessa perspectiva, Cruz (2000) emblematisa que:

(...) sem mudanças na política regional que se tem levado a cabo no Brasil há décadas, com um privilégio latente ao das porções do território, não há setor da economia que possa minimizar disparidades socioeconômicas entre uma e outra região. (CRUZ, 2000, p. 64).

O PNT (2003/2007) foi apresentado no ano de 2003, no início do governo, tendo como perspectiva a implantação do Programa de Regionalização Turística “Roteiros do Brasil”, que buscava a valorização das potencialidades por meio de roteiros turísticos do território brasileiro. Complementando, o Ministério do Turismo (2004) menciona que:

Adotar o modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas; exige mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social. Exige, também, entender a região diferentemente da macro divisão administrativa adotada no País – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Deve-se perceber o conceito como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, Estados e países. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 11).

O Programa de Regionalização Turística vem ao encontro da descentralização política, assim, atribuindo responsabilidades a outras escalas, como a estadual e municipal, buscando uma sintonia que possibilite o desenvolvimento regional. No tocante ao planejamento regional, Beni (2002) enfatiza que é “um conjunto de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infraestrutura comum que, em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensa parte do território nacional” (BENI, 2002, p. 111). A gestão descentralizada do turismo estava presente no PNMT, fortalecendo essa vertente com o Programa de Regionalização do Turismo.

O Plano Nacional de Turismo (2003/2007), proposto no início do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi substituído por um novo Plano

Nacional de Turismo / PNT 2007-2010 – uma Viagem de Inclusão, mantendo as bases para uma gestão política participativa e descentralizada.

O novo direcionamento do Plano Nacional do Turismo (2013/2016) cria uma base com os demais documentos e estratégias orientando as políticas públicas correspondentes à nova agenda criada, em busca de um planejamento a longo prazo e estabelecendo uma conexão com a “Agenda Estratégica do Turismo Brasileiro, para o horizonte de 2013/2022”. Ressalta-se que a Agenda para o Horizonte será revista por meio de planejamento a cada dez anos em consonância com o PNT.

As políticas voltadas ao turismo no Brasil entraram em nova ênfase, adquirindo notoriedade quanto ao potencial econômico e social, e efetivando um plano coeso no ano de 2003 com a criação do Ministério do Turismo, que visa gestar exclusivamente este seguimento no Brasil. Com o Ministério do Turismo, esse setor ganha autonomia para estabelecer projetos e programas e passa a contar com orçamento próprio, o que proporciona flexibilidade em suas ações.

Outro ponto que vale mencionar é o novo posicionamento nas relações com os demais ministérios e com governos de outras instâncias, possibilitando a interação com outros setores que perpassam pela atividade turística, como o setor privado, a sociedade organizada e outras instituições, tornando as políticas públicas mais efetivas.

O turismo necessita de relações com os mais diversos setores. Diante de sua multissetorialidade, necessita de uma abordagem multidisciplinar e de políticas que agreguem os mais diversos setores. Com a criação do Ministério do Turismo, essa pasta ganha evidência e poder de atuar em conjuntos com outros segmentos, proporcionando um planejamento mais efetivo e sólido quanto às políticas públicas.

O Ministério do Turismo (2003) enfatiza que “apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, estava (e ainda está) longe de ocupar um lugar no cenário turístico mundial compatível com suas potencialidades e vocações” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003, p. 17). O Ministério do Turismo, em 2003, já destacava a potencialidade turística do país e como esta atividade poderia melhorar os indicadores socioeconômicos.

Alguns dados sobre a atividade turística no país podem auxiliar nas reflexões colocadas neste trabalho, fundamentando o avanço desse setor e sua importância na esfera socioeconômica. No ano de 2018, a atividade turística no Brasil arrecadou 152,5 bilhões de dólares, referentes a 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo o Ministério do Turismo (2018).

Referente à ocupação com carteira assinada, no ano de 2018, o turismo gerou 6,9 milhões de empregos, representando 7,5% do total de trabalhos gerados no Brasil, de acordo com o Ministério do Turismo (2018).

Pesquisa relacionada ao porte das empresas do setor turístico reflete a importância das micro e pequenas empresas na estrutura produtiva desse setor. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2016), a distribuição das empresas do setor turístico de acordo com o porte: 79,87 % Microempresa, 18% Empresas de Pequeno Porte e 0,87% Empresas de Grande Porte. No ano de 2017, o Brasil apresentou recorde na entrada de estrangeiros: 6,5 milhões de turistas, sendo a Argentina o principal emissor, com 40% do total, segundo dados do Ministério do Turismo (2017).

Com a evolução dos meios de transportes, comunicação e novos adventos no mundo do trabalho, o turismo ganhou magnitude, necessitando de políticas que pudessem levar o seu desenvolvimento e fiscalizar as ações e programas que foram implantados ao longo do tempo. Nesse sentido, Beni (2001) afirma que:

(...) a política de turismo é a espinha dorsal do “formular” (planejamento), do “pensar” (plano), do “fazer” (projetos, programas), do “executar” (preservação, conservação, utilização e resignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) o desenvolvimento turístico de um país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI, 2001, p.177).

Essas políticas não se detêm apenas no plano burocrático, mas também com a presença de incentivos que ainda buscam a estruturação e aproveitamento do potencial turístico dos vários recantos do Brasil, com a intenção de diminuir as disparidades regionais. Corroborando com esse pensamento, o Ministério do Turismo (2007) ressalta que:

O modelo de desenvolvimento proposto pelo governo contempla e harmoniza a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções nos campos econômicos, social, político, cultural e ambiental. (...) o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Métodos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.15).

Historicamente estabelecemos um panorama das políticas públicas turísticas na escala nacional, enfatizando a importância dessa atividade para desenvolver a esfera socioeconômica do país e a necessidade de maiores investimentos que possam sanar a defasagem infraestrutural, assim, elevando sua potencialidade.

As tentativas de consolidação de políticas em plano nacional foram inúmeras, sendo que em muitas delas não houve sucesso e efetivação, porém, cada política, de sucesso ou não, apresenta seu mérito, visto que a cada política implantada ou pensada, o turismo era colocado em destaque como possibilidade de desenvolvimento econômico e social.

Para a criação de um ministério, foi necessária uma evolução histórica de sucessivas políticas que visassem ao setor. Realizando um adendo e parafraseando Santos (1994), em relação à evolução das políticas públicas que enfatizam o turismo, podemos associar a “transição em marcha”, assim, necessitando de um movimento histórico em que foi se desenvolvendo, para que esse setor adquirisse tal status pelo viés político e socioeconômico.

3.4 As Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo: política e territorialização

Em escala estadual, o Estado de São Paulo centra suas políticas voltadas ao turismo visando à consolidação das Estâncias Turísticas. Desdobraremos essa política em perspectiva cronológica, enfatizando sua reestruturação ao longo do tempo, assim, proporcionando a compreensão de suas ações e reflexos sobre o território em escala local.

Realizaremos uma análise da Estância Turística de Presidente Epitácio-SP, com foco em sua titulação de Estância Turística e seus impactos oriundos da implantação dessa política nesse município. Visto a amplitude da temática, enfatizaremos os principais pontos da construção da política das Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, reportando a análise da titulação do município de Presidente Epitácio.

Em instância federal, criou-se o Código de Águas Minerais no ano de 1945, por meio do Decreto Lei nº 7.841, norteando o pensamento do governo sobre as estâncias do Estado de São Paulo. Por meio deste, o Estado criou a primeira estância paulista no ano de 1947, no município de Caraguatatuba.

Após duas décadas da criação da primeira estância paulista, a institucionalização dessa categoria só ocorreria no ano de 1972, pela Lei Estadual nº 20, de 13 de julho de 1972. Esse decreto contemplava outras categorias de estâncias, como a hidrotermal e climática, pois anteriormente consideram-se apenas as estâncias balneárias. Em relação às estâncias turísticas, Raimundo (2010) destaca que:

Observa-se que o termo — estância está fortemente associado a esta construção de turismo que se origina no início do século XVII na Europa, e no início do século XX no Brasil, e que serve principalmente para indicar um — local de permanência, parada, pouso ou estação com o propósito de desfrutar dos recursos naturais, especialmente a água e o clima, para obter o restabelecimento da saúde, local ao qual é sempre atribuído um adjetivo que está relacionado às suas especificidades: assim, tem-se estação termal, litorânea, climática, etc. Verifica-se, também, o uso indistinto de outros adjetivos para indicar o uso de águas, tais como hidromineral, mineral, hidrotermal, além dos estrangeirismos como spa, resort, station e principalmente, balneária, em função dos banhos característicos dos tratamentos terapêuticos como a crenoterapia e a talassoterapia (RAIMUNDO, 2010, p.8).

As estâncias turísticas do Estado de São Paulo, a partir da Lei nº 11.022, adquiriram novos parâmetros de categorização, não se restringindo unicamente aos recursos naturais, contemplando a diversidade que cerca a turística. No tocante à criação das estâncias turísticas, Raimundo (2010) enfatiza que:

Com relação às Estâncias Turísticas, instituídas pela Lei nº 11.022, elas devem apresentar atrativos históricos, artísticos ou religiosos, ou recursos naturais e paisagísticos. Esta lei aponta ainda que as normas relativas ao processo preparatório da verificação dos requisitos para a criação de estância turística serão estabelecidas em regulamento. (RAIMUNDO, 2010, p.10).

Como mencionado por Raimundo (2010), para um município adquirir o título de estância turística, não se limita apenas a critérios naturais, como se estabelecia na implantação das estâncias hidrotermais. Assim, era possível que vários municípios pleiteassem aos órgãos sistematizadores sua elevação à estância turística.

Para a implantação do turismo, o município deve apresentar infraestrutura e serviços básicos que atendam a população local e turista. Por esse viés, a Lei nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, ao ampliar a categorização das estâncias turísticas do Estado de São Paulo, estabelece pressupostos para adquirir o título de estância turística.

3º - A estância turística deve oferecer condições para o lazer, dentro do seguinte padrão mínimo indispensável de atendimento e salubridade ambiental:

I - águas de qualquer natureza, de uso público, que não excedam padrões de contaminação e níveis mínimos de poluição;

II - abastecimento regular de água potável, sistema de coleta e disposição de esgotos sanitários, bem como dos resíduos sólidos, capazes de atender às populações fixa e flutuante, no município, mesmo nas épocas de maior afluxo de turistas;

III - ar atmosférico, cuja composição ou propriedades não estejam alteradas pela existência de poluentes, de maneira a torná-lo impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;

IV - rede hoteleira para atendimento da demanda turística; e

V - áreas para lazer e recreação, jardins ou bosques para passeio público. (SÃO PAULO, 1977).

O Estado de São Paulo apresenta uma grande diversidade material e imaterial, desde as suas paisagens e elementos histórico-culturais que foram construídos ao longo do tempo, incentivando vários municípios à elevação para estância turística, a fim de receber subsídios do governo estadual e obter maior visibilidade política e econômica.

Diante da abrangência dos critérios para se estabelecer como estância turística, criou-se uma problemática, dificultando a categorização turística e a conceituação sólida de seus atrativos, segundo Raimundo (2010).

Ressalta-se que a adoção de maior flexibilidade em relação aos critérios para a titulação dos municípios de estâncias turísticas proporcionou que muitos municípios adquirissem o “título”. Assim, passaram a receber recursos financeiros do governo do estado para incentivar e estruturar a atividade turística, por meio de políticas na esfera local, visando ao desenvolvimento econômico e social.

Almejando ao desenvolvimento socioeconômico por meio do turismo, o governo do Estado de São Paulo formulou estratégias que pudessem potencializar as estâncias turísticas em instância local e estadual. A valorização do COMTUR foi uma medida em escala local que possibilitou o acompanhamento das políticas turísticas (planejamento, implantação e avaliação) por vários setores da sociedade, com a presença das esferas pública e privada.

Na esfera estadual, foram criados dois organismos no âmbito político: Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) e Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR). Ambos os organismos apresentam objetivos como: fiscalizar a distribuição dos recursos, planejar e supervisionar.

No ano de 2015, ocorreram várias mudanças que foram estabelecidas na Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015 (Anexo 2), assim, estendeu-se essa política para outros municípios, alterando a categorização e o processo de titulação. Abaixo, o Artigo 2º explicita algumas das alterações:

Artigo 2º - São condições indispensáveis e acumulativas para a classificação de Município como Estância Turística:

- I - ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes;
- II - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais;
- III - dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviços de informação e receptivo turísticos;
- IV - dispor de infraestrutura de apoio turístico, como

acesso adequado aos atrativos, serviços de transporte, de comunicação, de segurança e de atendimento médico emergencial, bem como sinalização indicativa de atrativos turísticos;

V - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos;

VI - ter plano diretor de turismo, aprovado e revisado a cada três anos.

VII - manter um Conselho Municipal de Turismo devidamente constituído e atuante. (SÃO PAULO, 2015).

O Artigo 2º da Lei Complementar nº 1.261 exige que o município apresente uma atividade turística consolidada para que se eleve como estância turística, assim, de acordo com seus critérios.

Os incisos III a VII do Artigo 2º da Lei Complementar nº 1.261, demonstram a preocupação dos formuladores desse artigo com a qualidade de vida da população das estâncias turísticas, requerendo a presença de estrutura básica adequada, como coleta de resíduos, transporte, segurança, entre outros aspectos básicos que são essenciais para que o município proporcione uma atividade turística de qualidade.

O investimento em infraestrutura e em sua manutenção é visto de forma dual ao se trabalhar a atividade turística, sendo que uma cidade que vende seus espaços deve proporcionar e pensar prioritariamente na população local, oferecendo qualidade dos serviços básicos oferecidos.

Nessa perspectiva, um município que se credencia e adquire o título de estância turística apresenta um paradigma além do econômico, atingindo assim o desenvolvimento local por meio do turismo, ou seja, um desenvolvimento que se conecte com a escala da vida.

Outro ponto de destaque é a questão política e seu planejamento, que estão inseridos no inciso VI, enfatizando a necessidade do plano diretor e sua constante revisão.

O inciso VII menciona o Conselho de Turismo e sua atuação efetiva, assim, proporcionando a participação e fiscalização em relação às ações estabelecidas no âmbito turístico. Todos os incisos destacados estão conectados, para que o município ofereça um serviço turístico de qualidade e

proporcione desenvolvimento para todos os que pertencem a esse espaço ou o visita.

Assim, necessita-se de um planejamento que conte com a participação de todos os segmentos da sociedade, partindo da premissa de que o turismo é uma atividade socioeconômica e coletiva.

A lei complementar exposta incentiva o turismo em um maior número de municípios, passando a atender aproximadamente 210 municípios, sendo que desse total, 70 municípios se caracterizam e logram o título de estância turística e, cerca de 140 configuram-se como Municípios de Interesse Turístico - MIT.

Sendo assim, esses municípios recebem recursos que são norteados para a consolidação de projetos que visem ao desenvolvimento do turismo por meio de programas que permeiam a urbanização, a preservação ambiental e os equipamentos turísticos.

Para que um município seja reconhecido como Município de Interesse Turístico, ele deve preencher os seguintes requisitos de acordo com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo: “potencial turístico, Conselho Municipal de Turismo, serviço médico emergencial, infraestrutura básica, Plano Diretor de Turismo e expressivos atrativos turísticos”.

A diferença entre Estância Turística e Município de Interesse Turístico consiste nos recursos destinados para cada grupo de municípios pelo FUMTUR. Assim, 80% dos recursos são distribuídos entre as Estâncias Turísticas e 20% entre os Municípios de Interesse Turístico.

Ressalta-se que os Municípios de Interesse Turístico não apresentam a mesma cobrança que as Estâncias Turísticas, que passam por avaliações periódicas para a manutenção de seu título. Porém, os Municípios de Interesse Turístico tendem a melhorar seus índices básicos e voltados ao turismo, visando adquirir o título de Estância Turística, e então receber mais recursos e visibilidade turística e socioeconômica.

Os investimentos dessa política acenam para uma melhora da infraestrutura básica, que é compartilhada entre comunidade local e turista. Assim, o turismo pode produzir o desenvolvimento socioeconômico de muitos municípios por meio dessas políticas e investimentos, crescendo o interesse desses municípios de potencializar essa atividade.

O FUMTUR, no ano de 2018, distribuiu 416 milhões de reais entre os Municípios de Interesse Turístico e Estâncias Turísticas, mantendo a proporcionalidade. Assim, 83 milhões de reais (20%) foram distribuídos entre os Municípios de Interesse Turístico e 333 milhões de reais (80%) entre as Estâncias Turísticas, de acordo com o DADETUR.

Os investimentos potencializam o turismo nesses municípios, atraindo investimentos do setor privado e dinamizando a economia na escala local, desdobrando-se na melhora da qualidade de vida da comunidade por meio de empregabilidade e obras em infraestrutura que são compartilhadas.

Os dados econômicos do Estado de São Paulo voltados ao turismo reforçam seu potencial socioeconômico. A atividade turística representa 10% do Produto Interno Bruto do Estado de São Paulo, correspondendo a 2,2 trilhões de reais no ano de 2018, segundo a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

Frisamos que o turismo pode potencializar a economia, valorizando o social na escala local. Respalhando essa afirmação, pode-se verificar a potencialidade voltada às micro e pequenas empresas que envolvem o setor. Tal realidade reflete nas estatísticas do estado, visto que atualmente conta com 7.269 microempresas registradas, contra 2.747 microempresas cadastradas no ano de 2015, de acordo com Pesquisa de Emprego do Setor de Turismo no Estado de São Paulo (PESP Turismo).

Relembra-se que, para que haja a consolidação do turismo em um município, este deve ser dotado de infraestrutura, assegurando a assistência básica aos munícipes e aos visitantes. Nesse sentido, os recursos destinados às Estâncias Turísticas e aos Municípios de Interesse Turístico utilizam esses recursos para projetos que diretamente não apresentam foco turístico, porém, sem esses programas e projetos indiretos no tocante ao turismo, não há o desenvolvimento dessa atividade.

Em relação à potencialidade turística do município para se inserir no rol das Estâncias Turísticas ou Municípios de Interesse Turístico, há similaridade entre a lei complementar de 2015 e a lei de implantação das estâncias turísticas da década de 1970, destacando a presença de atrativos significativos de uso público e de caráter perene, podendo ser de ordem natural, cultural ou artificial.

Assim, essas características devem fortalecer a vocação turística do município, produzindo o desenvolvimento econômico e social por meio da atividade turística, oferecendo condições adequadas para seus visitantes e melhor qualidade de vida para sua população.

Com a proposta da lei complementar de 2015, o Estado de São Paulo propôs um ranqueamento das Estâncias Turísticas, sendo que as três últimas Estâncias Turísticas colocadas nesse *ranking* são “rebaixadas” a Município de Interesse Turístico, tendo como referência a revisão dos critérios estabelecidos a cada três anos.

Essa medida levou à alteração das políticas voltadas às Estâncias Turísticas. Dessa forma, os municípios que pretendem manter sua titularidade devem atender os critérios estabelecidos na lei complementar de 2015, em que se destacam o plano diretor atualizado e o conselho de turismo atuante.

Por meio dessas medidas, os municípios buscarão atender os critérios estabelecidos por essa política, visto que a perda da titularidade faz com que o município não receba os recursos, inviabilizando a realização de políticas municipais centradas na atividade turística.

Tal medida enfatiza o interesse do Estado em fortalecer o COMTUR, proporcionando uma gestão participativa com a presença de vários segmentos da sociedade, assim, auxiliando no planejamento e na fiscalização dos projetos turísticos do município.

Ao encontro da exposição acima, o Guia dos Municípios Turísticos de São Paulo, formulado pela Secretaria de Turismo de São Paulo (2016), menciona que:

A Estância que não se adaptar aos requisitos da Lei Complementar nº 1.261/15 e não obtiver boa pontuação no ranqueamento poderá perder tal condição e passar a ser considerada como Município de Interesse Turístico (MIT). O que se pretende com o Projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos é que os gestores públicos invistam os recursos do Fundo em projetos que impliquem no desenvolvimento do turismo, com melhorias para o município e para a região, de acordo com o Plano Diretor de Turismo e as propostas do Conselho Municipal de Turismo, que representa a comunidade local (SÃO PAULO, 2016, p.16).

Há um grande interesse dos gestores municipais em se manter como Estâncias Turísticas, porém, para permanecerem, os municípios devem atender a Lei Revisional dos Municípios Turísticos, encaminhando todos os documentos à Assembleia Legislativa.

A continuação como Estância Turística é a sustentação do recebimento de verbas que auxiliam nos projetos municipais e ao mesmo tempo mantém o “status” de Estância, proporcionando visibilidade política e econômica, assim facilitando a venda de seus produtos e atrativos turísticos.

Discutidas as políticas voltadas ao turismo em plano nacional e as políticas aplicadas no Estado de São Paulo, esse capítulo visou realizar uma evolução histórica das políticas em diversas escalas, pois esse exposto seguirá como base para a análise do município de Presidente Epitácio (SP), enfatizando a “elevação” desse município a Estância Turística na década de 1990, tentando compreender os desdobramentos e as conexões que essa política estabelece na escala do cotidiano, espacial e temporalmente.

Esse capítulo apresentou elementos essenciais para a compreensão das políticas públicas em sua essência, proporcionando a conexão com os elementos teóricos trabalhados que permeiam o objeto de análise desta pesquisa.

No próximo capítulo, abordaremos os elementos e as ações voltadas à atividade turística no município de Presidente Epitácio, possibilitando a reflexão e apontando respostas por meio do arcabouço teórico discutido até o momento. Ressalta-se que a teoria e os conceitos abordados estarão presentes direta ou indiretamente na análise proposta nesta pesquisa.

4. A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO DE PRESIDENTE EPITÁCIO

Este capítulo estabelece um elo entre a teoria e a realidade posta no município de Presidente Epitácio, levantando elementos para subsidiar a compreensão da territorialização do turismo nesse município, por meio do encontro das teorias geográficas e turísticas dos capítulos anteriores, assim, proporcionando um olhar que possibilite uma discussão que saia do senso comum. O objetivo central dessa análise é compreender as ações de duas políticas públicas que corroboraram o discurso turístico e a territorialização dessa atividade, enfatizando seus desdobramentos. No desenvolvimento teórico, elencamos diversos pontos que norteiam a compreensão da problemática central.

Ressaltaremos a dimensão da espacialidade e da temporalidade, a fim de mostrar as transformações que ocorrem de acordo com os interesses e utilidades do espaço doravante ao tempo, visto que ambos são indissociáveis, segundo Santos (1978). Para a compreensão das dinâmicas espaciais, há necessidade da temporalidade, pois o espaço deve ser visto além de uma base de subsistência da humanidade, sendo esta uma dimensão que ultrapassa a materialidade e apresenta movimentos constates que se aproximam da escala do cotidiano.

O espaço passa por aditivações que geram territorialidades que perpassam as esferas do econômico, social, cultural e ambiental, sendo importante salientar que esses elementos estão em constante transformação e devem ser analisados de forma concomitante, pois uma análise de forma isolada desdobraria resultados destoantes da realidade.

Essas aditivações são as ações intencionais no espaço, delineadas pelo interesse do capital e da política, que alteram a configuração territorial. Tais ações podem ser compreendidas pela ótica escalar ou interestelar, sendo que essas ações se consolidam na escala local, mesmo sendo ações na escala global, nacional, estadual ou mesmo a atuação de mais de uma escala de forma simultânea.

O território não deve ser visto de forma estática, ele tem consigo a mobilidade que gera constante alteridade, mantendo um processo constante de

desterritorialização e reterritorialização consolidando novas formas territoriais, de acordo com Haesbaert (2004).

Dada a conotação das diretrizes que se fazem presentes no modelo de análise da produção do território turístico e o seu encontro com os objetivos dessa pesquisa, realizaremos uma aproximação entre a teoria e a realidade, a fim de compreender as transformações em sua “totalidade”.

No tocante às espacialidades materiais presentes no município de Presidente Epitácio, essas passaram por reconfigurações ao longo do tempo, adquirindo novas funcionalidades diante da implementação e valorização do turismo, tornando-os atrativos turísticos. De acordo com o Ministério do Turismo (2007):

Atrativos turísticos – locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007 p. 28).

Por esse viés, é necessário destacar os principais elementos materiais e imateriais que estão presentes no espaço e que foram construídos pela temporalidade das relações sociais e econômicas ou pelas políticas citadas nesse trabalho, que são atrativos ou potenciais turísticos do município de Presidente Epitácio.

Apresentaremos primeiro os elementos materiais, destacando os atrativos e equipamentos turísticos, tais como: Parque Figueiral, Casa do Artesão, Igreja Matriz, Antiga Estação e o PIT (Ponto de Informação Turística). Dando continuidade no aspecto material, mencionaremos os seguintes atrativos potenciais: Porto do Cais, Ponte Maurício Joppert, Forno, Cemitério dos Pioneiros e o Sítio Arqueológico Lagoa São Paulo II. No âmbito da materialidade ambiental, destacaremos duas áreas que apresentam potencialidade turística, sendo: o Horto Florestal e a Reserva Ecológica Córrego do Veado.

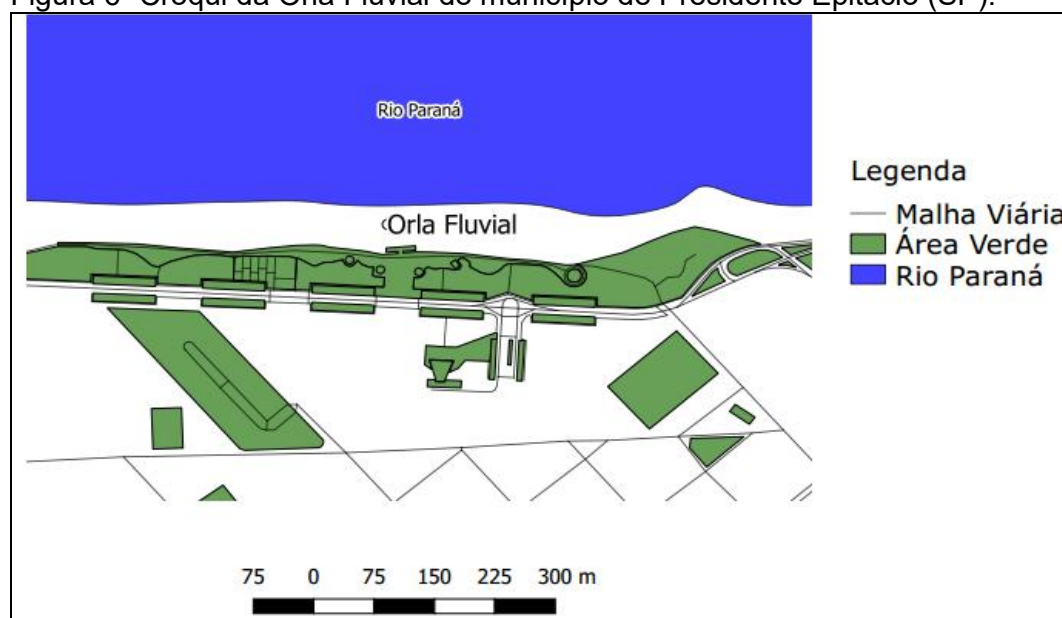
Na sequência, apontaremos os elementos imateriais, ressaltando: Torneio de Pesca Esportiva, Fogueirão de São Pedro, Procissão Nossa Senhora dos Navegantes e o Carnaval de Rua. Todos os elementos materiais

e imateriais citados se encontram na ordem em que foram destacados. Vale mencionar que, entre os elementos, poderá ocorrer a inserção de outros fatos correlacionados para embasar nossa análise.

A geografia espacial do município configura-se como um atrativo turístico, desde a valorização da paisagem emoldurada pelo Rio Paraná, que favorece o turismo de lazer, o turismo de contemplação e o turismo de pesca.

A Orla Fluvial é área da cidade que apresenta a maior atratividade turística, junto à paisagem modelada pelo Rio Paraná, assim recebendo uma atenção maior dos gestores do município, concentrando nessa área a maior parte das estruturas e fluxo de turistas e da população local em busca de lazer (Figura 6).

Figura 6- Croqui da Orla Fluvial do município de Presidente Epitácio (SP).



Org. Renan Furlan (2016).

A praia da Orla (Figura 7) está situada na malha urbana do município, área que apresenta uma estrutura como: estacionamento, píer, restaurantes, academia a céu aberto e “prainha”. Assim, proporciona um fluxo regular de turistas e residentes. Este fluxo se intensifica por estar próximo ao centro urbano favorecendo o uso desse espaço.

Figura 7- Praia da Orla Fluvial e Píer.



Fonte: Willian Ribeiro da Silva (2018).

Uma tendência atual dos municípios que valorizam a atividade turística é a implantação do letreiro com o nome do município, proporcionando um espaço onde as pessoas possam registrar sua passagem pelo município. Em dezembro de 2018, o município de Presidente Epitácio instalou seu letreiro na Orla Fluvial, mais precisamente no píer, proporcionando um ponto referencial para que os turistas tirassem suas fotos. O Letreiro na Orla Fluvial torna-se mais um ponto de atratividade que potencializa o fluxo nessa área (Figura 8).

Figura 8- Letreiro turístico na Orla Fluvial.



Fonte: Willian Ribeiro (2018).

A Orla fluvial (Figura 9) apresenta uma extensão de sete quilômetros interligando o Cais do Porto à Rodovia SP 270, apresentando uma localização geográfica estratégica, assim, intensificando o fluxo de visitação por meio da atratividade e potencialidade turística.

Figura 9- Orla Fluvial.



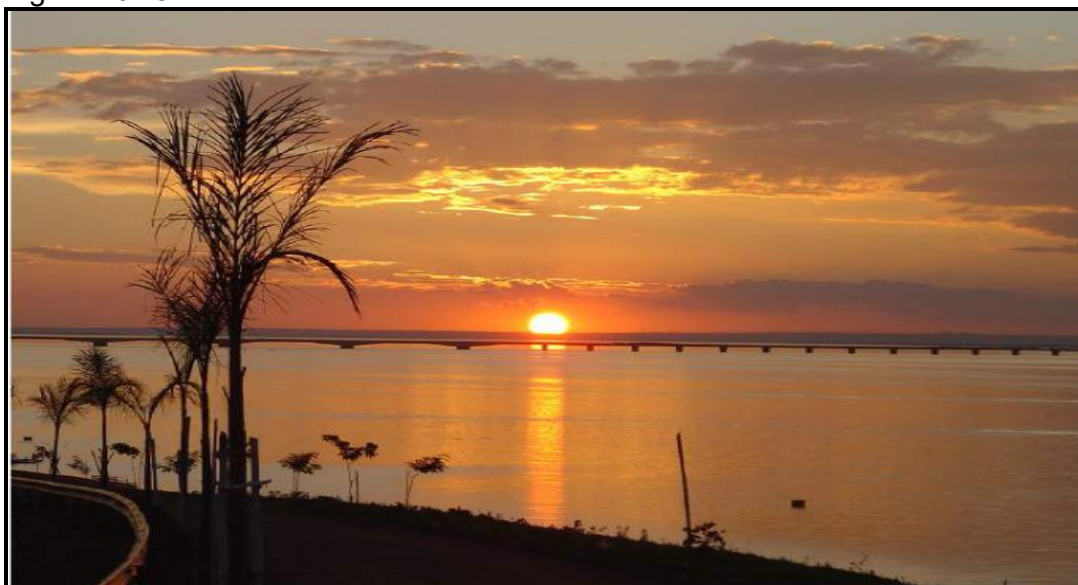
Fonte: Prefeitura Municipal (2017).

O município de Presidente Epitácio passou por uma remodelação em suas margens hidrográficas, alterando sua paisagem local por meio da formação do lago artificial. Na tentativa de mitigar os impactos ambientais e

sociais causados pela formação deste lago, a CESP realizou diversas obras estruturais, sendo que parte delas se concentrou na Orla desse município.

O município, por meio do marketing, vende o *slogan* “O Pôr do Sol Mais Bonito do Brasil”, o que foi reforçado por meio de um concurso de fotografia realizado em 2014 pelo programa televisivo Fantástico, da Rede Globo, com votação no site do programa. A fotografia vencedora foi da paisagem da Orla de Presidente Epitácio (Figura 10).

Figura 10- Orla Fluvial – Pôr do Sol Mais Bonito do Brasil.



Fonte: Carlos Rayzaro (2014).

Por meio do concurso “O Pôr do Sol Mais Bonito do Brasil”, a Estância Turística de Presidente Epitácio ganhou várias inserções na mídia nacional, propagando seu potencial turístico e propiciando uma maior visibilidade e atratividade regional, atraindo diversos perfis de turistas, não apenas voltados à pesca.

O segundo atrativo material destacado é o Parque Figueiral, que tem um elo histórico entre a estruturação do município e o simbolismo presente na comunidade local: o antigo (Figura 11) e o novo (Figura 14).

O Figueiral sempre foi uma área de entretenimento da sociedade desse município e ao longo do tempo foi se configurando como um atrativo turístico na região, principalmente com o turismo de um dia.

Figura 11- Antigo Parque Figueiral em 1991.



Fonte: Secretaria de Turismo do Município (1991).

O Parque Figueiral (Figura 12) inicialmente localizava-se nas proximidades da malha urbana do município, às margens do Rio Paraná, a três quilômetros da área central da cidade, contando com uma infraestrutura básica como: estacionamento, ambiente para refeição, área para camping contando com uma estrutura receptiva e uma rampa náutica. Eram características que atraíam a visitação dos residentes, sendo que era o local onde se realizavam as festividades do município, reforçando o significado afetivo dessa área para os munícipes.

Figura 12- Mapa do antigo Parque Figueiral.



Fonte: Prefeitura Municipal (1986).

O Parque Figueiral foi realocado devido ao enchimento do lago artificial formado pela construção da barragem da UHE Sérgio Motta, em Porto Primavera. O município de Presidente Epitácio teve parte de seu território inundado, atingindo as infraestruturas urbanas, inclusive o antigo Parque Figueiral (Figura 13). Como devolutiva do impacto causado pela formação do lago artificial, a CESP, junto com a prefeitura, realizou a construção de um novo balneário como medida compensatória. A perda foi além do infraestrutural, atingindo o âmbito social e cultural e ambiental, e ao atingir o antigo parque balneário que moldava a paisagem do município, afetou a materialidade e o sociocultural que se estabelecia pelo sentimento de pertencimento da população local em relação ao Figueiral.

Figura 13- Parque Figueiral em 1970.



Fonte: Dalmo Santos (1970).

A primeira etapa do enchimento do lago artificial inicia-se em 1995 e termina em 1998. Por uma ação, as autoridades do município e a CESP repensaram o realocamento do Parque Figueiral em conjunto com a comunidade local. Foram colocadas para estudo três possíveis áreas para a implantação do novo parque, proporcionando debates com os munícipes até o dia do plebiscito para a escolha do local. Em 1996, obtendo 78,10% dos votos,

a área chamada de Fazenda Lagoinha foi escolhida pela população para a construção do novo Parque Figueiral, área que está a sete quilômetros de distância do centro urbano.

Após a escolha da área, a construção do novo complexo se deu de forma ágil, sendo inaugurado em maio do ano de 2000, apresentando uma área que totaliza 320.000 m² com uma infraestrutura que conta com quiosques, restaurantes, rampa náutica e estrutura básica para camping (Figura 14).

Figura 14- O novo Parque Figueiral.



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio (2016).

Em visita *in loco* ao novo Parque Figueiral, verificou-se que a utilização da área não apresenta um dimensionamento adequado, pois as estruturas construídas ficam distantes umas das outras. O projeto foi pensado para um grande fluxo turístico, destoando-se da realidade turística atual do município.

Outro ponto importante a salientar é a distância do novo parque, que dificulta o acesso de moradores que carecem de meios de transportes mais acessíveis. Essa desconexão com a malha urbana desdobra-se na afetividade da comunidade local, sendo que a maioria dos moradores utiliza a praia da Orla Urbana.

O governo municipal, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, vem realizando ações para mudar essa realidade em relação ao Parque Figueiral, com a realização de eventos no local. Em questionário respondido pelo assessor técnico da Secretaria Municipal de Turismo, indagou-se em relação ao uso dos atrativos turísticos pela população e se há projetos turísticos de cunho social, e ele mencionou que:

Sim, principalmente em relação aos projetos culturais. Os eventos turísticos temos uma participação da população da cidade e os atrativos turísticos são bem utilizados pela população, principalmente o Parque O Figueiral, Prainha da Orla e o Parque da Orla.

Outro ponto de grande importância para o turismo no município é a Casa do Artesão, que é gerida pela ARTEPE - Associação dos Artesãos de Presidente Epitácio. De acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico (PDDT) do município de Presidente Epitácio, "Compete ao Poder Público Municipal, auxiliado pelos artesãos epitacianos, tomar as providências cabíveis e necessárias objetivando a realização de eventos a ser incluído no calendário turístico de Presidente Epitácio" (PDDT, 2017).

A estrutura da Casa do Artesão carrega em si a temporalidade espacial (Figura 15), ocupando atualmente o local que inicialmente foi ocupado pela primeira sede do governo municipal de Presidente Epitácio.

No plano cultural e social, ressaltamos a expressão dos artesãos e sua estruturação em cooperativa, visando à valorização da história local e regional, mantendo as tradições vivas em suas obras. Para além de uma ótica sociocultural, os artesãos apresentam um papel importante na dinâmica e na consolidação do turismo no município, compondo a economia dessa atividade e proporcionando empregabilidade e renda. Outro ponto é que, por meio dos artesãos, a história e a cultura do município de Presidente Epitácio se materializam em suas obras e *souvenires*.

Figura 15- Casa do Artesão.



Fonte: Willian Ribeiro (2018).

Em visita *in loco* à Casa do Artesão, em dezembro de 2018, verificou-se que esta se encontra estruturada. No tocante à infraestrutura e à dinâmica dos artesãos que valorizam a cultura local e regional, estes corroboram diretamente na potencialização do município para a atividade turística. A função da Casa do Artesão recai em outros aspectos, como o socioeconômico, atividade que gera renda e que corrobora para o desenvolvimento dos munícipes envolvidos e do próprio município.

Continuando a descrição dos elementos materiais, vale ressaltar as rugosidades espaciais presentes na malha urbana do município que se consolidaram diante da temporalidade, assim estabelecendo uma indissociabilidade do espaço e tempo. Em 1932, no município de Presidente Epitácio, foi construída uma capela com a presença da imagem de São Pedro. Porém a Igreja Matriz só começou a ser construída em 1951, tendo seu término em 1956.

A Igreja Matriz está situada na praça central, que também é considerada o marco zero do município, sendo ela avistada de todos os pontos do município (Figura 16).

Figura 16- Igreja Matriz de São Pedro.



Fonte: Willian Ribeiro (2018).

Segundo Godoy (2000), há uma grande dificuldade de se encontrar registros que detalhem a história e o início das atividades da igreja matriz. Em trabalho de campo realizado nessa área, constatou-se que ela encontra-se conservada, apresentando uma visão paisagística agradável. No entorno da praça da matriz, estão estabelecidos diversos comércios, principalmente do setor alimentício.

Fatores como localização e comércio podem potencializar a atratividade desse ponto turístico. Ressalta-se que a Igreja Matriz, além do material, configura-se como simbólico pelo âmbito religioso e afetivo por se estruturar no centro da cidade e na história do município.

A Estação Ferroviária foi construída pela empresa Estrada de Ferro Sorocabana, cujo foco principal era o de receber os viajantes que passavam pelo Porto Tibiriçá, local onde começou a se consolidar o município de Presidente Epitácio (Figura 17).

Figura 17- Estação Ferroviária Estrada de Ferro Sorocabana (2019).



Fonte: Willian Ribeiro (2019).

Essa estrutura pode ser considerada uma rugosidade do espaço, de acordo com a teoria de Santos, 2000. Conforme a temporalidade, novos usos foram incorporados perante a remodelação da cidade e das novas dinâmicas econômicas que se consolidaram nessa espacialidade. Essas estruturas ou rugosidades espaciais enfatizam uma economia passada, que fez parte da formação do município.

O prédio citado executou sua função econômica juntamente com a estrada de ferro e a navegação fluvial, sendo fatores importantes para a consolidação do município. Assim, essa estrutura que superou o tempo ganhou importância histórica, sendo um atrativo turístico e ao mesmo tempo um espaço multiuso que a comunidade utiliza para eventos artísticos e culturais. Esse prédio havia passado por pinturas para melhorar o aspecto estético arquitetônico, porém sem uso efetivo, apresentando-se até então como um elemento histórico da paisagem urbana.

No ano de 2018, a prefeitura municipal adquiriu o direito de uso pela União, pois a estrutura pertencia ao patrimônio do Departamento de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Com a aprovação da concessão de uso, o COMTUR aprovou o projeto que previa a revitalização do prédio com recursos do DADETUR, visando alocar a Secretaria de Turismo do Município e

espaços com amostras artísticas e culturais. Porém, em agosto do ano de 2019, o prédio sofreu um incêndio, adiando o projeto previsto (Figura 18).

Figura 18- Antiga Estação Ferroviária após incêndio.



Fonte: Ourinho (2019).

O Posto de Informação ao Turista – PIT, considerado um equipamento turístico, encontra-se localizado junto ao portal do município. Atualmente o PIT não apresenta nenhuma funcionalidade e se encontra em estado de abandono, sendo um aspecto negativo para o município que vem buscando potencializar a atividade turística como vetor econômico e social. De acordo com o secretário de turismo do município, ele foi desativado, pois não havia grande fluxo de visitantes, e assim contendo gastos. O secretário destacou que a baixa procura pelo PIT está associada ao avanço das tecnologias e novos aplicativos, deixando a busca por informações no PIT como segunda opção (Figura 19).

Figura 19- Portal do Município junto ao PIT.



Fonte: Willian Ribeiro (2018).

Os próximos elementos materiais destacados apresentam potencialidade turística, necessitando de investimentos, ações e de divulgação para que se tornem um atrativo turístico.

O Caís do Porto (Figura 20) localiza-se no prolongamento da Orla Fluvial e atualmente se encontra abandonado, necessitando de revitalização e refuncionalização para se agregar entre os atrativos turísticos do município, potencializando a área urbana da Orla Fluvial.

Outra estrutura que faz parte da paisagem do município é a Ponte Maurício Joppert (Figura 21), que interliga o Estado de São Paulo e Estado do Mato Grosso do Sul, tendo sua construção sido iniciada no ano de 1960 e inauguração datada no ano de 1965. Com a formação do lago artificial, a ponte teve que ser estendida, necessitando de uma grande obra de engenharia. A construção foi de grande importância para os dois Estados, propiciando uma conexão socioeconômica entre eles.

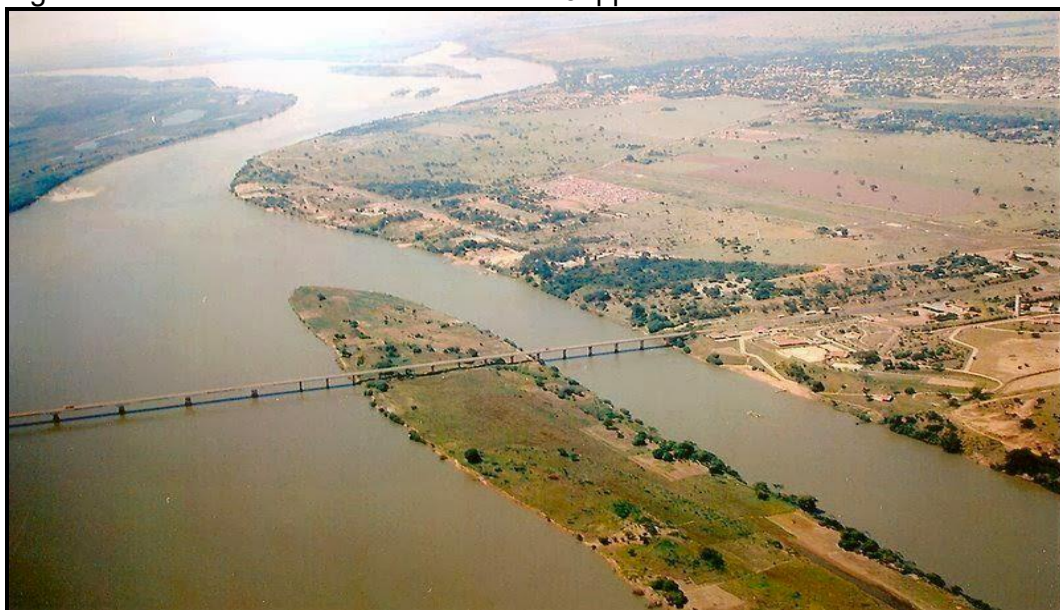
Com a materialização dessa obra de engenharia, foi favorecida a intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias entre essa área fronteiriça, gerando desenvolvimento, tornando o município de Presidente Epitácio geoestratégico, sendo a porta do Estado de São Paulo para os grandes centros consumidores dos produtos agropecuários do estado limítrofe.

Figura 20- Cais do Porto.



Fonte: Willian Ribeiro da Silva (2018).

Figura 21- Vista aérea da Ponte Maurício Joppert.

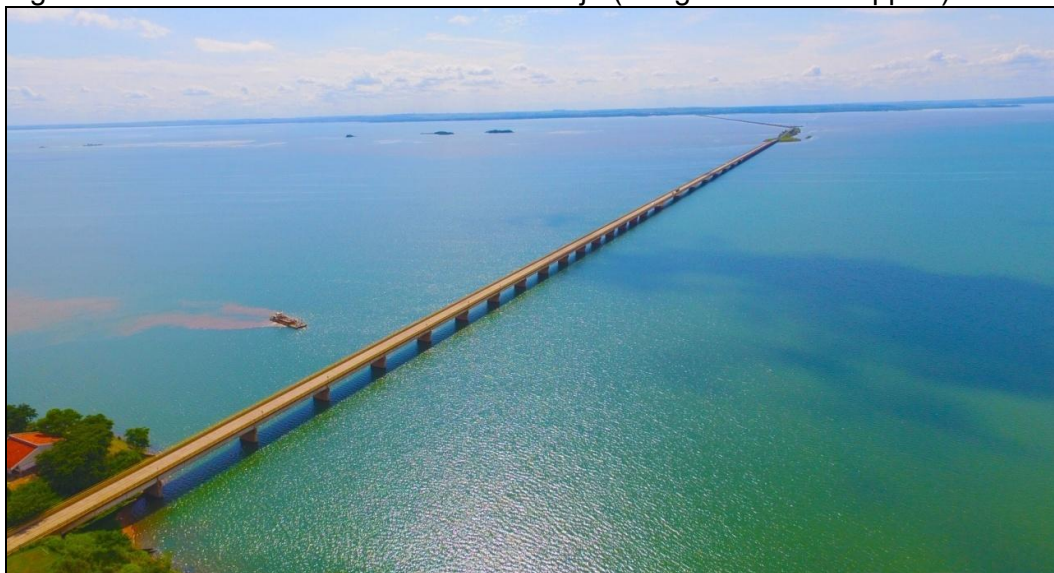


Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal (1997).

Após anos de sua construção, a ponte ganhou novos significados, adquirindo potencial turístico, proporcionando uma visão privilegiada do grande reservatório que se assemelha a um mar de água doce, potencializando o passeio interestadual.

Em trabalho de campo realizado nessa área em dezembro do ano de 2018, verificou-se o grande potencial turístico ainda inexplorado. A ponte (Figura 22) transpondo o grande lago artificial e seu simbolismo por estar em uma área interestadual, em conjunto, é um atrativo potencial que pode ser explorado pelo município turisticamente. Porém carece de um mirante para a contemplação dessa paisagem.

Figura 22- Vista aérea da Ponte Hélio Serejo (Antiga Maurício Joppert).



Fonte: Tiago Silva (2018).

Entre as materialidades de potencial turístico histórico, estão os fornos presentes na paisagem da cidade. Estes serviram a indústria madeireira, que beneficiavam as madeiras oriundas do Estado do Mato Grosso, comercializando com outras localidades do Estado de São Paulo (Figura 23).

Figura 23- Forno na área urbana do município.



Fonte: Willian Ribeiro (2018).

Em trabalho de campo realizado nessa localidade, verificou-se que o forno existente na malha urbana encontra-se “abandonado” e sem limpeza ao seu redor. Ele não apresenta nenhuma estrutura para que o turista possa de fato visitá-lo. Na avenida central do município, há placas turísticas indicando a estrutura do forno, porém no local onde se encontra o forno não há indicação da presença de um atrativo turístico, necessitando também de sinalização turística e um breve histórico do monumento no local.

Este forno é citado como atrativo turístico pelo PDDT, porém, como observado na imagem acima, ele carece de revitalização para se tornar um atrativo turístico. Atualmente este pode ser considerado um potencial turístico histórico, necessitando de investimentos estruturais para sua revitalização.

Nas proximidades da cabeceira da Ponte Maurício Joppert, que liga os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, encontra-se o Cemitério dos Pioneiros, sendo este uma materialidade histórica que apresenta um grande potencial para se transformar em atrativo turístico do município (Figura 24).

Figura 24- Cemitério dos Pioneiros.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal (2017).

Segundo Godoy (2000), nessa área que atualmente pertence ao DNIT, encontram-se sepulturas que datam do ano de 1917, sendo este um local que apresenta uma materialidade presente na espacialidade que transpõe a temporalidade do município, área que está próxima do Porto Tibiriçá, vila onde começa a história epitaciana. Em entrevista com o secretário de turismo do município, ele salientou que a maior parte da população desconhece a existência do Cemitério dos Pioneiros, e que este, devido a sua história, pode se tornar um grande atrativo turístico, oportunizando o turismo além da pesca.

Ressalta-se que este cemitério tem um elemento histórico curioso, devido a algumas sepulturas apresentarem a cruz com as pontas dobradas, fazendo alusão à suástica alemã. Em conversa com o secretário de turismo, ele enfatizou a importância dessa área, e que a prefeitura já acionou pesquisadores de universidades públicas para averiguar a veracidade histórica. Assim, a Secretaria Municipal de Turismo pode planejar e realizar investimentos nessa área, divulgando-o como um atrativo histórico do município.

As materialidades são atrativos potenciais e se estendem ao material arqueológico presente no município e na região de Presidente Epitácio. O município vem ganhando destaque no âmbito estadual e potencializando projetos que viabilizam a exploração desses vestígios, por meio de convênios

entre a CESP, a UNESP e a Prefeitura Municipal, objetivando o resgate arqueológico de um patrimônio pré-histórico de populações que viveram há mais de 500 anos na região.

Como supracitado nessa pesquisa, esse município passou por transformações temporais que se desdobraram em novas espacialidades, como a formação do lago artificial, fazendo com que esse município perdesse uma grande área territorial, assim reforçando os investimentos realizados pela CESP no âmbito sociocultural.

Por esse viés, está em trâmite a construção do Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista, situado no Sítio Arqueológico Lagoa São Paulo II, nesse município, com recursos destinados pela CESP visando à Compensação Ambiental Regional. O citado museu foi escolhido para se consolidar no município de Presidente Epitácio, por conta da magnitude e quantidade de materiais encontrados durante o salvamento arqueológico em decorrência do enchimento do lago formado pela barragem da UHE Engenheiro Sérgio Motta.

Diante da importância desse projeto e de pesquisas relacionadas ao potencial arqueológico desse município, o governo municipal em consonância com o projeto, estabelece o Decreto nº 3.471/2018, de 08 de fevereiro de 2018, visando à desapropriação de terras declaradas de utilidade pública. Complementando o exposto, o Artigo 2º do referido decreto esclarece a importância desse projeto e o empenho da gestão municipal em concretizá-lo.

Art. 2º. A desapropriação da área de terras descritas no artigo 1º deste Decreto destina-se a pesquisa, programas de planejamento museológico e implantação do projeto arquitetônico do Museu Arqueológico e Histórico do Oeste Paulista (MAHOP) no Município da Estância Turística de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo. (PRESIDENTE EPITÁCIO, 2018).

Na área do Sítio Arqueológico Lagoa São Paulo II, vêm sendo catalogados os fragmentos cerâmicos, líticos (lascados e polidos), urnas funerárias contendo esqueletos indígenas. Com a concretização do museu, o município ganhará mais um atrativo turístico, incrementando o turismo cultural.

No tocante à materialidade ambiental, duas áreas adquiriram importância e potencialidade turística ao longo do tempo: o Horto Florestal e a Reserva Ecológica Córrego do Veado. A primeira é uma área que apresenta

uma diversidade em sua flora. Dada a sua importância natural e territorial, ela consolidou-se como patrimônio público municipal, recebendo atenção especial da gestão municipal e consta como um atrativo material natural no PDDT (Figura 25).

Figura 25- Horto Florestal de Presidente Epitácio.



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio (2017).

A segunda área já apresenta um componente político e social, se formando por meio de medidas compensatórias da CESP. Esta área é um patrimônio florestal, sendo uma reserva estabelecida de forma compensatória relativa à desapropriação dos agricultores e ribeirinhos do município pela formação do lago artificial (Figura 26).

Ambas as áreas necessitam de planejamento e investimentos adequados, considerando as particularidades ambientais de cada área, para que proporcionem um uso consciente e se transformem em atrativos turísticos ecológicos. Com a efetivação desses atrativos, a comunidade local e regional poderá desenvolver projetos de educação ambiental.

Figura 26- Reserva Ecológica Córrego do Veado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio (2017).

Esses são os principais atrativos turísticos consolidados ou atrativos com potencialidade turística. Esta apresentação objetivou descrever e analisar as materialidades espaciais presentes no município de Presidente Epitácio que tem funcionalidade ou potencialidade turística.

Além das estruturas que possuem potencialidade turística, o município de Presidente Epitácio conta com atrativos turísticos imateriais em potencial. Entre os atrativos imateriais que geram um fluxo turístico no município, descaremos: o Torneio de Pesca Esportiva, o Fogueirão de São Pedro, a Procissão Nossa Senhora dos Navegantes e o Carnaval de Rua.

Vale ressaltar o interesse da gestão pública municipal em incentivar a pesca esportiva, pois, segundo relatos, a pesca predatória vem diminuindo o efetivo de peixes do Rio Paraná, consequentemente, afetando a atividade turística do município, sendo a pesca seu maior atrativo. A Secretaria de Turismo vem realizando trabalho de conscientização entre os comerciantes, guias de pesca e turistas, valorizando a prática da pesca esportiva, segundo o secretário de turismo, em entrevista realizada em 2018 (Figura 27).

Figura 27- Folder de incentivo à pesca esportiva.



Fonte: COMTUR (2019).

O turismo de pesca é o principal atrativo turístico do município, necessitando de uma infraestrutura como marinas, vias de acesso e suporte técnico para o sucesso da atividade. Para atender essa demanda do turismo de pesca, o município conta com aproximadamente 150 guias de pesca, sendo que estes não apresentam formação ou mesmo habilitação para exercer essa atividade.

De acordo com o secretário de turismo do município, a maior parte dos guias são trabalhadores que apresentam outra função laboral, trabalhando nessa função para complementar a renda, sendo apenas um “bico”. Ressaltou que esses trabalhadores são resistentes à capacitação, o que dificulta a implantação e efetivação da pesca esportiva, segundo o secretário de turismo.

A temporalidade é um elemento de suma importância para compreender as tramas espaciais e territoriais. Por meio desse elemento, verificam-se novas relações políticas e socioeconômicas que conferem novas funcionalidades espaciais e territoriais que se estabeleceram no município de Presidente Epitácio.

Nesse sentido, podemos mencionar a formação do lago artificial que alterou a dinâmica natural do Rio Paraná, favorecendo a adaptação do popular

tucunaré (*Cichla monoculus*), espécie exótica da Bacia Amazônica. Por não pertencer à bacia hidrográfica, pode ser pescado durante todo o ano, dessa forma não comprometendo o turismo da pesca, como acontece com outras espécies endêmicas no período da piracema. Com essa mudança, houve ao mesmo tempo a diminuição da pesca comercial, prejudicando os pescadores da região, tendo estes como saída laboral o trabalho como guia. Em entrevista realizada no ano de 2019 com o presidente da Colônia dos Pescadores de Presidente Epitácio, este mencionou que:

Para nós pescadores artesanal antes da formação do lago era mais rendoso, existiam mais peixes nobres, após a formação fomos obrigados a se adaptar as novas técnicas de pescar, vários peixes sumiram e vieram outros menos rendoso. [...] os pescadores artesanal que trabalham com o turismo se chegar da mais ou menos 30%, não temos capacitação e nem ajuda da secretaria do turismo, a prefeitura e os políticos do município são unilateral, não vê com bons olhos os pescadores artesanal, para eles deveria extinguir a nossa categoria no município e ficar somente os pescadores amadores (turista).

Em entrevista concedida no ano de 2017 pelo secretário de turismo do município, ele ressaltou que há necessidade de uma maior conscientização dos guias e pescadores em relação à sua atividade, necessitando de formação que vise capacitá-los para recepcionar os turistas, assim agregando valor e profissionalizando esse nicho.

Em entrevista realizada ano de 2019 com o assessor técnico da Secretaria de Turismo do Município, ele respondeu que não há cursos de capacitação ou políticas que atendam essa linha. Ele esclarece que há falta de política que vise capacitar e estruturar a pesca no município, sendo que este é um de seus principais produtos.

Complementando a discussão sobre a conscientização relacionada à pesca, o presidente da Colônia dos Pescadores expõe que:

Quanto um projeto de Lei de um nobre deputado estadual que quer proteger o tucunaré como pesque e solte e cota zero, somos totalmente contra. É uma espécie exótica, que com essa proteção não ira ter predador natural. Quando essa espécie chegar no seu topo de sua cadeia, ele ira eliminar todos os peixes nativos de nossa bacia., prejudicando totalmente nossa categoria, sem contar que ele mesmo começara a se eliminar por falta de alimentação. Tem outra

alternativa de proteger o tucunaré sem prejudicar o meio ambiente, um exemplo colocando medida mínima no tamanho e quantidade de quilos por pescador amador, para os pescadores artesanais, o tucunaré não é um peixe alvo de nossa pesca, por esse motivos devemos preservar os peixes nativos da bacia.

No sentido de valorizar a pesca esportiva, o município realiza anualmente o Torneio de Pesca Amadora Esportiva do Tucunaré, atraindo pescadores de toda a região, movimentando o município e seus diversos setores (Figura 28).

Figura 28- Torneio de Pesca Amadora Esportiva.



Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio (2017).

Ainda visando estabelecer a potencialidade do Rio Paraná pela ótica turística, o município aproveita a balneabilidade do rio, contendo duas áreas que são propícias e estruturadas para banho: a Praia da Orla (área urbana) e a praia do Balneário Figueiral (situado a 13 Km da cidade).

Outro evento que é realizado no município e atrai visitantes da região é o Fogueirão de São Pedro, que é a comemoração do padroeiro no município e dos pescadores, um evento de importância simbólica para os munícipes.

Quanto às festividades simbólicas e religiosas do município, outro evento de grande magnitude e atratividade turística é a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes que teve início em 1948, atividade religiosa e histórica do município até os dias atuais (Figura 29).

Figura 29- Procissão Nossa Senhora dos Navegantes.



Fonte: Prefeitura Municipal (2013).

Esse evento representa uma atratividade regional, atraindo religiosos e turistas da região do município de Bataguassu do Estado do Mato Grosso do Sul, município parceiro em que é realizada a procissão fluvial. Esse evento conta com a travessia pelo Rio Paraná e festas em comemoração a Nossa Senhora dos Navegantes, com isso potencializa a festa e atrai um maior número de pessoas.

Um fato importante é a formação do lago artificial - como já citado em outras passagens deste texto - que alterou a dinâmica da procissão fluvial, porém não reduzindo sua atração e importância. Esse evento é reflexo da cultura dessa região, que se transformou em um atrativo turístico e ao mesmo tempo uma manifestação simbólica que permanece viva na história do município.

O tradicional Carnaval de Rua sempre foi um dos principais eventos do município, atraindo turistas de toda a região. Inicialmente o Carnaval contava com grandes desfiles das escolas de samba, boa estrutura e organização (Figura 30). Nesse sentido, Godoy menciona que:

[...] Inicialmente no Tibiriçá e depois na Epitaciana e outros clubes, o tríduo monístico tem a participação desde crianças até adultos. As fantasias dos carnavalescos já têm fama interestadual, fazendo sucesso nas cidades em que se apresentam, como por exemplo, Campo Grande, MS. (GODOY, 2002, p. 279).

Figura 30- Carnaval tradicional de Presidente Epitácio.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal (2013).

Atualmente o “Carnaval de Rua” ocorre no Parque Figueiral, restringindo-se aos blocos carnavalescos, perdendo o tradicionalismo e a essência do carnaval de rua. Segundo o secretário de turismo do município, as escolas de samba do município se desestruturaram por falta de recursos financeiros. Assim a prefeitura, na tentativa de manter o carnaval no município, o reconfigurou, sendo atualmente realizado no Parque Figueiral, animado por bandas e contando com concurso de blocos.

Outros atrativos que merecem destaque são os eventos que compõem o calendário turístico do município, como o Paraquedismo, Moto Fest e a virada do ano, que conta com um carnaval fora de época e a queima de fogos no balneário municipal. Tais eventos são realizados com parcerias da iniciativa privada, dinamizando o turismo no município, para além da pesca. Segundo o

secretário de turismo do município, essas parcerias são importantes para a criação de um calendário turístico diversificado.

4.1 Presidente Epitácio: desdobramentos políticos e a (re)territorialização em Estância Turística

O município de Presidente Epitácio adquiriu o título de Estância Turística do Estado de São Paulo no ano de 1990, proporcionando novos delineamentos socioeconômicos, novas ações que buscam a consolidação e o desenvolvimento por meio da atividade turística. Além da visibilidade, o município passa a receber investimentos do governo estadual. Já detalhamos essa política estadual em outro capítulo, mas vale a pena analisar Presidente Epitácio via esfera política, visto que agora já foram descritas e analisadas as materialidades e imaterialidades do território turístico epitaciano, possibilitando a compreensão do objetivo dessa pesquisa.

A potencialidade natural do município de Presidente Epitácio culmina com os interesses do Estado de São Paulo em implementar o turismo como atividade que possa desenvolver outras esferas, realizando subsídios a essa atividade via recursos canalizados para as secretarias responsáveis pela gestão turística na escala local.

Em análise documental, segundo o PDDT (Secretaria Municipal de Turismo, 2017), essa titulação tinha um caráter eminentemente político, pois os pré-requisitos estavam apresentados de forma vaga e com critérios abrangentes. Entretanto, a já citada Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015, trouxe novas nuances na esfera política das estâncias turísticas ao criar novas regras e novas categorias aos municípios de interesse turístico e às estâncias turísticas, com alterações no sistema classificatório e repasse de verbas. A cada três anos, os municípios intitulados como estâncias turísticas devem atualizar os pontos abaixo para se manterem com o título. Caso a estância turística não atenda os pontos, ela perde a titularidade e se transforma em município de interesse turístico. Os relatórios devem ser encaminhados para a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, conforme os comandos dessa pasta.

- Estudo da demanda turística
- Inventário dos atrativos turísticos do município
- Inventário dos serviços e equipamentos turísticos
- Inventário da infraestrutura de apoio turístico
- Plano Diretor Municipal de Turismo
- Conselho Municipal de Turismo

A estância turística que se tornar município de interesse turístico perderá os recursos e a possibilidade de participar de projetos exclusivos para as estâncias turísticas, norteadas pelo DADETUR, de acordo com a Lei nº 16.283, de 15 de julho de 2016, capítulos § 1º e § 2º (Anexo 1).

Segundo o secretário de turismo do município de Presidente Epitácio (2018), este município está em dia com a lei mencionada e vem se esforçando para manter atualizados os dados e os planos que fazem parte dos critérios de avaliação, pois o interesse do município é se manter como estância turística.

As novas normas foram estruturadas em lei pelo governo do Estado de São Paulo no ano de 2015, e como essa avaliação e classificação devem ocorrer a cada três anos, a primeira ocorreria no ano de 2018. Em discussão com o secretário municipal de turismo no ano de 2019 sobre essa política, ele ressaltou que o governo do Estado de São Paulo até então não havia deliberado algo sobre a avaliação.

Dos pontos solicitados na nova lei, dois chamam atenção: o Plano Diretor Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). O Plano Diretor do Município deve ser um instrumento para o desenvolvimento das políticas voltadas ao turismo e o COMTUR deve participar ativamente de todas as políticas do setor. Segundo Villaça (1999):

O plano diretor seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p.238).

Porém, em uma análise do documento, identificou-se que o PDDT do município de Presidente Epitácio apresenta alguns pontos que destoam da realidade, como o PIT, o Parque Figueiral, o Forno na área urbana e a ponte interestadual, que aparecem no PDDT como atrativos. Realizando um adendo quanto ao PDDT, este poderia apresentar um zoneamento turístico, na visão de complementaridade, visto que o zoneamento deve compor o plano diretor municipal.

O segundo ponto é o Conselho Municipal de Turismo, criado pela Lei nº 1.948/2005, de 08 de julho de 2005, sendo este consultivo e deliberativo, apresentando a finalidade de planejar, estabelecer e coordenar as ações voltadas à formulação da política municipal de turismo, características presente na lei sancionada. Segundo o secretário de turismo do município, o COMTUR vem se consolidando e sendo mais atuante, com caráter mais plural, visando atender as demandas do município e ao mesmo tempo colaborando na gestão do território turístico.

Como o COMTUR tem representantes de diversos segmentos da sociedade, há interesses divergentes em relação às políticas. Em relação à representação dos pescadores no COMTUR, o presidente da Colônia dos Pescadores de Presidente Epitácio em entrevista ressaltou que:

Temos representantes na COMTUR, acho que são obrigados a por nós, mas não somos bem-vindos. Todos da política de Epitácio só aceita pesca amadora, ninguém se prontifica a nós ajudar. São unilateral [...] somos fundadores do município juntos com a navegação. Eles acham que nós que acabamos com os peixes. Somos culpado de tudo, fazer o que, é difícil fazer eles entenderem.

Em entrevista com o secretário de turismo, ele ressaltou que há liberação das verbas oriundas do DADETUR, a Secretaria Municipal de Turismo deve apresentar projetos, não necessitando que sejam essencialmente voltados às estruturas turísticas ou dos atrativos turísticos. Por meio dessa abertura institucional por parte dos critérios para liberação e obtenção das verbas do DADETUR, durante muitos anos as verbas foram destinadas a pequenas obras de reparo do município ou em asfaltamento.

Apesar de os projetos não serem essencialmente norteados para os atrativos turísticos ou grandes obras voltadas à atividade turística, as “pequenas” obras de manutenção ou asfaltamento do município são essenciais para explorar o potencial turístico de um município, devendo apresentar, no mínimo, o básico em infraestrutura, para que essa potencialidade se transforme em um produto turístico.

Em entrevista com o assessor técnico da Secretaria Municipal de Turismo no ano de 2019, ao ser questionado sobre os últimos recursos provenientes do DADETUR e em quais políticas os recursos foram norteados, obtivemos a seguinte resposta:

Ano de 2019 o valor é de R\$769.000,00 que será revitalizado a Estação Ferroviária e o Talude (Barracão na Orla Fluvial). No ano de 2017 é de R\$2.534.869,55 onde foi empregado na Revitalização do Parque Figueiral, Ciclovia e Portal Turístico, Projeto Executivo de Arquitetura e Engenharia para Construção do Museu Histórico e Arquitetônico do Oeste Paulista, Projeto Executivo de Arquitetura e Engenharia para Construção do Mirante do Parque do Parque da Orla.

A partir da Lei nº 16.283, de 15 de julho de 2016, houve mudanças nos critérios de obtenção das verbas destinadas às estâncias turísticas via DADETUR, assim os projetos atualmente devem apresentar uma relação estreita com o desenvolvimento da atividade turística.

4.2 Presidente Epitácio: a turistificação política de seu território

O propósito desta pesquisa é analisar a territorialização do turismo no município de Presidente Epitácio, por meio de duas políticas: a titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo e da CESP, que desdobrou na formação do lago artificial e nas obras compensatórias e mitigatórias, como já mencionado. Duas ações políticas distintas, porém complementares quando analisadas em escala local. Para a compreensão dessa abordagem, utilizaram-se teorias de diversas áreas que subsidiaram as reflexões direta e indiretamente.

Proporciona-se o entendimento das mudanças espaciais que são territorializadas conforme os interesses difusos nos discursos daqueles que têm o poder de mudanças espaciais, que produziram formas que se cristalizaram no espaço, adquirindo novas funções ao longo do tempo.

Sobre as estruturas, vale ressaltar as rugosidades espaciais presentes no município que resguardam sua história, sendo testemunhos de outras temporalidades que atualmente são grandes potenciais no processo de turistificação do município. Como visto na descrição dos elementos espaciais materiais do município de Presidente Epitácio, estes foram produzidos historicamente por meio das relações socioeconômicas e que por meio de planejamento e investimentos podem sair da categoria de potencialidades turísticas e se transformarem em atrativos e produtos turísticos.

As espacialidades apresentadas nesta pesquisa remontam a história do município de Presidente Epitácio, mostrando as transformações no uso dessas espacialidades, que se metamorfosearam ao longo do tempo, distinguindo passado e presente. O espaço é a base de todas as ações e este não pode ser visto de forma estática e muito menos analisado pelo próprio espaço. Esses recebem delimitações oriundas de ações políticas e econômicas multiescalares e adquirem contornos territoriais que são materializados no local.

Essa visão ficou evidente no município de Presidente Epitácio, em que espacialidades consolidadas passaram por diversas territorialidades. Como exemplo, as políticas pensadas em outras escalas e que se efetivam na escala local, como: a titulação do município de estância turística, com ações materializadas no local, alterando a cotidianidade.

A ótica territorial de Haesbaert (2004) contempla o território em sua dinamicidade pelos elementos: econômico, social, cultural e ambiental. Os elementos territoriais citados são indissociáveis e, ao permear a atividade turística, proporcionam dinamismo e novas reconfigurações territoriais. Ressalva-se que o dinamismo leva a alteridade eminente ao território, culminando no processo de desterritorialização, reterritorialização e a “consolidação” de uma nova territorialidade.

Os elementos territoriais ambientais do município sofreram um grande impacto diante da formação do lago artificial, produzindo a desterritorialização por meio de áreas inundadas e novas territorialidades que se desdobraram nos

âmbitos socioeconômicos e culturais. Os novos processos territoriais potencializaram a pesca esportiva, a balneabilidade e a valorização dos elementos culturais historicamente construídos, gerando novas medidas que enfatizam a atividade turística.

O social também adquiriu novas formatações territoriais na escala local, pois o povo ribeirinho foi desterritorializado de suas terras mediante a formação do lago artificial, assim, gerando um movimento de reterritorialização vertical, atendendo os interesses do Estado (mitigando os impactos), norteando a ocupação de novas áreas, tendendo-se para a formatação da atividade turística, consolidando novas configurações sociais.

Ainda em âmbito político e econômico, pode-se mencionar a tentativa de consolidar a atividade turística no município de Presidente Epitácio por meio de uma ação política do Estado de São Paulo, elevando essa área à estância turística, produzindo novas territorialidades políticas, econômicas e socioculturais. O elemento político apresentou novas vertentes no município que centrou no turismo, perpassando as políticas na escala estadual (normas e diretrizes) e local (implementação política e econômica). Essas medidas consolidaram-se na escala do cotidiano, produzindo dinâmicas territoriais na escala local.

O território cultural passou por transformações ao longo da temporalidade do município de Presidente Epitácio, concomitantemente às mudanças econômica, ambiental e social, atingindo a territorialidade material e imaterial, como discutido no capítulo anterior.

Com a titulação do município de Presidente Epitácio de estância turística, modificaram-se a percepção e o olhar dos munícipes em relação ao município, por meio dessa ação política que se desdobrou na economia local, levando à valorização de suas materialidades (estruturas e espaços) e das imaterialidades (história e as manifestações socioculturais) consolidadas no município, visto que estas são mercadorias da atividade turística (como visto no capítulo anterior). Outra ação desterritorializante que motivou novas territorialidades no âmbito cultural/simbólica, e merece destaque, é a formação do lago artificial no Rio Paraná, visto a aproximação afetiva que a sociedade tinha com os elementos espaciais que foram construídos historicamente e que se alteraram com a sua consolidação. No campo simbólico/cultural alteraram-

se a dinâmica da Procissão da Nossa Senhora dos Navegantes, a paisagem natural que perfazia o ideário da comunidade e a própria organização voltada à malha urbana que se desconfigurou (atualmente atendendo interesses imobiliários). Muitos elementos coabitam o materialismo, porém perfazem a afetividade da comunidade que vê nas estruturas a sua própria história.

O município de Presidente Epitácio foi o mais afetado, perdendo 21 mil hectares e, junto, parte de sua história. Assim, territórios que faziam parte da paisagem e do imaginário do município passam a não existir, porém novos são incorporados e potencializados pelo turismo.

A escalaridade geográfica está presente em todas as ações, criando movimentos nos processos territoriais que desdobram no espaço, porém está contida de forma implícita. Ressalta-se que essa vertente é complexa ao apresentar seu “poder” de multiescalaridade, podendo ser planejada com determinada finalidade em uma escala mais abrangente e com determinados objetivos. Porém se materializa na esfera local, produzindo novas ações distintas daquelas pensadas na escala inicial, alinhando com a discussão e analisando as escalaridades presentes na formação do território turístico de Presidente Epitácio.

Por essa linha de pensamento, podemos alinhar as alterações em curso no município de Presidente Epitácio, por ações políticas verticais que refletem na horizontalidade. As próprias obras mitigatórias da CESP e a titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo não alcançaram a totalidade em seus objetivos, pois ambas as políticas focaram se complementar na busca de uma atividade turística sólida, porém as ações tiveram desvios em sua trajetória, reforçando a ideia do turismo pensado pelo Estado para desvincular os impactos ocasionados nas décadas de 1980 e 1990. Em uma visão menos romântica acerca do processo de turistificação do município de Presidente Epitácio, devemos nos atentar ao fato de que a sociedade foi destituída de sua paisagem histórica e natural, teve sua dinâmica econômica tradicional alterada (visto em dados anteriormente) e impactos socioambientais vêm se tornando atrativos turísticos (por meio do discurso e de ações do Estado).

Como elemento remodelador do espaço e do território epitaciano, centramos a formação do lago artificial, originado pela implantação da UHE

Sérgio Motta, atendendo os interesses políticos energéticos desenvolvimentistas daquele período, obrigando a empresa concessionária CESP a mitigar e compensar os danos socioambientais (Tabela 1) com obras estruturais nos municípios impactados. Ressalta-se que essas obras buscam atenuar a imagem negativa do empreendimento energético em questão, buscando melhorar a infraestrutura do município para que este desenvolva ou mesmo “compre” a ideia do turismo como atividade econômica principal. Diferenciando as obras mitigatórias das compensatórias, a primeira são ações determinadas antes da materialização do empreendimento, visando atenuar os impactos. Já as obras compensatórias buscam compensar os danos ambientais ocasionados de alguma forma.

Tabela 1 - Obras compensatórias e mitigatórias de Presidente Epitácio.

Obras compensatórias	Obras mitigatórias
Anel Viário	Reflorestamento
Centro Comunitário do Reassentamento Urbano	Encabeçamento da Ponte Maurício Joppert
Reassentamento Urbano	Matadouro Municipal
Duplicação LT. 34,5/138KV	Poços e redes em agrovilas
Escola Municipal	Relocação do porto fluvial
Parque “O Figueiral”	Relocação dos portos de areia
Pier Turístico	Proteção das encostas
Ciclovía/ Passarela Ribeirão Caiuá	Relocação da estação de captação/adutora da Sabesp
Reassentamento Fazenda Lagoinha	Travessia do Córrego Sucurité
Reforma e ampliação da Santa Casa	Travessia do Rio Santo Anastácio
Urbanização da Via Marginal	Travessia do Ribeirão do Veado, Ribeirão Caiuá e Anhumas.

Fonte: CESP (apud CINTRA, 2010).

Como visto, a formação do território turístico do município de Presidente Epitácio abarca diversas espacialidades temporais que, diante de ações políticas, econômicas e multiescalares, geraram um território dinâmico com movimentos de desterritorialização socioeconômica e cultural, e a reterritorialização por meio de ações governamentais, forçando a sociedade a se readequar conforme as ações verticais do Estado.

O território turístico é dinâmico, produzindo uma gama de ramificações e conexões que o torna de difícil compreensão em sua totalidade, pois a própria totalidade é subjetiva, dificultando o entendimento do objeto de estudo em sua

totalidade apenas pelas somas das partes. Como no caso do processo de turistificação do município de Presidente Epitácio, em que os movimentos e ações se deram na verticalidade, comandados pelo Estado e por interesses de uma pequena parcela da população que detém o poder. Porém refletem na horizontalidade, na sociedade e no espaço em que esta ocupa, mudando sua vida cotidiana e suas relações com o próprio espaço em que habita social e economicamente.

No próximo subcapítulo, realizaremos uma análise das políticas que recaem sobre o território por meio da análise do discurso, que subsidiará reflexões sobre o objeto de estudo.

4.3 A produção do território turístico de Presidente Epitácio por meio da análise do discurso

Com o advento da globalização, os meios de comunicação adquiriram velocidade como nunca visto antes na história, conectando as pessoas por meio de diversos discursos, criando pensamentos e sentimentos de conformidade e “verdades” desconectadas da realidade vivida, daqueles que apenas recebem os discursos. Toda tecnologia é rotulada por meio de palavras como avanço, desenvolvimento, acesso, mas esquece-se de que, embutida nessas palavras, há uma pequena parcela da sociedade que norteia o funcionamento e as finalidades do vulgo desenvolvimento.

Dessa forma, o desenvolvimento não está para todos. Como a tecnologia e a informação andam juntas, a informação pode gerar discursos para sustentar a filosofia da classe dominante ou mesmo para justificar suas ações e interesses que se desdobram naqueles que apenas obedecem e assimilam os discursos criados.

Nesta parte do trabalho, realizamos uma discussão sobre a análise do discurso para entremear com os elementos e ações realizados pelo Governo voltados ao objeto de pesquisa, proporcionando mais uma abordagem que levará a um olhar que complemente os demais já analisados durante este trabalho, buscando o entendimento da complexidade das ações governamentais.

Utilizaremos a análise do discurso para entender o papel e as ações do Estado na apropriação *in loco* de uso do capital, assim corroborando para o entendimento das ações postas pela CESP na intencionalidade de criar um discurso do desenvolvimento turístico no município de Presidente Epitácio (SP), visando se distanciar dos aspectos negativos ocasionados nas esferas do social, econômico, cultural e ambiental.

Destacamos ao longo deste trabalho as políticas que buscamos compreender para que possamos traçar análises para o entendimento do processo de turistificação no município de Presidente Epitácio.

Ressalta-se que, no ano de 1990, o município de Presidente Epitácio recebeu a titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo, proporcionando investimentos voltados ao setor com o objetivo de consolidar o turismo nesse município. Por meio da titulação, inicia-se a construção no ideário da sociedade, que em Presidente Epitácio há grande potencialidade ou mesmo vocação para o turismo. Elementos como atrativos e equipamentos turísticos e políticas turísticas no âmbito municipal consolidou-se ao longo do tempo (já destacados no capítulo anterior), assim consolidando o processo de turistificação. Esse processo culminou com a política da CESP na implementação das obras mitigatórias e compensatórias, que direta ou indiretamente auxiliaram na potencialização da atividade turística no município de Presidente Epitácio. Ambas as políticas se estruturaram na multiescalaridade e se desdobraram na escala local e, mesmo em sua essência com objetivos distintos, estas se complementam com o discurso de estruturação da atividade turística.

As políticas descritas buscaram territorializar o turismo como uma nova atividade econômica em detrimento dos impactos socioambientais ocasionados pela formação do lago artificial, visto que o município de Presidente Epitácio apresentava um atrelamento econômico à pesca e à indústria oleira. Deste modo, com as novas dinâmicas ambientais impostas ao território epitaciano, as atividades econômicas tradicionais foram afetadas ou quase extintas. Diante do exposto, verifica-se que as características consolidadas socioculturalmente no cotidiano e no espaço dessa população desterritorializada foram reforçadas mediante sua desapropriação em busca de novas relações espaciais e econômicas.

O discurso intencional ideológico do turismo apresenta de forma “oculta” a apropriação dos espaços para a territorialização dessa atividade por meio do discurso emoldurado de desenvolvimento. Ressalta-se que o turismo tem uma grande potencialidade de alterar os espaços e recriar novas dinâmicas por meio de ações políticas e econômicas que se desdobram no ambiente social, e que proporcionam o fortalecimento de culturas, a dinamização da economia e a distribuição de riquezas. Porém, na mesma intensidade, apresenta a potencialidade de mercantilizar e alterar culturas tradicionais, impactar o espaço de diversas formas.

Por esse viés, “o discurso do turismo contribui para sustentar e preservar culturas, podendo também instituir processos de aculturação que transformam e destroem as culturas” (COOPER et al., 1998). Corroborando com essa linha de pensamento, Arrones (1997) enfatiza que:

A ideologia do turismo pode ser resumida nos seguintes enfoques: o turismo é gerador de emprego e riqueza, o turismo é via de comunicação cultural, o turismo é o caminho mais positivo para conservar as belezas do mundo, o turismo é um gerador de mudanças sociais positivas. Quando se aborda o turismo como via de comunicação entre culturas, irmandade entre os povos, falsifica-se bastardamente a realidade nas zonas turísticas. O turismo transforma a cultura do povo anfitrião em mercadoria enlatada para uso do turista. O nativo mercantiliza sua cultura para que o turista pague por ela. Ao turista endinheirado, o turismo lhe promete que o mundo é seu e que poderá usá-lo como queira. Todos os recursos naturais, incluída a tradição cultural têm seu preço; se dispõe de dinheiro necessário, o turista terá direito de ver o que quiser. (ARRONES, 1997, p.9).

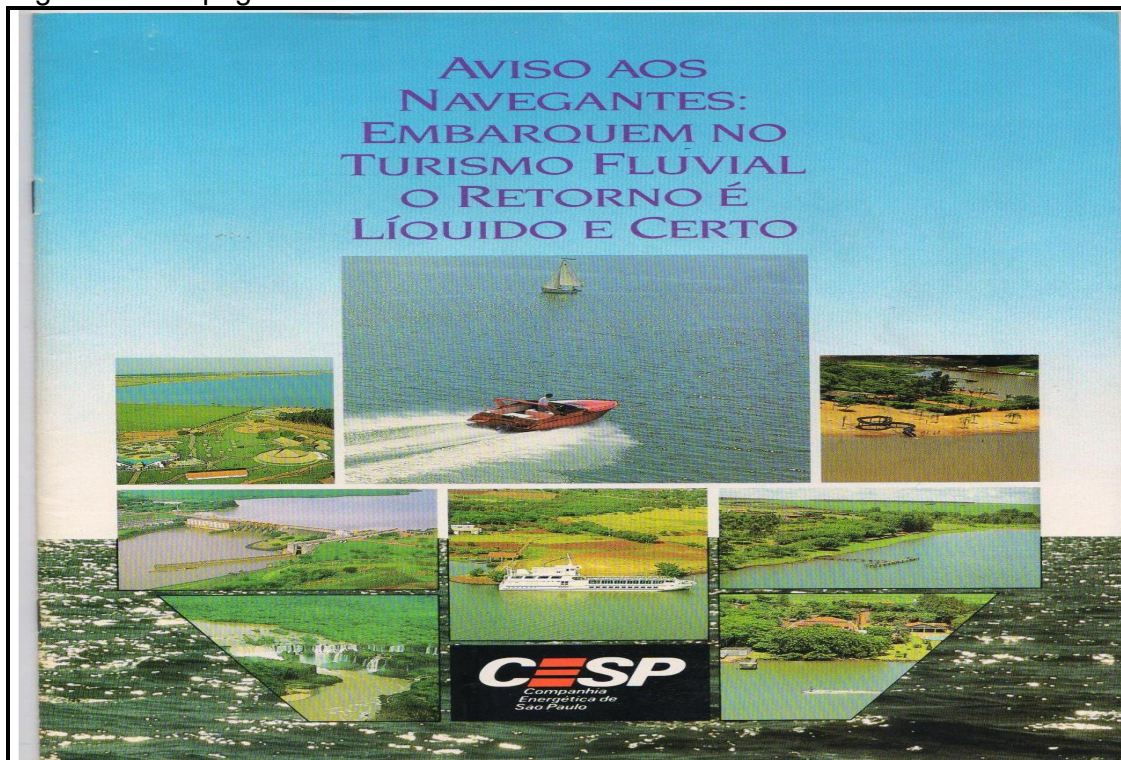
Para o município de Presidente Epitácio, o uso do discurso desenvolvimentista do Estado junto com a CESP para a aprovação e implantação da UHE Engenheiro Sérgio Motta veio com o viés de minimizar a imagem da empresa frente aos impactos ocasionados pela formação do lago artificial, com a tentativa de implementar o turismo nesse município por meio de obras compensatórias. Doravante a essa discussão, Dias (2003) enfatiza que:

Frente ao conjunto de impactos negativos causados no contexto regional pela implantação de um dos projetos hidroenergéticos, a CESP e toda empresa, enquanto empreendedora torna-se obrigada a minimizar e mitigar ao

máximo esses efeitos, perante o ambiente e a sociedade. (DIAS, 2003, p.242).

Apresentaremos elementos veiculados pela mídia, em que a CESP protagoniza o desenvolvimento turístico, como podemos verificar na Figura 31.

Figura 31- Propaganda de incentivo ao turismo fluvial.



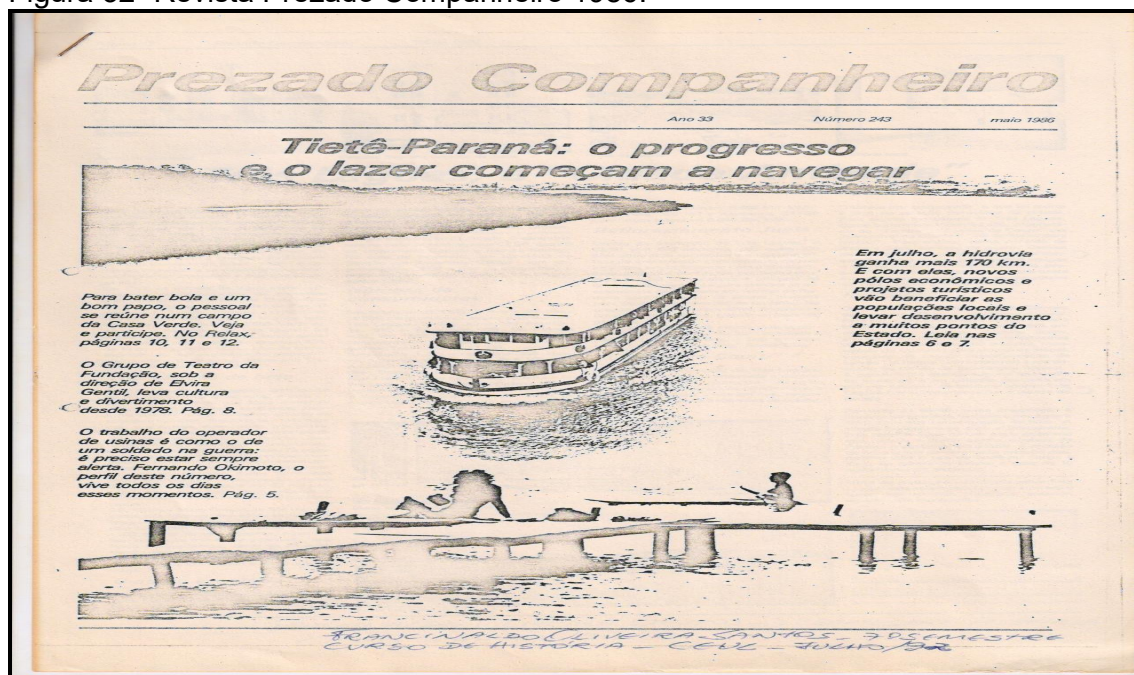
Fonte: CESP (1986).

Com a formação do lago artificial no município de Presidente Epitácio ocasionada pelas ações da CESP, a dinâmica econômica se alterou, visto que o município apresentava forte dependência das atividades pesqueira e oleira, subordinadas à dinâmica fluvial. Com as mudanças estabelecidas, a CESP enfatiza e propaga a ideia do turismo fluvial, valorizando uma nova atividade para atenuar os impactos e, com esse discurso, os munícipes e empreendedores incorporaram essa perspectiva, que se desdobrou em obras que puderam materializar a visão estabelecida pela CESP.

Como a dinâmica fluvial natural foi alterada pelas grandes obras energéticas que tomaram o país nas décadas de 1970 e 1980, houve a necessidade de fomentar política e ideologicamente o turismo via aproveitamento da balneabilidade de toda a área de influência do lago formado com a barragem no Rio Paraná e sua valorização

por meio do lazer, assim “minimizando” os impactos ocasionados por essas políticas. Ao encontro dessa discussão, a Figura 32 reforça o discurso de desenvolvimento pelo lazer atrelado à navegação, visto que a CESP construiu diversas eclusas proporcionando a navegação. Ainda sobre o exposto na figura, evidenciam-se o apego e a tentativa de potencializar o turismo por meio do título “O progresso e o lazer começam a navegar”, remetendo o lazer e a navegação ao progresso.

Figura 32- Revista Prezado Companheiro 1986.



Fonte: Andrey Martin (2017).

As políticas energéticas nasceram do anseio do desenvolvimento urbano e estão associadas à modernidade. O Estado de São Paulo na década de 1970 iniciou suas obras monumentais em busca de energia, sustentando seu modelo de desenvolvimento. A palavra desenvolvimento apaga nas entrelinhas o caos que essas obras trouxeram para a população, como se pode verificar na Figura 33, que enfatiza a alteração do ambiente antes mesmo da formação do lago por meio das grandes obras.

Figura 33- Ponte antes da formação do reservatório e enchimento do Rio Paraná.



Fonte: Ricardo Ojeda (1996).

Como visto, todo discurso tem o sujeito e a questão ideológica. Assim, o criador do discurso busca eco de suas ideologias entre as massas receptivas para comandar e nortear seus anseios políticos e econômicos. No caso específico que analisamos, evidencia-se o poder do discurso da CESP em relação a suas obras de grande porte, que impactam negativamente o ecossistema da região (fauna e flora) e consequentemente a população mais carente ou dependente da economia fluvial.

Estas ações se concretizam por atender os interesses de grandes incorporadoras e daqueles que comandam os âmbitos político e econômico. Corroborando com essa linha de pensamento, Santos (1996) expõe a lógica entremeada aos sistemas de engenharias:

O aprofundamento da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle à escala do mundo, onde é central o papel dos sistemas de engenharia concebido para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos, por intermédio das finanças e da especulação. (SANTOS, 1996, p.225).

O discurso desenvolvimentista vem revestido de caos e tem suas ações pensadas na verticalidade, atendendo os interesses econômicos em detrimento ao bem-estar social. Na escala local, o discurso das ações se horizontaliza, buscando

materializar o discurso que embase as ações verticais. É na horizontalização do discurso que se encontra a reprodução do “pensar” dominante, internalizado pela sociedade como “verdades”, desdobrando-se em práticas que se materializam nas relações socioeconômicas.

A bacia do Paraná vem assumindo desde os fins da década de 70, a importância como espaço que está sendo organizado e consumido para a produção de energia, como resultado das atividades econômicas regionais e nacionais determinadas extremamente pelo processo urbano industrial (GONÇALVES, 1996, p.17).

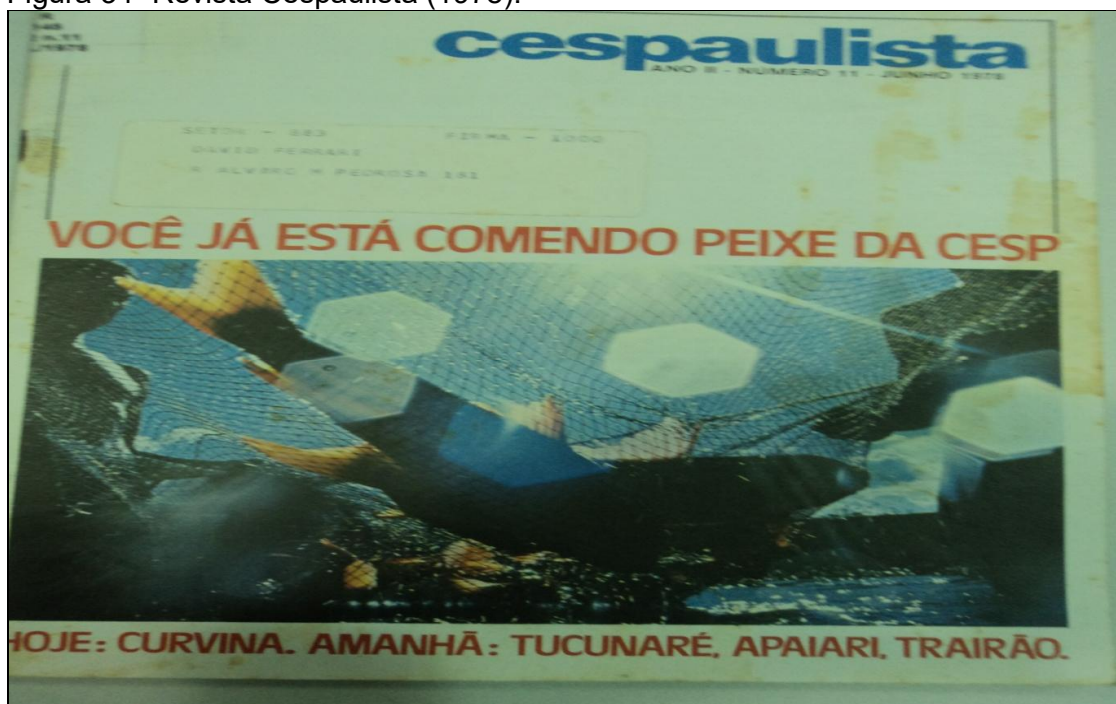
Contextualizando com o objeto de pesquisa, a CESP, de forma midiática, propaga o discurso do desenvolvimento pesqueiro por meio de novas espécies que se adaptaram na bacia do Rio Paraná. Porém oculta as transformações do meio natural dessa bacia que contribuíram para mudanças das dinâmicas fluviais que alteraram a ictiofauna da citada bacia hidrográfica.

Considerando que a população epítaciana apresenta forte dependência da atividade pesqueira e oleira, essas transformações afetaram diretamente os trabalhadores. Diante da verticalização do discurso, podemos verificar a clareza desse norteamto na Figura 34, em que a CESP difunde a imagem benéfica da presença da espécie tucunaré entre outros peixes do Rio Paraná, apresentando a manchete “Você já está comendo peixe da CESP”.

Na década de 1970, a CESP alavancou diversas obras faraônicas voltadas à hidroeletricidade. Para Santos (1996), configuram-se como sistemas de engenharias, alterando a territorialidade na escala local nos municípios ribeirinhos, perpassando do econômico ao socioambiental para atender aos anseios dos discursos desenvolvimentistas urbano-industriais. Na “tentativa” de minimizar os impactos ocasionados pela formação do lago artificial, criaram-se novos discursos desenvolvimentistas no âmbito local, ancorados no turístico. Complementando, Dias (2003), ao questionar as obras das hidrelétricas, deixa claro que:

Por outro lado, a implantação desse tipo de UHEs possibilita o aparecimento da exploração de outras atividades, ou como se chama uso múltiplo das potencialidades criadas, como a navegação, irrigação, turismo etc. (DIAS, 2003, p.248).

Figura 34- Revista Cespaulista (1978).



Fonte: Andrey Martin (2017).

O discurso e as ações produzidas pela CESP não ecoaram no nível local de forma satisfatória entre todos os munícipes de Presidente Epitácio. Muitos moradores tiveram que se retirar das áreas tomadas pela formação do lago, pescadores sofreram com a diminuição da pesca e a história do município foi sendo apagada materialmente pelas águas do lago, assim como os pontos referenciais para os epitacianos; esses fatores criaram uma “curva” no discurso da CESP pela resistência local.

Esse embate entre o emissor/criador do discurso e receptor é evidenciado nas propagandas da CESP e em sua intenção de agregar o turismo junto com as mudanças ocorridas no município. Por outro lado, verifica-se a resistência da comunidade e a visão do impactado (Figura 35).

Figura 35- Pescadores se manifestando diante das mudanças.



Fonte: Ricardo Ojeda (1996).

Traçando um contraponto entre o discurso desenvolvimentista da CESP pautado no turismo, como verificado em sua veiculação informativa via mídia, e a visão dos pescadores do município expressas em suas ações, fica claro que o discurso horizontalizado não é incorporado em sua totalidade pela sociedade receptora.

O discurso criado pela CESP é desconectado da temporalidade epítaciana para aquele momento, em que a sociedade tinha sua essência cultural afetiva e o próprio sustento pela pesca.

Em entrevista com o Presidente da Colônia dos Pescadores do município de Presidente Epitácio, ele descreve a visão da classe pescadora, relatando as perdas e a falta de apoio de diversos setores para a inserção desses trabalhadores efetivamente na atividade turística. A escolha das falas do presidente da Colônia dos Pescadores para a análise dos discursos estruturados no município vem na tentativa de contrapor a visão cespiana, mostrando discursos divergentes entre o criador e o receptor, e os desdobramentos das ações condicionadas pelo discurso.

Os trechos da entrevista com o presidente da Colônia dos Pescadores do município de Presidente Epitácio (citados anteriormente) ressaltam o contraditório que permeia o discurso criado pela CESP. A fala abaixo já foi utilizada, porém, nesse momento buscassem outra contextualização.

Para nós pescadores artesanal antes da formação do lago era mais rendoso, existiam mais peixes nobres, após a formação fomos obrigados a se adaptar as novas técnicas de pescar, vários peixes sumiram e vieram outros menos rendosos. Os pescadores artesanal que trabalham com o turismo se chegar dá mais ou menos 30%, não temos capacitação e nem ajuda da Secretaria do Turismo, a prefeitura e os políticos do município são unilateral, não vê com bons olhos os pescadores artesanal, para eles deveria extinguir a nossa categoria no município e ficar somente os pescadores amadores.

Nesta fala, fica nítida a ausência de políticas que valorizem e insiram os pescadores na nova modalidade econômica imposta pelas mudanças naturais. Vale explicitar que essas mudanças alteraram o cotidiano dos munícipes em suas relações econômicas e naturais com o ambiente do município de Presidente Epitácio, perdendo a identidade que essa comunidade tinha pelos espaços inundados, pelo lugar.

Outro ponto de vista que podemos conectar para compreender o pensamento posto pela CESP é o da Secretaria de Turismo do município de Presidente Epitácio, que por meio de entrevista realizada com o técnico da pasta de turismo, ele mencionou que não há capacitação e nem políticas voltadas à classe dos pescadores, o que apenas reforça as falas do presidente da Colônia dos Pescadores.

A intersecção entre os discursos da CESP, da Colônia dos Pescadores do município de Presidente Epitácio, pelo olhar da Secretaria Municipal de Turismo, apresenta um norte para a compreensão do desdobramento discursivo das ações do Estado-CESP, na tentativa de proporcionar o desenvolvimento da atividade turística para isolar os impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais. Mesmo com a presença de obras mitigatórias e compensatórias, nota-se o “descaso” com aqueles que mais foram afetados e que tiveram sua história moldada pelo rio, agora transformadas pelas obras energéticas que se faziam “necessárias” para o anseio de um país urbano-industrial.

Por meio do discurso da CESP presente em imagens, *slogans* e textos, verifica-se a potencialização da atividade turística nas áreas afetadas e aproveita-se da balneabilidade do Rio Paraná. As obras de mitigação e compensação que vêm como “investimentos” em benefício da sociedade distanciam-se das perdas ambientais, culturais, socioeconômicas, históricas e afetivas que os moradores tiveram em seu território, criando um binômio entre impacto e desenvolvimento. Em

visita ao site da CESP, extraímos um fragmento consonante com a discussão, que enfatiza o paradigma da CESP em relação às suas ações na escala local.

A CESP desenvolveu, ao longo de sua história, um programa de atenuação dos impactos socioeconômicos nas áreas de influência de suas usinas hidroelétricas, beneficiando agricultores, pecuaristas e pescadores das comunidades. Muitas localidades foram criadas ou modernizadas com essas ações da empresa. Disponível em: <http://www.cesp.com.br/portalCesp>. Acesso em 14/09/2019.

O município de Presidente Epitácio apresenta vocação por meio de suas potencialidades naturais e as historicamente produzidas, porém não havia divulgação e mercantilização da forma que a CESP norteou seu discurso de turistificação. O turismo nesse município foi reforçado pela política de titulação de Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo, estabelecendo ações verticalizadas para a territorialização dessa atividade.

As ações foram pensadas por meio de interesses que não vão ao encontro dos da população local, sendo políticas materializadas por aqueles que desconhecem a realidade local, gerando exclusão, como o caso dos pescadores do município que não foram agregados à atividade turística em sua totalidade e, os que foram, o foram sem as condições de adaptação e capacitação para viabilizar essa mudança.

Destoante desse modelo vertical, o município de Presidente Epitácio era utilizado para lazer pelos próprios munícipes e visitantes das áreas circunvizinhas, antes da inundação do antigo Parque Figueiral. Dessa forma, a prática do lazer se estruturava pela horizontalidade, com a participação da comunidade. Diante de relações orgânicas/naturais da cotidianidade do município, o lazer aparecia entremeado em sua dinâmica cultural, ambiental, geográfica e econômica, sendo esta dinâmica alterada por ações da CESP, que estão calcadas no ideário desenvolvimentista do Brasil, na formatação de suas grandes obras hidroenergéticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intentamos, no decorrer desta pesquisa, por meio de dados secundários, análise de leis voltadas às políticas trabalhadas nesta tese e visitas *in loco*, buscar compreender as alterações sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram no município de Presidente Epitácio, através de políticas públicas que se desdobraram no espaço e, assim, territorializaram o turismo, por vontade explícita da CESP.

A tese que defendemos é a de que a titulação de Presidente Epitácio como Estância Turística do Estado de São Paulo no ano de 1990 compõe as ações intencionais mediante poder do Estado para atenuar os impactos ambientais, sociais econômicos e culturais que se consubstanciaram a partir do ano de 1998, com a formação do lago artificial por meio do fechamento das comportas da UHE Engenheiro Sérgio Motta, assim realizando obras compensatórias e mitigatórias pela CESP, por meio da implementação destas.

Estas ações reforçam o discurso de desenvolvimento econômico por meio do turismo atrelado à formação do lago artificial. Por esse viés, verificou-se o desdobramento das políticas mitigatórias e compensatórias da CESP, que apresentam complementaridade com a titulação de Presidente Epitácio de estância turística, reforçando a intencionalidade do Estado por meio de ações políticas de consolidar o turismo, potencializando e mercantilizando as alterações espaciais, por interesse da CESP, em que visou atenuar os impactos ocasionados por sua política.

No decorrer desta pesquisa, questionou-se o processo de escolha dos municípios para receberem a titulação de Estância Turística do Estado de São Paulo, visto que os critérios estabelecidos pela Lei nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, são genéricos e comuns a muitos municípios do Estado de São Paulo, assim a titulação de estância turística é um imperativo norteado pelos interesses do Estado e ao mesmo tempo padrões comprados do continente europeu.

Podemos definir que as Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo tituladas ao longo do tempo são de fato “estâncias políticas”, visto que essas alçavam os interesses daqueles que apresentavam poder político e não

essencialmente o potencial turístico do município ou mesmo uma política desenvolvimentista, em que o centro fosse o bem estar da sociedade.

Analisando as leis que estruturaram as estâncias turísticas ao longo do tempo, identificamos mudanças significativas em relação à lei estabelecida no ano de 1977 que versava sobre a criação das estâncias turísticas do Estado de São Paulo. Por meio da Lei Complementar nº 1.261, de abril de 2015, novos critérios foram estabelecidos para a concessão do título de estância turística, implicando em potencial turístico e atividade turística consolidada, planejamento e avaliação para a manutenção da titularidade. Assim, a estância que não atender os pressupostos da citada lei, perde a titularidade e os investimentos específicos a essa categoria, isso de acordo com a lei, porém, como podemos vislumbrar durante a pesquisa, a prática pode se distanciar no que tange a lei.

A política destacada acima corrobora para o entendimento dos interesses do Estado em relação às suas ações que se desdobraram no território epitaciano no tocante ao turismo e os impactos materializados em seu curso de implantação. A titulação do município de Presidente Epitácio de Estância Turística do Estado de São Paulo se deu de forma unilateral, sem a participação da população, ausentando-se um planejamento efetivo como regem as políticas públicas voltadas às atividades turísticas.

Analisamos que o município de Presidente Epitácio adquiriu o título de Estância Turística no ano de 1990 para amenizar os impactos da construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta que, concluída, formaria o lago artificial que atingiria seu território, sendo este o município mais impactado territorialmente por essa política impactante e desterritorializante. Assim, prevendo grande impacto social, cultural, ambiental e econômico, nesse sentido, o Estado articulou políticas como a titulação em Estância Turística e as obras compensatórias e mitigatórias pela CESP, para que houvesse a territorialização da atividade turística nesse município. Esse viés econômico com ênfase no turismo já previa a alteração da ictiofauna e o esgotamento das jazidas de argila nessa região, mudanças que comprometeriam diretamente a economia epitaciana, visto que esse município apresentava uma forte dependência econômica da pesca e da indústria oleira. Essa visão de atenuar e minimizar os impactos por meio da consolidação da atividade turística, viabilizada pela

conexão das políticas citadas, não se percebe por meio de dados, entrevistas ou meio oficial. Porém, por intermédio das datas em que se consolidaram as políticas/ações e pela análise dos discursos do Estado, estes trazem conotações que nos aproximam de um processo de turistificação alinhavado pelo Estado, na intenção de atenuar os impactos provenientes da construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta.

Analizamos que o município de Presidente Epitácio, até o ano de 1990, tinha em sua dinâmica “orgânica” o lazer, consolidado por meio da construção histórica do município, onde a malha urbana era emoldurada pelo Rio Paraná. Assim, os residentes utilizavam as margens para o lazer e eventos na escala local. Não havia investimentos, especulação turística ou mesmo políticas públicas em instância municipal que enviassem a atividade turística, ressaltando que essas características são comuns de municípios ribeirinhos.

A partir dos dados secundários sobre a economia do município, concluiu-se que os setores econômicos do município se alteraram após o ano de 1998: o lago artificial inundou as áreas onde havia as jazidas de argila, assim, afetando diretamente a indústria oleira com a falta de matéria-prima, consequentemente levando várias empresas à falência.

Outro impacto econômico decorrente da formação do grande lago está na atividade pesqueira, que perdeu sua potencialidade com as mudanças ambientais e a falta de qualificação para que esse setor se adequasse a nova ótica ambiental “construída” pela CESP, por meio de impactos irreversíveis. Essas mudanças expressas em dados na pesquisa mostram que atualmente a capacidade de empregabilidade do município centra-se no setor de serviços, tendo influência direta das novas territorialidades. As obras mitigatórias que visam “compensar” o impacto ambiental nortearam-se para elementos que auxiliam na estruturação e valorização das potencialidades turísticas do município, visto com ato desejado e arquitetado pela CESP.

Esses elementos reforçaram a idéia de que Presidente Epitácio, no ano de 1990, quando foi titulada como estância turística, visava à materialização de uma atividade econômica para minimizar os impactos que atingiriam o município a partir da formação do lago artificial no ano de 1998. O próprio Estado utilizou o discurso da formação do grande lago nas décadas de 1980 e 1990 como um produto turístico, visando territorializar via turismo os impactos

(lago e estruturas das obras compensatórias e mitigatórias) que começariam com a formação do lago artificial. Visto que a construção da UHE Engenheiro Sérgio Motta teve início na década de 1980, e, após sua conclusão, o município mais afetado territorialmente no Estado de São Paulo com a formação do lago artificial foi Presidente Epitácio.

Esses apontamentos que foram refletidos durante a pesquisa permitiram constatar os interesses do Estado na produção do território turístico mediante as políticas infraestruturais e o próprio discurso veiculado pela CESP, assim, concretizando sua vontade de mercantilizar os impactos ambientais, convertendo o discurso de desastre ambiental e social, em um discurso desenvolvimentista.

Diante das políticas que intermediaram a territorialização do turismo, buscamos elencar elementos presentes no espaço e que se apresentam como potenciais atrativos ou atrativos turísticos. Verificou-se que o município de Presidente Epitácio apresenta uma gama de potenciais atrativos, tais como: Cemitério dos Pioneiros, Ponte Interestadual, Porto do Cais, Forno Urbano, Sítio Arqueológico, potenciais que necessitam de investimentos para que possam de fato ser comercializados como produtos turísticos. Entre os atrativos turísticos, pode-se mencionar a Orla Fluvial, o Parque Figueiral e a Casa do Artesão. Nota-se que os dois primeiros atrativos turísticos foram estabelecidos pelas obras mitigatórias implementadas pela CESP, mostrando as ações intencionais geridas pelo Estado.

Ainda, ressaltamos que o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico (PDDT) de 2017 do município de Presidente Epitácio equivocadamente coloca elementos considerados potenciais atrativos como atrativo turístico, produzindo um distanciamento entre o plano e a realidade territorial alocada pela CESP.

Por meio de visitas *in loco*, observou-se que o município necessita de investimentos e políticas sólidas para transformar seus potenciais atrativos em atrativos turísticos, assim, mediante planejamento, pode futuramente consolidar um roteiro turístico que vise atrair turistas além da pesca. Porém, vale ressaltar que para tal feito, deva-se resgatar sua cultura, as raízes da comunidade, proporcionando uma atividade turística com base local.

Na esfera política local, percebeu-se que há elementos importantes para a estruturação e a consolidação da atividade turística, desde que repensadas e

amparadas pela participação efetiva da comunidade. O Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município possibilitou, por meio de pesquisas e estudos na área, levantar informações que ilustram a realidade do município em relação às suas potencialidades e fraquezas para a consolidação da atividade turística.

Porém ele necessita de aprofundamento pela ótica teórica do turismo e a presença de dados consistentes em relação ao fluxo, a temporalidade, perfil dos turistas e econômicos do setor turístico do município. Assim, norteia-se o planejamento das políticas públicas turísticas de forma coerente e eficaz. Verificamos outro aspecto que compromete o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município: este deve ter como base e complementaridade o Plano Diretor Municipal, e não foi realizado dessa forma, podendo induzir à formulação de ações políticas inadequadas ao território. Mesmo necessitando de adequações, o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do município mostra o interesse do governo municipal em compreender e estabelecer políticas que visem à valorização dessa atividade. O Plano deve passar por reformulações, visto que é um dos critérios de avaliação da Secretaria Estadual de Turismo para a manutenção da titulação de estância turística, como mencionado pela Secretaria de Turismo do Município de Presidente Epitácio.

No aspecto político, identificamos que o COMTUR vem se fortalecendo como agente presente no planejamento e fiscalização das políticas públicas, apresentando importante função na mediação entre a sociedade e o setor público, visto que atualmente há reunião mensalmente, contando com a presença de diversos setores da sociedade, tais com: rede hoteleira, comerciantes, pescadores e entre outros.

Averiguamos a presença de embates voltados aos interesses postos nas políticas turísticas, como mencionado em capítulo específico. Porém o funcionamento regular e a atuação do COMTUR proporcionam o desenvolvimento de políticas que abarquem os interesses da comunidade, visto que os recursos do DADETUR e os projetos turísticos do município necessitam da aprovação dos membros do COMTUR.

Após a materialização das políticas estatais no município de Presidente Epitácio com a intencionalidade de territorializar o turismo, contatou-se o

encaminhamento do desenvolvimento da esfera política voltada ao turismo na escala municipal. Pode-se destacar a criação da Secretaria Municipal de Turismo, o COMTUR, a elaboração do PDDT e outras ações que visam dinamizar e consolidar o turismo como atividade econômica propulsora do desenvolvimento socioeconômico local.

A utilização de teorias de outras áreas do conhecimento foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa, proporcionando uma ampla leitura sobre a territorialização da atividade turística no município de Presidente Epitácio. Abordamos o turismo como um sistema socioeconômico aberto e dinâmico, interconectado com diversas esferas presentes na sociedade, conforme a teoria sistêmica.

Diante de sua dinamicidade e complexidade, aportamos o turismo pela multiescalaridade, visto que sua produção conecta-se com várias escalas geográficas. O turismo visto como um sistema aberto, dinâmico e multiescalar em que produz ações que se materializam no espaço. As materialidades presentes no espaço são consumidas e alteradas de acordo com sua forma-função-estrutura.

Assim, por meio de ações socioeconômicas e políticas, o turismo se territorializa, produzindo o território turístico, sendo este mercantilizado e condicionado a movimentos de desterritorialização, reterritorialização e territorialização, associados à estrutura descrita.

Acreditamos que o turismo visto como uma atividade socioeconômica tem a capacidade de amenizar as disparidades no âmbito local, quando este apresenta um efetivo planejamento em relação às políticas públicas. Para tal desenvolvimento com base local, deve-se ter a sociedade em todas as etapas dos projetos políticos voltados ao turismo (planejamento, implementação e avaliação como processo), mas ressaltando que essas premissas, buscam apenas minimizar os impactos incontornáveis provocados pela CESP. Pois, o passado escrito pela comunidade epitaciana, assim como sua paisagem, existirá apenas na memória daqueles que vivenciaram e produziram seu espaço. Espaço e tempo redesenhado por interesses distantes dos sonhos dessa comunidade, chamado de desenvolvimento pela CESP e de desastre por que vivenciam o desenvolvimento cespiano.

Partindo dessas proposições, o turismo pode promover a preservação e valorização sociocultural e ambiental. No âmbito econômico, ressalta-se o predomínio das micro e pequenas empresas, assim necessitando de incentivo e uma aliança entre o setor público e privado, objetivando o desenvolvimento socioeconômico na escala local, proporcionando a conservação dos aspectos sociocultural e ambiental no município. No caso de Presidente Epitácio, há que levar em consideração que o turismo dependerá do resgate da cultura epitaciana, frente aos impactos ambientais, assim, a sociedade buscará novas formas de viver e se desenvolver, se adequando ao “cenário” construído pela CESP.

Por fim, consideramos que o desenvolvimento desta tese proporcionou múltiplas reflexões, com várias passagens que encaminham para uma conotação negativa sobre o processo de territorialização do turismo no município de Presidente Epitácio, por meio de ações estatais. Porém acreditamos que o município de Presidente Epitácio apresenta potencialidades e elementos que encaminham para o fortalecimento do turismo, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico local, por meio da valorização de sua cultura, história e as potencialidades ambientais. No entanto, para que essa materialização aconteça, devem-se mudar as intencionalidades e os sentidos das ações, diferentemente das ocorridas nas décadas de 1980 e 1990. Agora, deve-se partir dos interesses e com ações produzidas pela sociedade na escala local, buscando o bem-estar social.

A compreensão do atual cenário do Município de Presidente Epitácio por meio da pesquisa possibilitou desvendar a produção do território turístico por intermédio de uma abordagem que contemplou a política, a economia e seus desdobramentos na escala local. Focou-se em uma análise histórica para entender as transformações espaciais e territoriais e o papel do Estado (vertical) com suas políticas que se desdobraram no local (horizontal), e como essas políticas atingiram direta e indiretamente aqueles que produzem sua vida cotidianamente. Este trabalho será compartilhado com os sujeitos (pescadores, comunidade, Secretaria Municipal de Turismo e empreendedores) a fim de contribuir para a eficácia das políticas públicas desenvolvidas para o município em questão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ACERENZA, M.A. **Administração do turismo: conceituação e organização**. (Vol. 1). Bauru: EDUSC, 2002.

ALENTEJANO, P. R. R. e ROCHA-LEÃO, O. M. **Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 84, p. 51-57. 2006.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo, fundamentos e dimensões**. 7.ed. São Paulo: Ed. Atica, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

ARRONES, F. **Los mitos del turismo**. Madrid: Edymion, 1997.

Baumgartner, F., Jones, B. **“Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press”, 1993.

BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n.20, p.15-29, outubro de 2003.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Tradução de Francisco M.Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

_____. **Análise estrutural do turismo**. 7.ed. São Paulo: Senac, 2004.

BERTONCELLO, Rodolfo V. **El turismo y las grandes metropolis: la ciudad de Buenos Aires**. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 209-223.

BISSOLI, M. A. M. A. **Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação**. São Paulo: Futura, 1999.

BOULLON, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R. D. de. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. In: GERARDI, L. H. de O. (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Unesp; Ageteo, 2003. p. 235-248.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. 14. Ed., São Paulo: Cultrix, 1995.

CAMARGO, Luis Otávio de Lima. Sociologia do Lazer. In: ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

CAMARGO, Keila B. R. de; SILVA, Carlos H. C. da. **O turismo no município de Presidente Epitácio: produção e consumo do espaço**. Geografia, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 241-254, mai./ago. 2005

CANDIOTTO, L. Z. P. **Turismo rural na agricultura: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR)**, Município de Colombo - PR. / Luciano Zanetti PessoaCandiotto. –Florianópolis, 2007.

CARACRISTI, Isorlanda. **O Turismo que se faz e o desenvolvimento que queremos**. In: CORIOLANO, Luzia Neide (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. Sao Paulo: Contexto. 2004

_____. YÁZIGI, Eduardo e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Org). **Turismo - espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **O turismo e a produção do não-lugar**. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

COOPER, C; FLETCHER, J; WANHILL, S; GILBERT, e SHEPHERD, R. **Turismo, princípios e prática**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COOPER, D. **Improving safety culture: a practical guide**. Londres: Wiley, 1998.

CORRÊA, Roberto L.. **Espaço, um conceito-chave de Geografia**. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo C. da C. e CORRÊA, Roberto L. (org). **Geografia – Conceitos e temas**. 5ª Ed. RJ: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Uma Nota sobre o Urbano e a Escala**. Território, Rio de Janeiro, v. 11/12/13, p. 133-136, set/out, 2003.

_____. Roberto L. **Territorialidade e corporação**: um exemplo. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (org.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 251-256

CARVALHO, Alan Francisco. **Políticas Públicas em Turismo no Brasil**. Revista Sociedade e Cultura, v. 3, n. 1 e 2, p. 97-109, jan./dez. 2000.

COBRA, Marcos. **Marketing de turismo**. São Paulo: Cobra, 2002.

COSTA, L.S; SILVEIRA. **As hidrovias interiores no Brasil**. Serviço de Documentação da Marinha do Brasil, 1997.

CUERVO, R. S. **El turismo como medio de comunicación humana**. México-DF: Departa-mento de Turismo do Governo do México, 1967.

CUNHA, Licínio. **Economia e Política do Turismo**. 1ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1997.

CLAVAL, Paul. **Le Marxisme et l'Espace. L'Espace Geographique**. Paris, n. 3, v. 6, 1977, p. 145-164 (Apud CORRÊA, 2001).

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas públicas de turismo no Brasil**: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais. In: Maria José de Souza. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UnB/MMA, 2000.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Geografias do turismo**. De lugares a pseudo lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DE KADT, E. **Turismo: passaporte al desarrollo?** Perspectivas sobre los efectos sociales y culturales del turismo em los países em via de desarrollo. Madrid: Endimyon, 1979.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Jailton. **A construção da paisagem na raia divisória São Paulo – Paraná - Mato Grosso do Sul: um estudo por teledetecção**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia). Unesp, Presidente Prudente.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Políticas Públicas –Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DYE, T. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972.

DROULERS, Martine e MILANI, Carlos R. S. **Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal – Cabo Verde**. Paris: UNESCO, 2002.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

EMBRATUR. **Conceitos turísticos**. EMBRATUR: Departamento de Estudos Econômicos, Divisão de Economia do Turismo, Brasília, 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e Território em disputas**. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, C. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

_____. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197- 215.

FERRAZ, Joandre Antônio. **Regime Jurídico do turismo**. Campinas: Papirus, 1992

FUSTER, F. **Introducción a la Teoría y Técnica del Turismo**. Madrid, Alianza editorial, 1991.

GEIGER, Pedro P. **Des-territorialização e espacialização**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A. de; SILVEIRA, Maria L. Território Globalização e Fragmentação. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIA DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS: Disponível em: <http://joaocaramez.com.br/wp-content/uploads/2018/08/GUIA-DOS-MUNICIPIOS-TURISTICOS-cartilhaatualizada-1.pdf>

GODOY, B. **História de Presidente Epitácio – SP**. Presidente Epitácio, 2002.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da (des)territorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, Milton; BECKER, Berta K. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Collin Michael. **Planejamento do turismo – políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves, São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2º Ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HAROCHE, C; HENRY, P. & PÊCHEUX, M. **La sémantique et la coupure saussurienne**: langue, langage, discours. Langages, 1971.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Michael; PERL. **Policy cycles and policy subsystems**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

IBGE. Banco de dados: Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 2018.

IGNARRA, L. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, 1976.

LACOSTE, Yves. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976

LAGE, Beatriz Helana Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo na Economia**. São Paulo: Aleph, 2004.

Leiper, N. **The framework of tourism**: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-407, 1979.

Lacan, J. **Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia**. In: Escritos, tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOURENÇO, C. **Trabalho de campo**: Laboratório por excelência do geógrafo. Revista Geografia Passo a Passo- Ensaios Críticos dos Anos de 1990. Presidente Prudente, 1991.

LICKORISH, L J.; JENKINS, L. **Introdução ao Turismo**. Trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Roteiros do Brasil. Programa de Regionalização do Turismo. Módulo Operacional 7: Roteirização Turística**. Brasília: 2007.

_____. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2006.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo–Roteiros do Brasil**: diretrizes operacionais. Brasília, 2004.

_____. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003/2007.** Brasília, 2003

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MONTEIRO, C. A. de F. A. **A dinâmica climática e as chuvas no Estado de São Paulo.** São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1973.

MORAES, Antonio Carlos R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo: Annablume, 2005.

MORIN, Edgar. **O Método: A Natureza da Natureza.** Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Mira-Sintra/Europa-América Ltda., 1997.

NICOLÁS, D. H. **Elementos para un análisis sociogeográfico del Turismo** :In Adyr A.B. Rodrigues (org.) *Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais.* São Paulo: HUCITEC, 1996.

OLIVEIRA, W. **Os impactos socioambientais motivados pela UHE Porto Primavera no município de Anauralândia – MS.** 2004. 171 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista/FCT. Presidente Prudente – SP.

OMT. **Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais.** Brasília: OMT, 1994.

_____. **Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais.** Brasília: OMT, 2001.

_____. **Handbook on tourism market segmentation: maximising marketing effectiveness.** Madrid: OMT, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

OKIMOTO, M. M. **O Projeto turístico de Presidente Epitácio e as suas implicações econômicas, sociais e ambientais: um estudo preliminar.** Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em cartografia. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990.

PANOSSO NETTO, A; TRIGO, L. G. G. **Filosofia e epistemologia do turismo**. 2009. In: Cenários do turismo brasileiro. São Paulo: Aleph, p. 149-180, 2009.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura. 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed.Unicamp, 1988.

PINCHEMEL, Philippe; PINCHEMEL, Geneviève. **La face de la Terre**. Paris: Armand Colin, 1997.

PHILLIPS, C. **Discourse analysis: Investigating processes of social construction**. Newbury Park, CA: Sage, 2003.

GONÇALVES, Carlos W. P. “**Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável**”, em Revista Terra Livre. 1996.

GONZÁLES, M. V. P., **LA POLÍTICA TURÍSTICA. UNA ARENA DE ACCIÓN AUTÓNOMA**. Cuadernos de Turismo, 2011.

_____. Governança turística: ¿Políticas públicas inovadoras o retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.9-s.22, nov. 2014.

QUEIROZ, R. B. **Formação e Gestão de Políticas Públicas**. 3 ed. Curitiba: IBEPEX, 2011.

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. **Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983, p. 133-145.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **Ratzel. Tradução de Antônio Carlos Robert de Moraes**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

RAIMUNDO, Sidnei. **Análise da Cronologia de Criação das Estâncias Turísticas no Estado de São Paulo**. São Paulo, ANPTUR, 2010. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20867_arquivo.pdf.

RETUR. **Rede de Turismo Regional**, 2016. Disponível em: <<http://www.turismoregional.com.br/quemsomos>> Acesso em 23 set. 2016

RIZZO, Marçal Rogério. **Encontros e desencontros do turismo com a sustentabilidade**: Um estudo do município de Bonito – Mato Grosso do Sul. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente.

RIBEIRO, Elisa Antônia. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Geografia do turismo: novos desafios**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo**. Como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2006.

_____. **Geografia do turismo: novos desafios**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo**. Como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e ambiente, reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo, modernidade e globalização**. 1a edição. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. **Turismo e Geografia - Reflexões Teórica e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida GonzalezColombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de ciências da administração. UFSC: CAPES: UAB, 2009.

RUSCHUMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2006, p. 89-100.

RUSCHMANN, DORIS VAN DE MEENE. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente**. 12ª. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SABATIER, P.; WEIBLE, C. M. **The Advocacy Coalition Framework: Innovations and Clarifications**. In: Paul Sabatier (org.) Theories of the Policy Process. Boulder, CO, Westview Press, 2ª Ed, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

_____. **A renovação da Geografia: a construção de uma teoria de território e territorialidade na obra de Jean Gottmann**. Revista da ANPEGE.v.5, 2009.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SÁNCHEZ, J.E. Por una geografía Del turismo litoral. Madrid: Una aproximación metodológica. Estudios Territoriales, 1985.

_____. **Espacio, economia y sociedad**. Madrid: Siglo Véintiuno, 1991.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004

_____. Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2003

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo : Record, 2000.

_____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O retorno do território.** In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. (orgs), Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo, Hucitec, 1994.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo : Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985

_____. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Ricardo dos; LEAL, Antonio Cezar. **Análise Ambiental da Estância Turística de Presidente Epitácio –São Paulo –Brasil.** In: 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo -Uruguai. 12 Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo : Universidad dela República, 2009.

SANTOS, S. S. **Estudos do Discurso:** perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SARAVIA, E. **Introdução à Teoria da Política Pública.** In: SARAVIA, Enri-que; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea. Volume 1. Brasília: ENAP, 2006.

SÃO PAULO. Presidente Epitácio. **Plano Diretor.** Disponível em:<http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br/?pagina=plano_diretor.html> Acesso em: 20 de Setembro de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo. Estâncias. Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>> Acesso em: 18 de Setembro de 2018.

SEABRA, G. Turismo **de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. Rev. Atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, M. **Da fetichização dos lugares à produção local do turismo.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo. Modernidade. Globalização. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual, Natureza, Capital e Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

SOJA, Ed. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes e RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, E. B. C. Natureza e consumo – a contraditória relação de sustentabilidade na atividade turística. **Revista Ciência Geográfica**. (AGB/Bauru). Bauru. Ano IX vol. IX, n.3, p. 253-258, set/out 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. pág. 77-116. em: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 65-86, 2007.

SOLHA, Karina Toledo. **Política de Turismo: desenvolvimento e implementação**. In: RUSCHUMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. São Paulo: Manole, 2006, p. 89-100.

_____. **Órgãos Públicos Estaduais e o desenvolvimento do Turismo no Brasil**. (Tese de Doutorado) – ECA-USP, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. GEOgraphia (UFF), Niterói/RJ, 2001.

STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2013.

WAHAB, S. E. A. **Introdução à administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática. (2a ed.). São Paulo: Pioneira, 1988.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, Bartolomeu Israel de; SILVA, Anieres

Barbosa da. **Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro**. Revista OKARA, 2013.

THEOBALD, W. F. **Turismo Global**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga. **Como Aprender turismo, como Ensinar**. São Paulo: Senac, 2001.

TRINDADE, Saint-Clair. Estrutura, Processo e Forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, Ana Fani. (Org). **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos**: obra revisitada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

TUAN, Y. -F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

ULLMO, J. **La pensée scientifique moderne**. Paris: Flammarion, 1969.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

VELOSO, Marcelo. **TURISMO, simples e eficiente** Ed. Roca. São Paulo-SP, 2003.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA**. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor**. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 –247.

YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

APÊNDICE 1**DADOS DO ENTREVISTADO**

Título da pesquisa: A Estância Turística de Presidente Epitácio: Um olhar no tempo e no espaço para compreender a produção do território turístico.

Nome do entrevistador: Willian Ribeiro da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Custódio Cortez Thomaz

- 1) Nome completo: _____
- 2) Fone: _____
- 3) E-mail: _____
- 4) Escolaridade: _____
- 5) Cargo: _____

QUESTÕES NORTEADORAS

A) Existe um plano dedicado apenas ao turismo (Plano Municipal de turismo) que esteja atrelado ao plano diretor?

- Como estes vêm auxiliando na gestão e estruturação da atividade turística.

- Existe um planejamento efetivo para curto prazo 1 ano, médio até 5 anos e longo além de 5 anos?

B) Investimentos:

- Quais os principais investimentos realizados com verba destinada pelo DADE (Verba destinada as estâncias turísticas)?

- O turismo como atividade multisetorial, quais conexões entre os investimentos realizados e diante de uma interface turística

- No tocante aos investimentos e apoio a atividade turística do município, atualmente como se estabelece nas esferas Federal, Estadual e Municipal

C) O IPTU recolhidos das empresas essencialmente comerciais ou de serviços voltados para o segmento turístico forma o Fundo Municipais de Turismo.

-Como funciona a Gestão do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR?

-Quais objetivos e investimentos realizados com o FUMTUR?

D) AESTUR – Associação dos Empreendedores de Serviços Turísticos de Presidente Epitácio.

-Qual o objetivo e atuação dessa associação (representatividade).

E) Eventos e Atividades

- Quais eventos e atividades realizadas no município que se materializaram e quais passaram a não existir ou estão perdendo força?

- Como a secretaria encara a sazonalidade turística, visto que a balneabilidade é um dos maiores atrativos?

F) Geral

-Economicamente o que o Turismo representa para o município?

- Como é a participação da sociedade em relação à atividade turística?

- O município tem atividades turísticas que tenha uma função social?

-Quais as “facilidades” pontos positivos e “dificuldades” pontos negativos que Presidente Epitácio apresenta no setor turístico? (Estruturas, atrativos, fluxo)

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA- A Estância Turística de Presidente Epitácio: Um olhar no tempo e no espaço para compreender a produção do território turístico. O pesquisador responsável pela pesquisa é Willian Ribeiro da Silva, portador do RG: 45.212.745-2 CPF: 346.920.678-37, aluno regular do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Presidente Prudente, sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Custodio Cortez Thomaz. O entrevistador se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatada pelo telefone (18)988096429; ou ainda pelo correio eletrônico: willianribeiro2001@yahoo.com.br

Pelo presente documento, o/a, FRANK CELESTINO OLIVEIRA portador/a do documento 7-462-287-558158 **cede e transfere gratuitamente à Universidade Estadual Paulista – UNESP**, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre a entrevista prestada, perante o entrevistador Willian Ribeiro da Silva. Também informo que () permito a citação do meu nome na redação da pesquisa; () não permito a citação do meu nome na redação da pesquisa. Por fim, informo a ciência da gravação dessa entrevista, sendo que a mesma será utilizada para transcrição dos relatos orais e, possivelmente elaboração de materiais científicos/pedagógicos que irão compor os trabalhos e atividades produtos da Pesquisa citada acima.

Local e data: Presidente Epitácio, 18 de Outubro de 2018.

Assinatura do (a) Cedente

Assinatura do Entrevistador

Assinatura da Testemunha:

APÊNDICE 3



DADOS DO ENTREVISTADO

Título da Pesquisa: A formação territorial da Estância Turística em Presidente Epitácio (SP) e seus desdobramentos multissetoriais.

Doutorando: Willian Ribeiro da Silva

Orientadora: Dr^a Rosângela Custódio Cortez Thomaz

1) Nome Completo: Marcelo Jacomini Barbosa

2)E-mail: marcelojacomini@gmail.com

3)Escolaridade: Superior Completo

4) Cargo: Assessor Técnico

Data: 02/09/2010

Assinatura _____

1-O município apresenta uma associação dos pescadores? Quantos pescadores que trabalham diretamente como guia?

R: Sim, a cidade de Presidente Epitácio conta com associação de pescadores. Existem 430 pescadores cadastrados na associação dos pescadores.

2-Atualmente há alguma política / formação/ voltada aos pescadores?

R: Atualmente não existe nenhum programa de formação de pescadores.

3-Qual o valor recebido nos últimos quatro anos do DADETUR? Quais obras ou políticas que foram realizadas com esses recursos?

R: Ano de 2019 o valor é de R\$769.000,00 que será revitalizado a Estação Ferroviária e o Talude (Barracão na Orla Fluvial). No ano de 2017 é de R\$2.534.869,55 onde foi empregado na Revitalização do Parque Figueiral, Ciclovia e Portal Turístico, Projeto Executivo de Arquitetura e Engenharia para Construção do Museu Histórico e Arquitetônico do Oeste Paulista, Projeto Executivo de Arquitetura e Engenharia para Construção do Mirante do Parque do Parque da Orla.

4-Do ponto de vista da Secretaria Municipal de Turismo, quais os pontos positivos e negativos em relação às políticas do Estado de São Paulo voltadas ao turismo. (No sentido o que vem sendo efetivado e o que carece para o fortalecimento do turismo no município).

R: O estado tinha pouca atuação referente a prática do turismo e atualmente está mais atuante em relação a prática do Turismo juntamente ao DADETUR, através de projetos voltado a prática da mesma.

5- A CESP atualmente apresenta alguma política de auxílio ou projeto quanto à atividade turística no município?

R: Atualmente a Cesp foi vendida a Votorantim e não temos nenhuma informação referente a política e projeto de auxílio ao Turismo

6- Geral

- Há projeto que resgate e valorize a história e cultura epitaciana? Quais /Como?

R: Sim, pois a Secretária de Turismo e Cultura tem vários projetos que valorizam a Cultura Epitaciana, como Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Fogueirão (Festa do Padroeiro São Pedro), Carnaval, Folclore, Projeto da Consciência Negra, Projetos de Casa Temática (Natal, Carnaval, Páscoa, Festa Junina, Festa de Santo Estevão (Colônia Arpad, Colônia Húngara), Projeto do Cras.

- Como é a participação da sociedade em relação à atividade turística (aproveitamento dos atrativos)?

R: Os atrativos que são mais utilizados são Parque Figueiral, Prainha da Orla e o Parque da Orla.

- O município tem projetos turísticos tenham uma função social ou inserção da sociedade?

R: Sim, principalmente em relação aos projetos culturais. Os Eventos turísticos temos uma participação da população da cidade e os atrativos turísticos são bem utilizados pela população, principalmente o Parque Figueiral, Prainha da Orla e o Parque da Orla.

APÊNDICE 4**DADOS DO ENTREVISTADO**

Título da Pesquisa: A formação territorial da Estância Turística em Presidente Epitácio (SP) e seus desdobramentos multissetoriais.

Doutorando: Willian Ribeiro da Silva

Orientadora: Dr^a Rosângela Custódio Cortez Thomaz

1) Nome Completo: Carlos Roberto Gorre, 64 anos.

2) E-mail:

3) Escolaridade: Ensino Médio

4) Cargo: Presidente da Colônia dos Pescadores de Presidente Epitácio.

Data: 29/08

Assinatura _____

1- Quantos pescadores fazem parte da associação?

R: mais ou menos 430 pescadores [29/8 08:45] Presidente Colônia Pescadores P. Epitácio

2- Qual a função e trabalho desenvolvido pela associação?

R: Somos o sindicato da categoria, fazemos a documentação de recadastramento das carteira de pesca, documentação para aposentaria, auxílio doença, aux. maternidade, aux. reclusão, etc.. preparamos a documentação para o seguro defeso. [29/8 08:46] Presidente Colônia Pescadores P. Epitácio

3- A associação recebe alguma ajuda/auxílio da prefeitura municipal? Em caso afirmativo quais?

R: não recebemos nenhum tipo de auxílio ou ajuda da prefeitura municipal, nem do estado estadual ou federal. [29/8 08:50] Presidente Colônia Pescadores P. Epitácio

4- Como a associação vê o turismo no município de Presidente Epitácio?

R: vemos o turismo como uma fonte de renda para o município, meu ponto de vista o município deveria buscar outros atrativos de turismo sem ser a pesca, não ficar só preso em turismo pesca. [29/8 08:57] Presidente Colônia Pescadores P. Epitácio.

5- Os pescadores associados trabalham com a atividade turística do município? E há alguma capacitação ou ajuda da secretaria de turismo para inserir os pescadores na economia do turismo?

R: Os pescadores artesanais que trabalham com o turismo se chegar da mais ou menos 30%, não temos capacitação e nem ajuda da secretaria do turismo, a prefeitura

e os políticos do município são unilateral, não vê com bons olhos os pescadores artesanais, para eles deveria extinguir a nossa categoria no município e ficar somente os pescadores amadores (turista). [29/8 09:05] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: meu desabafo- quando o município começou a cogitar o título de estância turística, que foi com o festival de pesca, na época os primeiros a serem convidados eram nos pescadores artesanais, para mostrar os peixes e a grande quantidade de pescado que existiam no rio Paraná, após conseguirem o título foram eliminando os pescadores artesanais e nunca mais fomos convidados. [29/8 09:09] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio.

6-Como os pescadores ou mesmo a associação vê Presidente Eptácio antes e depois da formação do lago? Quais os aspectos positivos e negativos?

R: para nós pescadores artesanais antes da formação do lago era mais rendoso, existiam mais peixes nobres, após a formação fomos obrigados a nos adaptar às novas técnicas de pescar, vários peixes sumiram e vieram outros menos rendosos. [29/8 09:15] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: para seu conhecimento- as cidades que conheço que têm como atrativo turístico a pesca, como Rosana, Panorama, Pauliceia, Santa Fé, Barra Bonita, Salto Grande, e várias outras todas têm um bom relacionamento com os pescadores artesanais, menos Presidente Eptácio. [29/8 09:21] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: quanto um projeto de Lei de um nobre deputado estadual que quer proteger o Tucunare como pesque e solte. e cota zero, somos totalmente contra. é uma espécie exótica, que com essa proteção não irá ter predador natural. quando essa espécie chegar no seu topo de sua cadeia, ele irá eliminar todos os peixes nativos de nossa Bacia. prejudicando totalmente nossa categoria, sem contar que ele mesmo começara a se eliminar por falta de alimentação. [29/8 09:23] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: tem outra alternativa de proteger o tucunare sem prejudicar o meio ambiente, um exemplo colocando medida mínima no tamanho e quantidade de quilos por pescador amador. [29/8 09:25] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: para nós pescadores artesanais, o tucunare não é um peixe alvo de nossa pesca, por esse motivo devemos preservar os peixes nativos da bacia. O contur não promove curso. Temos representantes na contur, acho que são obrigados a por nós, mas não somos bem vindos. [29/8 10:10] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: Todos da política de Eptácio só aceita pesca amadora, ninguém se prontifica a nós ajudar [29/8 10:11] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: São unilateral [29/8 10:14] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: Verdade somos fundadores do município. Juntos com a navegação [29/8 10:15] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: Eles acham que nós acabamos com os peixes. Somos culpados de tudo [29/8 10:24] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: Fazer o que é difícil fazer eles entenderem. Nós outros município não tem nada disso [29/8 10:34] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: Verdade, só não acabaram com nós ainda, porque o rio é federal, e temos apoio, da secretaria da pesca [29/8 10:38] Presidente Colônia Pescadores P. Eptácio: Como o rio é federal só a federação pode legislar. O município e estado só em águas interiores do Estado

ANEXOS 1

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.261, DE 29 DE ABRIL DE 2015

(Projeto de lei complementar nº 32/12, do Deputado João Caraméz - PSDB, e outros)

Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A classificação de Municípios Turísticos, assim considerados as Estâncias e os Municípios de Interesse Turístico, far-se-á por lei estadual, observadas as condições e atendidos os requisitos mínimos estabelecidos nesta lei complementar.

Parágrafo único - Todas as Estâncias, independentemente da sua natureza ou vocação, serão classificadas por lei como Estâncias Turísticas.

CAPÍTULO II DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS

Artigo 2º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como Estância Turística:

I - ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes;

II - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação voltada para algum ou alguns dos segmentos abaixo relacionados, sintetizados no Anexo I desta lei complementar:

- a)** Turismo Social;
- b)** Ecoturismo;
- c)** Turismo Cultural;
- d)** Turismo Religioso;
- e)** Turismo de Estudos e de Intercâmbio;
- f)** Turismo de Esportes;
- g)** Turismo de Pesca;
- h)** Turismo Náutico;
- i)** Turismo de Aventura;
- j)** Turismo de Sol e Praia;

k) Turismo de Negócios e Eventos;

l) Turismo Rural;

m) Turismo de Saúde;

III - dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviços de informação e receptivo turísticos;

IV - dispor de infraestrutura de apoio turístico, como acesso adequado aos atrativos, serviços de transporte, de comunicação, de segurança e de atendimento médico emergencial, bem como sinalização indicativa de atrativos turísticos adequada aos padrões internacionais;

V - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos;

VI - ter um plano diretor de turismo, aprovado e revisado a cada 3 (três) anos;

VII - manter Conselho Municipal de Turismo devidamente constituído e atuante.

§ 1º - O Conselho Municipal de Turismo, de caráter deliberativo, deve ser constituído, no mínimo, por representantes das organizações da sociedade civil representativas dos setores de hospedagem, alimentação, comércio e receptivo turístico, além de representantes da administração municipal nas áreas de turismo, cultura, meio ambiente e educação.

§ 2º - Cada Conselho terá regimento próprio, com regras para a eleição de seu presidente e duração do respectivo mandato.

Artigo 3º - Somente poderão ser classificados como Estâncias Turísticas os municípios com até 200.000 (duzentos mil) habitantes, observado o censo demográfico decenal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, salvo aqueles assim classificados antes da publicação desta lei complementar.

Artigo 6º - O Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada 3 (três) anos, projeto de Lei Revisional dos Municípios Turísticos, observados o ranqueamento das Estâncias Turísticas e dos Municípios de Interesse Turístico de que trata o § 2º do artigo 5º desta lei complementar e outras melhorias implementadas pelo município, como a Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas, cursos de capacitação profissional na área de turismo receptivo e condições de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º - Até 3 (três) Estâncias Turísticas que obtiverem menor pontuação no ranqueamento trianual poderão passar a ser classificadas como Municípios de Interesse Turístico.

§ 2º - Poderão ser classificados como Estância Turística os Municípios de Interesse Turístico melhor ranqueados que obtiverem pontuação superior à das Estâncias Turísticas de que trata o § 1º deste artigo, com base nos critérios abaixo relacionados:

1 - fluxo turístico permanente;

2 - atrativos turísticos;

3 - equipamentos e serviços turísticos.

§ 3º - Para efeito do disposto neste artigo, os municípios classificados por lei como Estância Turística e de Interesse Turístico deverão encaminhar à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, até o dia 30 de abril do ano de

apresentação do projeto de Lei Revisional, a documentação de que tratam os incisos I e II do artigo 5º desta lei complementar, respectivamente.

§ 4º - A não observância pelo município do disposto no § 3º deste artigo implicará a revogação da lei que dispôs sobre a sua classificação como Estância Turística ou como Município de Interesse Turístico, com a consequente perda da respectiva condição e dos auxílios, subvenções e demais benefícios dela decorrentes.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de abril de 2015.

GERALDO ALCKMIN

Roberto Alves de Lucena

Secretário de Turismo

Renato Villela

Secretário da Fazenda

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO 2**LEI Nº 16.283, DE 15 DE JULHO DE 2016****Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos e dá providências correlatas**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 146 da Constituição do Estado, destina-se ao desenvolvimento de programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos turísticos.

Parágrafo único - O Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos - FUMTUR vincula-se ao Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, que passa a ser denominado Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR, subordinado à Secretaria de Turismo, à qual incumbe prestar-lhe suporte técnico e administrativo.

Artigo 2º - Constituem receitas do Fundo:

I - dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação atualizado pela variação anual nominal das receitas dos impostos estaduais estimada na subsequente proposta orçamentária;

II - créditos adicionais e suplementares que lhe sejam destinados;

III - auxílios, doações e contribuições de qualquer natureza;

IV - transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público ou organismos privados nacionais e internacionais;

V - produto das operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;

VI - outros recursos eventuais.

GERALDO ALCKMIN

Romildo de Pinho Campello

Secretário Adjunto, respondendo pelo expediente da Secretaria de Turismo

Marcos Antonio Monteiro

Secretário de Planejamento e Gestão

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

Secretário da Fazenda

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, aos 15 de julho de 2016.